

Manifesto eleitoral da CDU Responder aos desafios

Centrais

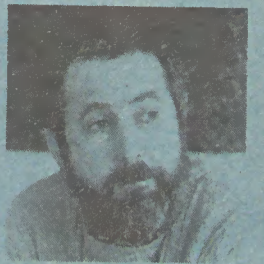


1.º DE MAIO EM FORÇA

Págs. 4/5

Estabilidades...

«O elogio da "estabilidade governativa" desemboca logicamente (...) na tentação e tentativa de cavalgar e desvirtuar a livre expressão democrática.»



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão
Política e da Comissão
Executiva Nacional

Pág. 18

Cabeças de lista para as eleições legislativas

- Castelo Branco
- Viana do Castelo
- Vila Real

Pág. 3

Trabalhadores não existem para os meios de comunicação

Pág. 24



PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
EM IGUALDADE

UMA CONDIÇÃO DE PROGRESSO
UM DESAFIO À SOCIEDADE

11 MAIO 1991
JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM
(CAMPO 24 DE AGOSTO)
PORTO

Na hora das decisões

De modo revelador - nesta movimentada fase pré-eleitoral das Legislativas de 91 - a força das grandiosas celebrações populares do 25 de Abril e do 1º de Maio em Portugal repercutiu vivamente na consciência democrática nacional, muito em particular dos trabalhadores dos mais variados sectores profissionais, os quais significativamente, lhes imprimiram uma dinâmica e uma inconfundível característica política de massas.

O fosso que separa do governo e da política do PSD e de Cavaco Silva o movimento popular e democrático e as camadas mais densas da população portuguesa, ganhou nova dimensão, tornou-se mais evidente e profundo, adquiriu nestes dias uma amplitude social e política de notável impacto.

A expressão popular das manifestações nacionais do Dia da Liberdade e as palavras de grande dignidade democrática pronunciadas por Vasco Lourenço num Rossio lisboeta pejado de cidadãos, os convívios de democratas e as iniciativas juvenis em numerosas escolas e estruturas de recreio, cultura e desporto um pouco por todo o País, são indícios inequívocos da força e da perenidade do 25 de Abril no coração dos portugueses.

Catorze anos de política governamental orientada à direita, de poder político consecutivo hostil às grandes conquistas democráticas alcançadas no processo da revolução de Abril não conseguiram liquidar nem puderam apagar da memória dos portugueses o acto patriótico dos «jovens Capitães» - foram até agora impotentes, apesar da brutal ofensiva legislativa e dos actos descrimonários dos Executivos da direita, dos profundos golpes sofridos e de rudes ameaças que se avolumaram.

Igualmente, a envergadura, a unidade e a combatividade das demonstrações populares do Dia Internacional dos Trabalhadores nos grandes centros populacionais do País, em particular em Lisboa e Porto, assinalam o inconciliável divórcio entre a política laboral de estrangulamento dos direitos, liberdades e garantias sociais do povo trabalhador das cidades e aldeias, das fábricas e campos, das minas e do mar - empreendida pelo Governo cavaquista - e a imensa maioria da população trabalhadora.

É um facto esclarecedor a maneira tendenciosa como a comunicação social enfeudada ao Governo PSD/Cavaco e aos círculos da direita (esmagadoramente dominada por poderosos grupos financeiros portugueses e multinacionais) noticiou as demonstrações populares, como manipulou escandalosamente a informação, como tentou apoucar aos olhos do público a força e amplitude reais daquelas duas impressionantes celebrações populares.

Quem directamente nelas participou ou quem assistiu e apoiou ou acidentalmente surpreendeu a imponência dos desfiles - alguns como os de Lisboa e Porto mobilizaram centenas de milhares de manifestantes - quem pôde ver a realidade com os seus próprios olhos e constatar *in-locco*, ali mesmo, à vista, a vergonhosa deformação dos factos, a mentira e a desinformação mais grosseiras montadas por alguns dos mais importantes órgãos de

informação televisiva, falada e escrita, ficou plenamente elucidado acerca da deliberada falsificação das realidades pela máquina de propaganda e contra-informação da direita.

Com inaudita hipocrisia e fariseísmo, visando as legislativas de 91 e a renovação da maioria absoluta do PSD, o professor Cavaco Silva repele de palavras quaisquer intentos de eleitoralismo dele próprio e dos membros do seu Governo - mas a sua verdadeira prática (com a descarada manipulação e governamentalização da TV, as obras de fachada, as operações de corta-a-fita, de «inaugurações» já várias vezes inauguradas, de «primeiras pedras», de troços ao quilómetro de vias de comunicação, de «caridosos óbulos» aos desprotegidos da infância e da velhice) e a sua principal actividade, ao mesmo tempo que constitui um clamoroso desmentido, enche-o de ridículo aos olhos dos portugueses de mediana inteligência.

Porém, com determinação e todo o realismo de classe, o primeiro-ministro e o seu Governo levam implacavelmente avante o calendário da sua ofensiva de restauração do Estado monopolista; do regresso em força da exploração latifundiária às terras do Alentejo e do Ribatejo; da desfiguração do sistema político e do regime democrático; de intensificação do centralismo político e financeiro contra a natureza descentralizadora do poder local democrático; de adiamento da regionalização; de aumento da concentração e centralização do capital e da acumulação capitalista à custa do agravamento das desigualdades e injustiças sociais; de uma política laboral de precarização do trabalho, de desemprego disfarçado, de despedimentos sem justa causa, de recursos a formas ilegais de exploração dos trabalhadores, do trabalho infantil, do aumento da jornada de trabalho, de redução da segurança social, de indiferença perante o regresso em força da chaga dos salários em atraso (como se verifica na corda do Ave e na indústria têxtil em geral); de submissão dos interesses dos pequenos e médios agricultores e da agricultura aos interesses do grande capital financeiro e industrial.

As reprivatizações do sector público e empresarial do Estado - operação económico-financeira chave do processo de restauração dos monopólios - que nas primeiras fases vinha ainda envolvida na falsa roupagem do «capitalismo popular» e de defesa da titularidade nacional - é agora negociado em directo com os «núcleos duros» do capital financeiro português, mas principalmente estrangeiro, em vários casos associados e sob o domínio das multinacionais, desviando do controlo e da soberania portugueses os centros de decisão da nossa actividade e desenvolvimento económicos. A alienação sem peias das principais empresas financeiras e industriais mais rentáveis e dos recursos nacionais ao capital estrangeiro é lei para a acção restauracionista do cavaquismo governante.

Também a decantada lenda do «Estado pessoa de bem», inventada pelo salazarismo e reeditada sob outra fraseologia por Cavaco Silva e a sua gente, tem ruído pela base com as escandaleiras dos desvios de vultosas verbas dos fundos de apoio da CEE, dos casos de cor-

rupção do poder, alguns abafados por decisão parlamentar da maioria domesticada do PSD, e das volumosas verbas subtraídas ao controlo da Assembleia da República e do povo português resultantes das operações da reprivatização da economia. Só no ano em curso deverão entrar por este processo no «saco azul» do Governo mais de duzentos milhões de contos; na construção do Centro Cultural de Belém, que em 1992 se prevê atingir o custo de 27,114 milhões de contos e que até agora, segundo o exame do Tribunal de Contas, já superou os cálculos iniciais em mais de 1 200 000 contos e tudo faz prever que venha a ultrapassar em muitos milhões o orçamento inicial, são amostras dos destinos e da aplicação dos consideráveis meios financeiros subtraídos ao controlo público.

Neste quadro edificante e perante a evidência dos factos da administração cavaquista, derrotar o PSD e Cavaco Silva e a direita no seu conjunto nas próximas eleições legislativas torna-se cada vez mais um dever patriótico dos democratas e do povo português na sua maioria, que podem - se o senso das realidades presidir às decisões e na orientação dos partidos democráticos - conduzir à necessária derrota do cavaquismo e à necessária vitória das forças democráticas portuguesas.

A esse objectivo central se subordinam as acções e as propostas políticas do PCP visando as eleições legislativas do mês de Outubro e uma alternativa credível de governo e de política à direita governante.

Como é do domínio público, o PCP tem multiplicado esforços para o entendimento e a convergência dos partidos democráticos, sem os quais dificilmente poderão ser derrotados os partidos da direita - o PSD e o CDS.

O acordo de Março para a renovação da Coligação Democrática Unitária (CDU) entre o PCP, o Partido Ecologista «Os Verdes», a Intervenção Democrática (ID) e democratas independentes, e o esforço para alargar o entendimento com outras forças exprimem a vocação unitária democrática dos comunistas portugueses, que partem do pressuposto realista, nas actuais condições políticas e na actual relação de forças, de que nenhum partido democrático isoladamente - no caso vertente o PS, que de maneira irrealista joga nessa falsa perspectiva - está em condições de derrotar o PSD e ainda menos uma direita *in-natura* coligada, aberta ou tacitamente.

As propostas que reiteradamente o PCP tem feito ao PS assentam em condições mutuamente aceitáveis para uma alternativa credível à direita: rigoroso respeito pela independência política e a identidade de cada partido; uma dinâmica democrática de largos contornos susceptível de ganhar para uma derrota eleitoral da direita perfeitamente ao alcance das forças democráticas. A necessária convergência tornar-se-á próxima a acessível se em torno dos candidatos da CDU se alargar e reforçar a sua base de apoio eleitoral, se nas listas da CDU se concentrarem os votos dos que verdadeiramente desejam a derrota da direita e o triunfo das forças democráticas, condições básicas para uma alternativa credível à direita cavaquista governante.



Centenas de milhar de pessoas participam nas iniciativas que em todo o País assinalam o Dia do Trabalhador

RESUMO

30 Terça-feira

Em conferência de imprensa, José Soeiro apresenta as conclusões da reunião da Comissão Política do PCP ■ O presidente do Tribunal de Contas confirma a existência de um inquérito ao Centro Cultural de Belém, «na perspectiva da legalidade financeira» ■ Enquanto se realizam eleições para os organismos dirigentes do Sindicato dos Jornalistas, são assinadas as escrituras de constituição da APJ e da AJE ■ Sob a presidência do ministro britânico Peter Brooke, começam em Stormont negociações com unionistas protestantes e nacionalistas católicos do PSDT sobre o futuro político da Irlanda ■ No Líbano inicia-se a entrega de armas das milícias, segundo o calendário do governo para a aplicação do acordo de Taif de 1989 ■ Nelson Mandela acusa o governo sul-africano de não respeitar a data de 30 de Abril, estabelecida no acordo de Agosto de 1990, para a libertação dos presos políticos.

1 Quarta-feira

Centenas de milhar de trabalhadores participam nas iniciativas que assinalam no País o Dia do Trabalhador, comemorado hoje em todo o mundo ■ Representantes do Governo angolano e da Unita assinam no Estoril os acordos para o cessar-fogo e a paz em Angola ■ O Papa João Paulo II apresenta os pontos fundamentais da encíclica *Centesimus Annus*, a publicar amanhã ■ Um violento ciclone devasta o Bangladesh.

2 Quinta-feira

No final de um encontro com Mário Soares, Vitor Crespo afirma que existe «uma consonância global» entre a AR, o PR e o Governo acerca da visita de deputados portugueses a Timor-Leste ■ O Governo decide privatizar 60 por cento do capital da seguradora Bonança ■ Uma vasta zona do pinhal de Leiria, numa extensão de 13 km, é consumida por um incêndio ■ Os resultados das eleições locais em Inglaterra e no País de Gales apontam para uma pesada derrota do Partido Conservador de John Major.

3 Sexta-feira

Os trabalhadores do hotel Sheraton, em Lisboa, iniciam uma greve por tempo indeterminado, na continuação da luta por aumentos salariais e integração dos contratados a prazo ■ Um jantar na Voz do Operário assinala os 70 anos de Vasco Gonçalves ■ A ASP/PSP anuncia em conferência de imprensa que poderá desencadear novas acções dos polícias se o MAI se recusar a dialogar sobre o subsídio de risco, aumentos salariais e horas extras ■ As divergências entre a CDU e a CSU levam ao cancelamento de um encontro de Helmut Kohl com uma delegação da ala bávara do seu partido.

4 Sábado

Mais de 400 pessoas participam num convívio de construtores e amigos da Festa do «Avante!», na Quinta da Atalaia, com Carlos Carvalhas ■ Os países membros da CEE condenam em comunicado a política israelita de criação de colonatos nos territórios árabes ocupados ■ A Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau aprova diversas emendas à Constituição ■ Reúne o CC do MPLA-PT, pela primeira vez desde o seu alargamento ■ Felipe de Borbón, herdeiro da coroa espanhola, conclui a sua visita oficial a Portugal ■ O presidente dos EUA é hospitalizado.

5 Domingo

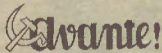
Cavaco Silva inicia uma visita oficial ao Brasil ■ Realizam-se eleições intercalares na freguesia de Vila Fria (Felgueiras) ■ Sob a acusação de desvio de fundos, Afonso dos Santos é afastado do cargo de presidente da Frente Democrata-Cristã de São Tomé e Príncipe.

6 Segunda-feira

Os trabalhadores do Hotel Ritz iniciam uma greve de três dias, enquanto prossegue a luta no Sheraton ■ Uma delegação da CGTP é recebida na sede nacional do PSD ■ O acórdão do Tribunal de Contas verifica «graves desvios» à legalidade substancial e à correcção financeira no processo do Centro Cultural de Belém ■ É anunciada a constituição de uma frente comum contra o Acordo Ortográfico ■ O grupo Mello consegue a maioria do capital na privatização da Sociedade Financeira Portuguesa ■ Inicia-se a comunidade de Santo Egídio, em Itália, mais uma sessão das negociações para a paz em Moçambique ■ É assinado um acordo que transfere a indústria hulfífera russa para a ju-

7 Terça-feira

Termina a visita de Cavaco Silva a Brasília, marcada por elogios do Primeiro-Ministro à «vontade política e visão moderna» do Presidente Collor de Melo na implantação de uma economia de mercado aberta e competitiva ■ O ex-renovador Marques Júnior é dado como certo nas listas do PS nas próximas eleições legislativas ■ Greve dos enfermeiros regista uma adesão dos 90 por cento, segundo dados sindicais ■ O ministro da Defesa da Jugoslávia afirma que o país está em guerra civil ■ O Governo angolano elogia a mediação portuguesa nas negociações de paz para Angola ■ Um tornado provoca 200 mortos no Bangladesh, país a viver uma situação altamente alarmante depois do ciclone que atingiu o país no final de Abril provocando mais de cem mil mortos ■ É decretado o recolher obrigatório em Washington após dois dias de violentos incidentes entre a polícia e a população hispânica.



Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX, Tel. 793 62 72
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX, Tel. 76 97 25/76 97 22, Telex 18390
Fax: 795 22 64
ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA - Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF - 500 090 440
DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SA Serviços centrais - Av. Santos Dumont, 57, 2º, 1000 Lisboa - Telef. (01) 793 22 75/795 02 10
Alterações de última hora: Até às 17 horas - Telef. (01) 97 39 65
Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto - R. Miguel Bombarda, 578, 4000 Porto - Telef. (02) 69 39 06/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra - R. Fernandes Tomás, 55-A, 3000 Coimbra - Telef. (039) 20753
- DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL: INTERPRESS - Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição
Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 94/342 23 49/342 22 04
Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra - Telef. (039) 71 35 77
Delegação Norte: R. Monte dos Pípos, 326, Guifões, 4450 Matosinhos
Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50
ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa - Telef. (01) 67 01 93/7
Composto e impresso na Héska Portuguesa R. Elias Garcia, 27, Venda Nova - 2700 Amadora Depósito legal nº 205/95

TABELA DE ASSINATURAS

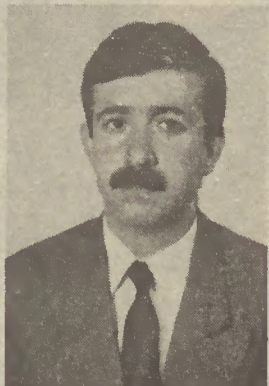
PORTUGAL (CONTINENTE) — 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS — 50 números: 7.707\$50
ESPAÑA — 50 números: 7.090\$00
MACAU — 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE — 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNISIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS) — 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA — 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

CABEÇAS DE LISTAS PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

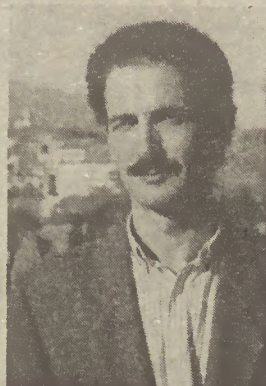
Castelo Branco

Luís Garra, 34 anos, residente na Covilhã, operário têxtil. Presidente do Sindicato Têxtil de Castelo Branco. Coordenador da União dos Sindicatos do distrito de Castelo Branco, membro do Conselho Nacional da CGTP-IN, membro da Assembleia Municipal da Covilhã. Membro da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP.



Vila Real

Virgílio Alves, 42 anos, residente em Vila Real, engenheiro zootécnico. Professor na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Membro da Direcção da Associação dos Criadores de Gado Maronês. Membro da Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP. É o cabeça de lista da CDU.

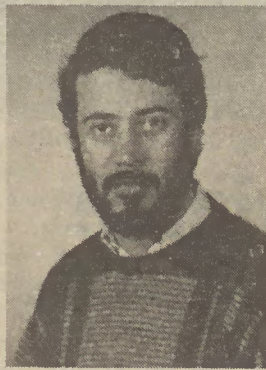


Viana do Castelo

José Manuel Nogueira Gil, 45 anos, residente em Coimbra, Inspector Principal do Ministério da Educação. É membro da Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP.



Vasco Paiva, 40 anos, residente em Vila Real, empregado, membro do Secretariado da Direcção da Organização Regional de Vila Real e da Comissão Executiva Nacional do Comité Central do PCP. Figura em segundo lugar na lista CDU por este distrito.



Informações segundo telegramas da LUSA

Madeira: acordo entre UDP e PCP «é irreversível»

Um acordo entre o PCP e a UDP para concorrer conjuntamente às legislativas pelo círculo da Madeira «é irreversível», mas ainda não está concluído, disse hoje (dia 6 de Maio) à Agência LUSA um dirigente comunista no arquipélago.

Leonel Nunes afirmou, no final de uma reunião mantida hoje entre os dois partidos, que a lista conjunta será liderada por um nome «indicado pela UDP ou por um independente que recolha o apoio das duas formações».

A lista deverá ser preenchida alternadamente entre candidatos propostos pelos dois partidos, que poderão ser filiados ou independentes, acrescentou.

A aliança deverá manter-se nas eleições para a Assembleia Regional, em 1992, segundo um comunicado divulgado no final do encontro.

Na nota, coloca-se a hipótese de a convergência ser alargada ao PS-Madeira, devido à «necessidade da unidade, mesmo que apenas nas eleições de Outubro de 1992».

PS/candidatos

A Federação de Coimbra do PS criticou hoje (1 de Maio) as tomadas de posição, assumidas por alguns membros do partido, relativas à constituição da lista de candidatos a deputados pelo círculo do distrito.

O secretário-coordenador, Manuel Machado, considera, em comunicado, que «as tomadas de posição por grupos ou pessoas alheios às decisões, dos órgãos legítimos do partido, não têm qualquer efeito, sob pena de subversão total do funcionamento democrático do PS».

Segundo Manuel Machado, presidente da Câmara Municipal de Coimbra, estas atitudes são «desrespeitadoras dos estatutos e da disciplina livremente assumida» e podem contribuir para «beneficiar os adversários políticos» do Partido Socialista.

Na semana passada foi divulgada uma sondagem, encomendada por um grupo de bancários socialistas, segundo

a qual a projecção da figura de Manuel Alegre era bastante maior do que a de João Rui Almeida, indigitado pela Federação para encabeçar a lista de candidatos pelo círculo de Coimbra.

Presentemente encontra-se a circular um abaixo-assinado, subscrito por mais de três centenas de socialistas, contra o eventual afastamento de Manuel Alegre e Osório Gomes, presidente do Sindicato dos Bancários do Centro, da lista dos candidatos.

O documento é subscrito por, entre outras personalidades, Torres Couto, secretário-geral da UGT, e pelo presidente honorário da Federação de Coimbra do PS, Fernando Vale.

Manuel Alegre foi, durante várias legislaturas, o primeiro candidato do PS pelo círculo de Coimbra e Osório Gomes figurou em quarto lugar na lista de 1987.

A lista de candidatos designados pela Federação foi constituída mediante votação de cada um dos nomes propostos para o efeito.

Se Basílio não for ao Porto...

Basílio Horta, vice-presidente e secretário-geral do CDS, não vai ao Porto esclarecer dúvidas quanto à constituição da lista neste círculo, apesar de a distrital o ter solicitado.

Em declarações à agência LUSA, o presidente do CDS/Porto, João Rocha dos Santos, disse que se o ex-candidato presidencial não for ao Porto esclarecer dúvidas quanto à constituição das listas, «a situação vai complicar-se».

Rocha dos Santos escusou-se contudo a prestar mais declarações por considerar que «Basílio Horta irá mesmo ao Porto».

No entanto, fonte do Gabinete do Secretário-Geral dos centristas, no Largo do Caldas, assegurou à agência LUSA que Basílio não irá ao Porto, até «porque acha que não há razões para isso».

Na origem das divergências está um compromisso estabelecido entre Basílio Horta e Rocha dos Santos, em Março, segundo o qual a direcção do partido não interferiria na constituição da lista do Porto, o que foi, posterior-

mente, contrariado pelo Conselho Nacional.

Neste, ficou decidido que compete à Comissão Directiva Nacional indicar os cabeças de lista em todos os distritos do país, os primeiros quatro nomes em Lisboa e os primeiros três no Porto, o que vai contra o acordo Basílio/Rocha dos Santos.

Segundo o líder da distrital portuense, Basílio Horta, afirmando-se mandatado pela direcção do partido, garantiu-lhe que esta não interferirá na constituição da lista do Porto.

Rocha dos Santos afirma, inclusivamente, que foi desse modo que o vice-presidente e secretário-geral do CDS o convenceu a candidatar-se à liderança distrital.

O nome de Ruy Oliveira, ex-secretário-geral do CDS e ex-presidente da Assembleia da República, é também motivo de discórdia.

A distrital portuense pretendia colocar Ruy Oliveira - segundo Rocha dos Santos um nome que prestigia a lista - como número dois pelo círculo do Porto.

Ruy Oliveira havia já sido mandatário de Basílio Horta, pelo que o ex-candidato presidencial não terá posto qualquer entrave, até porque, de acordo com fonte centrista, são conhecidas as divergências entre o ex-secretário-geral do CDS e Freitas do Amaral.

Neste sentido, a vontade da distrital do Porto em ter Ruy Oliveira como número dois da lista, logo a seguir a Basílio, teria sido aprovada pelo ex-candidato presidencial, que, porém, o deixou cair.

Para número dois desta lista, e sob proposta de Basílio, a Comissão Directiva indicou António Lobo Xavier, um economista que trabalha para o empresário Belmiro de Azevedo, provocando um profundo mal-estar entre os elementos da distrital, que se reúne terça-feira (anteontem) para tomar uma posição.

Mas Rocha dos Santos continua esperançado em ver Basílio no Porto. Por isso, disse à LUSA que quarta-feira (ontem) lhe iria telefonar, tentando assim esclarecer as dúvidas que permanecem.

Candidatos CDU em Lisboa

Intensa actividade partidária nas diversas organizações do PCP para a discussão e posterior apresentação dos candidatos deste partido nas listas da CDU às eleições para a Assembleia da República foi desenvolvida durante a última semana tendo o «Avante!» apurado os cabeças de lista de Castelo Branco, Viana do Castelo e Vila Real (ver fotos e legendas).

A Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP anunciou entretanto os nomes de mais três candidatos pelo círculo eleitoral da capital do país.

Os nomes em causa são os dos actuais deputados António Filipe (jurista) e João Camilo (médico) e da engenheira química, professora no Instituto Superior Técnico e membro da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Bastos, que é também membro do concelho nacional do Movimento Democrático de Mulheres e suplente do Comité Central do PCP.

Negociações com a UDP

Na reunião de anteontem entre delegações do PCP e da UDP foram dados passos para a aproximação de pontos de vista, ficando estabelecidas as condições mínimas para chegar a um acordo eleitoral que contribua para o alargamento do campo democrático e, concretamente, do espaço da CDU - segundo disse aos jornalistas o camarada Domingos Abrantes. Este membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, que participou com José Casanova, da Comissão Política, na reunião com Mário Tomé, Luís Fazendas e Carlos Santos, disse que será possível dar, durante a próxima semana, uma informação sobre os candidatos da UDP que figurarão nas listas da CDU e sobre o seu posicionamento. Disse que «está mais ou menos assente» a inclusão de um nome da UDP em lugar elegível.

O major Mário Tomé salientou que «foram dados passos importantes no sentido de um acordo que reforce a esquerda», lembrando que as negociações vão continuar para a semana.



Imagem do encontro entre as delegações da UDP e do PCP

Ministério da Educação, S.A.

No artigo intitulado «Ministério da Educação, S.A.» saído no número anterior do «Avante!», assinado pelo membro da Comissão Política do PCP, Edgar Correia, uma gralha arreliadora, destituída de sentido o 11º parágrafo do texto. A correcção é a seguinte:

«Se lhe disserem que o ímpeto empresarial que anima o Ministério da Educação é tal que o Secretário de Estado Alarcão Tróni enviou três altos funcionários - o seu adjunto, o subdirector geral da administração escolar e o adjunto da secretária geral do Ministério - para um curso de direcção de empresas, em 24 jornadas e com almoços e sessões no Hotel Ritz, que custa ao Estado (e ao bolso do contribuinte) 2.900 contos, o leitor achará isto escandaloso e que são discutíveis o preço e as vantagens que daí advêm para o país?»

Aos leitores e ao autor os nossos pedidos de desculpas.

Com uma
imensa
alegria

Joaquim
Pires Jorge

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, dirigente do Partido Comunista Português, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias da História da classe operária portuguesa que vivem pelas experiências e pelas lições que encerram na vida duríssima e exemplar de um revolucionário. Joaquim Pires Jorge morreu, mas deixou a lição da sua vida. É isto também, como dizia Pablo Neruda, o Partido. «Fizeste-me ver a claudação do mundo e como é possível a alegria. Fizeste-me indestrutível pois contigo não termino em mim próprio.»

edições
Avante!

A volta ao mundo em 24 horas

O Dia do Trabalhador correu mundo. Milhões de pessoas estiveram na rua.

As situações vividas em concreto em cada um dos países onde ocorreram comemorações do Dia do Trabalhador motivaram diversos tipos de manifestações e diferentes reivindicações. Um ponto em comum todas tiveram: a justiça, social e/ou política, é hoje, como já o é há mais de cem anos, a exigência que faz sair à rua trabalhadores de todo o mundo.

Na vizinha Espanha, 250 mil pessoas participaram no ponto alto das comemorações: um desfile na capital do país, acompanhado por muitos outros nas principais cidades espanholas.

A existência de dois mi-

lhões de desempregados na Alemanha foi o mote das manifestações do Dia do Trabalhador neste país. «Trabalho para todos» foi de resto um dos lemas das manifestações efectuadas em todo o país.

Críticas à política do chanceler Helmut Kohl e a exigência de medidas eficazes para a melhoria das condições de vida na ex-RDA marcaram estas manifestações, durante as quais a polícia efectuou 50 detenções.

Já no rescaldo das comemorações, confrontos entre manifestantes e a polícia em Berlim resultaram, segundo



Lisboa

África e Médio Oriente

Em África e no Médio Oriente as comemorações do 1º de Maio foram também assinaladas um pouco por toda a parte.

Em Luanda a central sindical UNTA organizou um 1º de Maio que reivindicava a paz para Angola, precisamente no dia em que em Lisboa era assinado um acordo pelos delegados às negociações sobre o futuro do país. Mas também a melhoria das condições de vida, com menos desemprego e aumentos salariais, foram exigências dos manifestantes, reivindicações igualmente partilhadas pelos moçambicanos em cartazes exibidos num participado desfile em Maputo.

Na África do Sul, na véspera deste dia, quando se efectuavam os preparativos para a manifestação do 1º de Maio, elementos identificados pela polícia sul-africana

como pertencentes ao movimento Inkatha atacaram ao cair da noite passageiros de uma estação ferroviária dos arredores do Soweto. Na sequência deste ataque registaram-se confrontos na capital do país e em Joanesburgo de que resultaram a morte de 30 pessoas. Recorde-se que o ANC ameaçara interromper as negociações com o governo sul-africano se até ao dia de hoje não fossem adoptadas medidas que terminassem com a violência que se vive naquele território.

Em mensagem enviada aos palestinianos, Yasser Arafat reafirmou o facto de a paz não ser possível no Médio Oriente sem a participação da OLP, acusando os Estados Unidos e Israel de procederem a manobras que excluem a OLP do processo negociacional em curso.

informações oficiais, em 181 detenções e 85 agentes feridos.

A data foi assinalada na Europa com manifestações um pouco por todo o lado, com destaque para a Itália onde centenas de milhares de pessoas saíram à rua. Na Suíça e em França registaram-se incidentes provocados por organizações extremistas. Na Grécia as medidas socialmente injustas e demasiado austeras para reduzir a taxa de inflação, foram o motivo para milhares de trabalhadores criticarem nas ruas o governo do país.

Na União Soviética a data foi comemorada em todo o país, com destaque para o desfile de milhares de pessoas na Praça Vermelha em Moscovo. O presidente da União, Mikhail Gorbachov, assistiu à manifestação, estando ausente Boris Ieltsin.

As agências noticiosas dão conta de comemorações do 1º de Maio com milhares de pessoas em países como a Bulgária, Checoslováquia, Áustria e Hungria.

Na Polónia, e pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, as manifestações do 1º de Maio, que reuniram milhares de pessoas, não tiveram nas comemorações oficiais a presença do Chefe do Estado. A ausência foi de Lech Walesa, ex-dirigente sindical.

Na Turquia não foi feriado e os desfiles públicos e manifestações foram proibidos pelo Governo. Em Istambul, a capital, foram mobilizados 20 mil agentes para enfrentar os manifestantes. A polícia deteve milhares de pessoas e dispersou diversas manifestações em várias cidades do país que reuniram centenas de milhares de pessoas.

Também proibidos de comemorar o Dia do Trabalhador estavam os coreanos do Sul mas dezenas de milhares de manifestantes concentraram-se na capital, Seul, exigindo a demissão do presidente Roh Tae-Woo e de frontando cargas policiais.

A redução dos horários de trabalho foi a exigência maior de centenas de milhares de trabalhadores japoneses que em todo o país se manifestaram igualmente

pela baixa nos preços dos terrenos e dos impostos a fim de melhorar as condições de vida. Os números são impressionantes: em todo o Japão terão participado nas comemorações do 1º de Maio três milhões e 600 mil pessoas em mil e 500 manifestações.

Nas Filipinas trinta mil pessoas manifestaram-se na capital, Manila, pelo encerramento das seis bases militares norte-americanas ali instaladas, sobre as quais neste

momento decorrem negociações para o estabelecimento de um novo acordo entre os dois países.

O 1º de Maio na China é feriado nacional, não sendo no entanto tradição efectuar-se desfiles militares ou civis. Este ano, na Praça Tiananmen foi hasteada a bandeira nacional, saudada por um desfile de crianças de várias escolas de Pequim, em cerimónia assistida por vários milhares de pessoas.

CDU saúda dia do trabalhador

1. A CDU (Coligação Democrática Unitária) saúda todos os trabalhadores portugueses pela passagem de mais um aniversário do Dia Mundial dos Trabalhadores, o 1º de Maio, e junta a sua voz a todos os democratas e patriotas que nesta hora protestam contra as consequências da política de direita, levada a cabo pelo Governo do PSD/Cavaco Silva.

2. As comemorações do 1º de Maio deste ano decorrem num momento e num quadro muito particulares da vida política nacional e para o regime democrático.

A juntar à prolongada e sistemática ofensiva do Governo PSD/Cavaco Silva, contra as principais conquistas democráticas, as nacionalizações, a Reforma Agrária, os direitos e liberdades dos cidadãos; a par da ofensiva contra serviços de grande impacto social (saúde, habitação, ensino) e de uma política de contenção do crescimento dos salários e o agravamento das desigualdades sociais, o Governo PSD/Cavaco Silva, insistindo em fazer aprovar o novo Pacote Laboral, faz recair sobre os direitos dos trabalhadores uma das mais sérias e graves ameaças.

3. Numa altura em que os trabalhadores reclamam a redução do horário de trabalho para 40 horas e mais segurança no emprego, o Governo PSD/Cavaco Silva, prepara-se com o novo Pacote Laboral para agravar os tempos de duração do horário de trabalho e facilitar os despedimentos introduzindo o famigerado conceito de despedimento por inadaptação e tornar ainda mais precário todo o mercado de trabalho.

4. A CDU considera que a tarefa central que hoje se coloca aos trabalhadores, aos democratas, é desenvolver a luta de resistência à política antipopular e anti-social do Governo PSD/Cavaco Silva, com vistas a que nas próximas eleições lhe inflija uma verdadeira derrota, preparando desse modo as condições para uma alternativa ao Governo e à política do PSD.

5. A CDU, ao saudar a jornada do 1º de Maio, apela para que na sequência das comemorações do 25 de Abril, ela constitua uma grande afirmação de vitalidade do movimento dos trabalhadores, da sua unidade e determinação de luta em defesa dos seus interesses vitais e em defesa do regime democrático.

Lisboa, 1 de Maio de 1991



Braga



Coimbra

Maio(r) força!

Este terá sido o 1º de Maio mais participado nos últimos anos. Como sempre, pede-se mais justiça social.

O 17º Primeiro de Maio comemorado em liberdade no nosso país, depois do 25 de Abril de 1974, teve organizações da CGTP-IN em mais de 70 localidades. Segundo a participação popular (diz-se que terá sido a maior nos últimos seis anos) cria perspectivas favoráveis para o desenvolvimento imediato das acções reivindicativas protagonizadas pela central sindical e expressas nas palavras de ordem que panos exibidos nas manifestações realizadas em inúmeras cidades ostentaram: o pacote laboral, a semana de trabalho reduzida a 40 horas, progresso e justiça social, contra os despedimentos e a precariedade no emprego foram os temas mais abordados.

No desfile lisboeta, que encheu a Almirante Reis durante muito tempo e posteriormente a Alameda Afonso Henriques para o comício e espectáculo que se seguiu, estiveram muitos trabalhadores de empresas e fábricas onde se desenvolvem lutas sindicais importantes. Foi o

caso dos professores, trabalhadores têxteis, da construção civil ou do sector empresarial do Estado, bem como outros vindos de todas as grandes empresas dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Para além de Manuel Carvalho da Silva, coordenador da CGTP, Fernando Loureiro, do executivo da central sindical, discursaria para enviar uma saudação fraternal a todos os trabalhadores, quaisquer que sejam as suas convicções, políticas, culturais e religiosas, manifestando a Inter a «firme adesão aos princípios de solidariedade que unem os trabalhadores de todo o mundo» expresso também nesta comemoração do Dia do Trabalhador iniciada à 101 anos.

Criticando a UGT por ter tomado uma posição contra a entrada da Inter na Confederação Europeia de Sindicatos, Loureiro diria que essa posição «é contrária aos interesses dos trabalhadores portugueses no seu conjunto» enfraquecendo a posição destes face à entrada em vigor do Mercado Único Europeu.

A CGTP defende a convergência de acção com a UGT em muitas acções mas não aceita as críticas feitas à não assinatura do Acordo Económico e Social: «a evolução presente já mostrou que a posição da CGTP-IN ao resolver não assinar o acordo foi a mais correcta e aquela que melhor corresponde aos interesses dos trabalhadores» já que as medidas eventualmente consideradas positivas para os trabalhadores «ou não tiveram efeito prático ou são apresentadas esvaziadas de conteúdo» enquanto se avançou numa legislação laboral que confirmou «a justeza das reservas e da oposição então manifestada pela CGTP-IN».

Na região norte, para além das comemorações no Porto, registaram-se iniciativas da Inter nas mais importantes cidades da região como Guimarães, Braga ou Aveiro, local onde Joaquim de Almeida, da executiva da central sindical, se referiria ao facto de a média salarial dos trabalhadores do distrito

ser bastante inferior à do resto do país.

Em Coimbra, Maria do Carmo Tavares, da comissão executiva da CGTP, diria na intervenção no comício ali efectuado que apesar de existir na sociedade portuguesa uma «legítima vontade» de progresso, o anseio «tem sido defraudado» por o crescimento económico não se traduzir em justiça social.

Em Ponta Delgada, o Dia do Trabalhador teve comemorações promovidas pela União dos Sindicatos de São Miguel e Santa Maria com provas de atletismo, torneio de futebol de salão e uma festa com grupos de cantares ao desafio e música ligeira, para além da manifestação e comício.

Apesar de estar envolvida na organização das comemorações em Lisboa, a União dos Sindicatos de Setúbal ainda assim promoveu uma manifestação que integrava sindicalistas, autarcas e trabalhadores de diversas unidades industriais da região. No comício interviria o diri-

Frases de Maio

“É Maio, e Maio é mudança, é a força da gente que trabalha, é a força da vida, é festa.”

Da resolução da União dos Sindicatos de Lisboa

“O crescimento económico não tem significado a resolução dos problemas fundamentais.”

João Pacheco Gonçalves no comício do Porto

“O crescimento da precariedade e insegurança no emprego? O preocupante número de acidentes de trabalho? A degradação na assistência na saúde?”

Joaquim de Almeida no comício em Aveiro

“Saímos hoje daqui com mais confiança e a certeza de que é possível construir um futuro melhor e mais justo.”

Manuel Carvalho da Silva no comício de Lisboa

gente da Inter, Rui Paixão.

No Algarve, a União dos Sindicatos local organizou as comemorações deste dia. Em Faro, José Morte, também da comissão executiva da Inter,

diria que «o Governo, o patronato e quem os apoia ofendem o Maio da nossa exaltação e o Abril da nossa liberdade» ao insistir em fazer aprovar o Pacote Laboral.



Carvalho da Silva «Travar e derrotar esta política»

Um aumento imediato do salário mínimo nacional para 45 mil escudos mensais e um acréscimo de pelo menos três mil e 500 escudos para as pensões de reforma foram exigências feitas na intervenção de fundo no 1º de Maio lisboeta, a cargo do coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva. Uma data que é «sempre uma jornada de unidade, de festa e de luta», disse o sindicalista.

A CGTP-IN defende que as pensões não sejam inferiores a 55 por cento do valor do salário mínimo e reivindica a revisão do sistema de cálculo das pensões de reforma e a valorização do abono de família.

De três a oito de Junho a central sindical levará a efeito uma semana de luta pela redução do horário de trabalho, contra a precarização do emprego e contra o pacote laboral.

A legislação laboral que o Governo pretende impor foi um dos temas principais desta intervenção. Carvalho da Silva diria que se essas leis vingassem «fariam dos trabalhadores os deserdados do progresso tecnológico, aumentando a precariedade do emprego e a sua dependência face ao patronato, desorganizando os horários de trabalho, pondo em causa os seus interesses económicos, sociais e mesmo familiares».

Os projectos de lei sobre horários de trabalho, cessação do contrato por inadaptação, comissão de serviço do período experimental foram alguns dos exemplos citados.

Pôr termo a estes conteúdos é objectivo da CGTP «mas, como a experiência nos ensina, só atingiremos os nossos objectivos se nos empenharmos afincadamente na luta», diria o dirigente da Inter.

No início da sua intervenção, Carvalho da Silva começou por se referir ao facto de terem sido «sucessivamente adiadas» as expectativas criadas aos trabalhadores e ao povo português com o crescimento económico registado no nosso país. Carvalho da Silva sublinhou que «os salários não cresceram o que deviam ter crescido, a precarização do trabalho generalizou-se, acentuaram-se as desigualdades, há graves carências sociais que se mantêm».

Pobreza, trabalho infantil, bairros da lata, assimetrias regionais e a falta do processo de regionalização foram referências feitas pelo coordenador da Inter que criticou a passagem de sectores importantes da economia nacional para as mãos de estrangeiros e a venda ao desbarato das empresas efectuada com o actual processo de privatizações.

Sobre o período eleitoral que se avizinha, Carvalho da Silva falou da necessidade de «retirar dividendos para os trabalhadores» para com o seu voto «travar e derrotar esta política neo-liberalizante e retrógrada», enquanto a próxima presidência portuguesa da CEE deve motivar os trabalhadores a «formular uma plataforma reivindicativa forte que dê dimensão social à evolução da comunidade».

Porto

Crescimento com justiça social

A falência efectiva ou iminente de dezenas de empresas na região, foi preocupação maior no 1.º de Maio do Porto.

As comemorações do 1.º de Maio no Porto começaram na véspera, como vem já sendo uma tradição, com um espectáculo na noite de 30 de Abril. Ao fim da tarde do mesmo dia, tinha sido a deposição de flores junto das placas evocativas dos trágicos acontecimentos de Maio de 82.

Na manhã do próprio dia 1 de Maio, mais de 300 participantes deram corpo à Corrida 1.º de Maio e muitas foram as crianças que brincaram na Praça Humberto Delgado, onde decorreram iniciativas a elas dedicadas. De tarde, foi o Desfile promovido pelos Sindicatos, com a sala de visitas da cidade cheia de

gente, em festa — com o Rancho de Tardariz e o Grupo Maio Moço — e em luta pelo progresso e justiça social, por melhores salários, pelas 40 horas, recusando o Pacote Laboral.

A anteceder o desfile que percorreu as principais ruas da «baixa» do Porto, no período de intervenções sindicais, tomaram a palavra João Pacheco Gonçalves, coordenador da União dos Sindicatos do Porto e da Comissão Executiva da CGTP-IN, e Emídio Martins, igualmente da Comissão Executiva da Central.

Ao justificar as fortes razões que levaram os milhares de trabalhadores a manifestarem-se no seu dia,

João Pacheco deu como exemplo o distrito do Porto, onde «é bem evidente que o crescimento económico não tem significado a resolução dos problemas fundamentais e tem sido até acompanhado do agravamento da situação social para a maioria dos trabalhadores — só no Porto, há mais de meia centena de empresas em risco de falência ou encerramento, constituindo uma ameaça para os postos de trabalho de milhares de trabalhadores». «Cerca de cem mil trabalhadores têm vínculo contratual precário ou não têm qualquer contrato e mais de três mil continuam com os seus salários

em atraso», referiu o dirigente sindical, para lembrar de seguida que o Porto continua a ser o distrito mais afectado por acidentes de trabalho e por casos mortais, em resultado da falta de condições de segurança.

A propósito do Pacote Laboral, que «no essencial visa reforçar o poder discricionário do patronato em detrimento dos direitos e garantias dos trabalhadores», João Pacheco Gonçalves afirmou que ele pretende «dar cobertura legal à realidade que já hoje se pretende impor nas empresas do distrito», como acontece com a discriminação salarial dos dirigentes, delegados e activistas sindicais na Comanor, na Companhia Portuguesa do Cobre, na Jotocar, na Spirel, ou em função da filiação sindical, como na Leonesa, a tentativa de retirar direitos consagrados como o período de aleitação, na Ispomac-Confeccões, ou a violação do contrato, como aconteceu no «Jornal de Notícias» ao utilizar tarefeiros.

Emídio Martins, em nome da CGTP-IN, fez de seguida uma detalhada análise da situação económica e social nacional, com realce para as implicações da aplicação do Pacote Laboral na vida dos trabalhadores, exigindo um debate público amplamente participado.



TRABALHADORES

Acção conjunta CGTP-UGT na AR

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) considera que a tentativa de conter a inflação através da redução das despesas com pessoal, recorrendo à fixação administrativa de tectos salariais ou ponderando metas de inflação irrealistas, se tem demonstrado, para além de ineficaz, altamente gravosa para a Administração Pública.

Esta opinião amplamente partilhada no movimento sindical do sector está a ter reflexos na própria Assembleia da República onde decorre — reafirma a FNSFP em nota de 2 do corrente — «a discussão de uma petição entregue conjuntamente em Outubro do ano passado pelas Frentes sindicais da Administração Pública da CGTP e da UGT».

Veja-se o caso aqui documentado nestas páginas sobre a circunstância de todo anómala de existirem 100 mil funcionários públicos (entre 500 mil no total) «a

quem o Governo faz esperar entre 10 e 18 meses pelo pagamento» de remunerações (ou parte delas) que lhes são devidas por lei.

Ao comentar o facto na nota já citada de 2 do corrente, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública conclui:

«Os mecanismos regulamentadores dos direitos de negociação e participação colectiva na Função Pública», que constam de diploma legal («DL» 45A/84), não satisfazem as expectativas criadas pela Constituição da República e pela Convenção 151 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

«Nesse sentido, a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública espera que os partidos políticos com assento na Assembleia da República ponderem a vontade e a aspiração dos cerca de 500 mil cidadãos que trabalham na Administração Pública Portuguesa».

Pondere-se que não é pedir de mais.

O Governo deve milhares de contos à Função Pública

Só no Hospital de S. João no Porto a dívida ronda os 184 mil contos

O Governo Cavaco Silva foi acusado sexta-feira no Porto de dever há ano e meio «milhares de contos a cerca de 40 mil trabalhadores» da Administração Pública.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte — STFPN — disse em conferência de Imprensa naquela cidade que estão nesse caso «trabalhadores que prestam serviço nos mais variados Ministérios».

Está em causa sobretudo o já célebre novo sistema retributivo (NSR).

Para o Sindicato do Norte, com sede no Porto, os trabalhadores pagos in-

devidamente não têm apenas «funções específicas». Têm também «designações específicas não contempladas» no diploma que regula o NSR.

Segundo o STFPN citado pela Lusa, são «600 ou 700 designações diferentes», que vão desde ecónomos, fiéis de armazém e impressores de *offset* a tractoristas, transcritores de braille e guardas de museu.

A mesma organização sindical, filiada na FNSFP, acusa ainda o Governo de manter «pendentes» as questões relacionadas com o descongelamento dos escalões.

Este último deveria ter-se processado em Julho do ano passado. Mas o Governo só em Dezembro findo fez publicar a legislação regulamentadora correspondente.

De acordo com o Sindicato, apesar desse atraso de 5 meses, ainda hoje são muitos os serviços que «não processaram os vencimentos em função do referido descongelamento».

Foram dados exemplos: os Hospitais de S. João, Santo António, Maria Pia e Conde Ferreira, todos do Porto. No primeiro destes estabelecimentos, «calcula-se que serão necessários

184 mil contos» para pagar essa dívida pela qual o Governo é responsável.

Segundo o Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Norte, há 7000 trabalhadores nessa situação.

Dos 16 800 funcionários dos hospitais da zona do Grande Porto «apenas 800 receberam os salários a que têm direito».

Para o STFPN são devidos juros de mora por essas dívidas e, além disso, é necessária a médio prazo uma «efectiva reestruturação do actual esquema de carreiras» — motivo entre outros de várias lutas sectoriais.

Pensões

Sete anos à espera da acumulação

Embora pecando por «demasiado tardio», o diploma governamental sobre a acumulação de pensões é considerado «globalmente positivo» pela CGTP-IN. O PCP vai intervir na questão (ver AR).

Com o título «Alguns justiça, ao fim de sete anos», o departamento de informação da central emitiu em 17 de Abril o seguinte comunicado:

«O diploma que veio definir os critérios a que deve obedecer a acumulação de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência entre os vários regimes da Segurança Social e Protecção Social é considerado pela CGTP-IN como globalmente positivo. No entanto, a regulamentação agora publicada peca por ser demasiado tardia.

«Com efeito, a Lei de Bases 18/84 de 14 de Agosto já contemplava a possibilidade de acumular pensões; só que até hoje nunca tinha sido feita qualquer regulamentação nesse sentido. Pena é que o Governo continue a optar por medidas de carácter avulso, em vez de proceder, como lhe compete, à regulamentação global exigida pela referida Lei de Bases.

«O atraso de sete anos verificado foi causa de grandes prejuízos para milhares e milhares de reformados e pensionistas.

«A CGTP-IN denunciou repetidas vezes esta situação, nomeadamente nos Encontros da Emigração realizados em 1976 e 1981 e na 1.ª Conferência da Inter-Reformados efectuada em finais do ano passado, onde chamou a atenção para os muito milhares de trabalhadores portugueses que tiveram que ir trabalhar para o estrangeiro e que durante dezenas de anos contribuíram para a Segurança Social, mas se encontravam a receber pensões de dois ou três contos, quando não de algumas centenas de escudos apenas.

«No diploma a que nos vimos referindo, o Governo estabeleceu como valor mínimo dessas pensões 13 mil escudos.

«O facto de não ser permitido acumular pensões, ou de vigorarem valores muito baixos para essa acumulação, redundava numa discriminação social inaceitável que se abatia também sobre os acidentados de trabalho e sobre os trabalhadores que tinham contraído doenças profissionais. Era esse o resultado da aplicação dos célebres Artigos 6.º

e 8.º do Decreto-Lei 513M/79.

«Quer isto dizer que, embora estabelecendo novos critérios para a acumulação de pensões, o Governo continua a ser devedor dos reformados e pensionistas que, ao longo de sete anos, foram lesados pela ausência de uma adequada regulamentação.»

Entretanto, numa intervenção do grupo parlamentar do PCP na Assembleia da República em 2 do corrente aludia-se a essas medidas do Governo relacionando-as com «a forte propaganda por ser ano de eleições».

No entanto, acrescentava-se: «A correcção agora feita e há muito reivindicada não torna ricos os mais de duzentos mil pensionistas da sobrevivência que vão passar a receber em Julho 13 mil escudos de pensão, como não são os 260 000 do regime não contributivo que já tinham esse montante.»

O Governo não acabou, na realidade, com as reformas de miséria, por mais que o repita sem cessar.

Não há explicação

A Federação dos Sindicatos da Função Pública (FNSFP) revelava entretanto, em Lisboa, que são mais de 100 mil os trabalhadores que «têm esperado largos meses pelo pagamento de remunerações que lhes são legalmente devidas».

Os dirigentes federativos, citados pela Lusa em 3 do corrente, acham «inadmissível» que o NSR, depois de tanto tempo, não seja ainda aplicável a todo o pessoal por ele abrangido.

Daí as paralisações de trabalho em diversas áreas da Função Pública, que se prevê continuem enquanto essa e outras anomalias não terminarem.

São completamente inexistentes, sobretudo para o cidadão utente, mas também para muitos funcionários, explicações cabais do Governo para o que se está a passar com extensos sectores da Administração Pública onde o pessoal se tem visto obrigado a recorrer à greve.

Escolas

Não docentes em Encontro

O II Encontro Nacional dos Trabalhadores não Docentes dos Ensinos Básico e Secundário que se efectua amanhã em Lisboa dirá respeito a cerca de 54 mil trabalhadores daquelas áreas da Administração Pública.

Segundo foi divulgado sexta-feira passada pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, o tema principal da iniciativa

será a gestão democrática das escolas.

As dirigentes sindicais, Natália Carvalho e Maria José, presentes numa conferência de Imprensa, no passado dia 3, salientaram a participação daqueles trabalhadores das escolas na sua gestão.

O Encontro decorrerá nas instalações do Instituto Franco-Português, entre as 11 e as 18 horas. Participam, segundo a FNSFP, 200 delegados.

Além da gestão escolar, o Encontro tratará de discutir e aprovar um caderno reivindicativo.

As matérias que certamente merecerão mais empenho dos participantes terão a ver com a revalorização das carreiras, designadamente administrativas.

Serão também assuntos em destaque, no âmbito do caderno, a criação de novas categorias e a abertura imediata de concursos, conforme frisaram as sindicalistas na conferência de Imprensa em Lisboa.

A FNSFP recorda que no primeiro Encontro deste tipo, em 7 de Março de 1985, foi aprovado um caderno reivindicativo do qual constavam algumas propostas posteriormente consagradas no Decreto-Lei 223/87.

A mesma Federação, FNSFP, considera relevante a preocupação deste grupo de profissionais, cada vez mais importante, na definição duma política de ensino para o nosso país.



Muitos dos problemas escolares devem-se a carências no âmbito do pessoal não docente. Foto de arquivo

Greve dos enfermeiros e outras lutas

Paralisações do Sheraton estendem-se ao Ritz. Forte movimentação na Função Pública. Anunciada greve na Segurança Social

Começou às zero horas de anteontem uma greve nacional dos enfermeiros. Na madrugada de 7 do corrente estavam parados blocos operatórios, centros de saúde e escolas de enfermagem.

Esta greve, que pode atingir fortes proporções e abranger todo o País, coincide com paralisações de trabalho na hotelaria e na Função Pública.

Entretanto, sabia-se que enfermeiros docentes, chefes e supervisores tinham declarado a sua adesão à greve que, pela primeira vez desde 1976, é convocada por todas as organizações sindicais do sector.

A acção de luta dos enfermeiros deve-se sobretudo à recusa do Governo

em negociar o regime de exclusividade. Visa a dignificação da carreira e as condições de trabalho daqueles profissionais.

Augusta Sousa, presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), disse em 2 do corrente que os enfermeiros com curso-base (bacharelato) têm no topo da carreira uma diferença próxima de 50 contos do salário máximo, e os enfermeiros com equivalência a licenciatura ficam a 30 e 40 contos dos técnicos superiores, segundo a proposta do Governo.

Os representantes sindicais do sector anunciaram que seriam recebidos no próprio dia da greve pelo Provedor de Justiça e pela

Comissão Parlamentar da Saúde, dependente da Assembleia da República.

Entretanto, era anunciada para o Sheraton nova greve por tempo indeterminado.

O Sindicato da Hotelaria, com sede em Lisboa, afirmava no passado fim-de-semana que, depois de três dias de greve (26, 27 e 28 de Abril) a posição dos administradores mantinha-se, recusando aumentos salariais superiores a 13,5 por cento.

A esta greve — a adesão tem-se aproximado dos 100 por cento — veio juntar-se a do Hotel Ritz. A realização desta última forma de luta estava prevista para ocorrer ontem, 8 do corrente.

Mais uma vez estão em jogo principalmente as questões de ordem salarial.

A direcção do Sindicato resolvia, entretanto, efectuar um plenário em frente à sede da RTP, na 5 de Outubro em Lisboa. Esta acção, marcada para o passado dia 5, era uma tentativa para abrir caminho à cobertura da greve.

As greves na hotelaria têm sido assinaladas por forte adesão (entre os 80 e os 90 por cento) e têm abrangido grande número de estabelecimentos, incluindo os bares e restaurantes do aeroporto de Lisboa, onde os trabalhadores conseguiram aumentos salariais muito superiores aos 13,5 por cento — meta do Governo — após sete dias de greve.

Na área da Função Pública, destaca-se esta semana a greve anunciada para a Segurança Social. Nesse como em outros sectores, principalmente na Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, estão em causa reivindicações de base, que

se resumem à aplicação do novo sistema retributivo e à questão das carreiras profissionais.

Formas de luta podem brevemente ocorrer entre os médicos, designadamente os representados pela FNAM, Federação nacional do sector.



Aos enfermeiros não foi deixada outra solução. Foto de arquivo

Aduaneiros

Ameaçados 7000 postos de trabalho

Uma concentração em 14 do corrente e uma greve na primeira quinzena de Junho são, as acções anunciadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas para contrariar a vaga de extinção de postos de trabalho (cerca de 7000) no sector.

Essa vaga de desemprego resultaria da entrada em vigor do Mercado Único Europeu em 1993.

No entender da direcção

daquele Sindicato, o Ministério das Finanças deve receber os representantes dos trabalhadores.

As reivindicações destinadas a evitar aquelas perdas de postos de trabalho consistem na ligação dos despachantes às alfândegas, em acções de formação e reciclagem profissional.

Onde em todo o caso não for possível garantir empregos já existentes deve existir a garantia de verbas para reformas antecipadas, bem

como indemnizações.

Apesar das iniciativas sindicais no sentido de obter algumas garantias da parte das autoridades nacionais e comunitárias, até agora não se obtiveram respostas de parte nenhuma, pelo que, se a situação se mantiver, a greve no sector pode paralisar empresas da indústria e do comércio que dependem de importação de matérias-primas e outros materiais para a produção e o comércio.

Makro

Em vias de acordo

A comissão executiva da Fepces-Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços apelou recentemente aos 1800 trabalhadores da Makro no sentido de apoiarem em conjunto um acordo de empresa a negociar com a administração.

A empresa Makro possui quatro estabelecimentos no País. Numa folha distribuída em 15 de Abril pela comissão executiva da Fepces, esta Federação nacional afirmava: «É nosso propósito, quando reunidas as

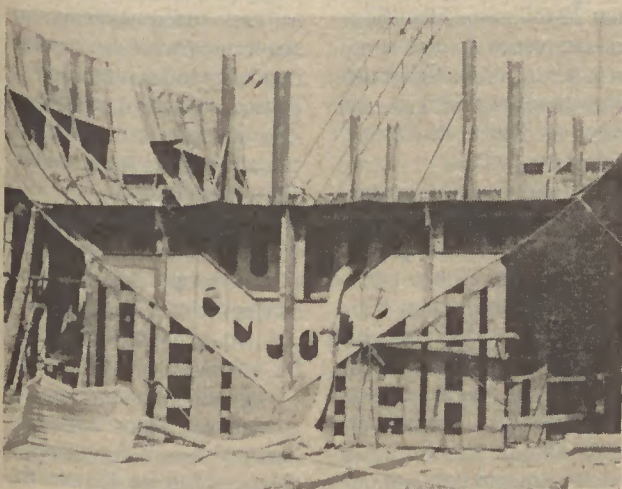
condições, discutir com todos os trabalhadores da empresa o projecto final a entregar à administração».

A Makro, que possui estabelecimentos em Lisboa, Porto, Gaia e Palmela, reuniu recentemente, através da sua direcção de recursos humanos, com os dirigentes sindicais da Fepces, tendo sido apresentado pelos sindicalistas um esboço de «acordo de empresa», com 60 cláusulas e 2 anexos.

Segundo o executivo da Federação, trata-se de «formas de admissão e acessos

da carreira profissional; período experimental; organização dos horários de trabalho; horário de trabalho diário e semanal, assim como descanso semanal». E ainda «regime de turnos», bem como outras cláusulas entre elas as diuturnidades, férias e tabela salarial.

Na folha citada, a Fepces indica os seus sindicatos filiados em Lisboa, Porto e Setúbal, e apela à sindicalização dos trabalhadores da Makro, «como forma de organização superior no caminho para o êxito», neste caso, da negociação.



Embora a construção naval não goze em todo o lado de excelente saúde, os Estaleiros do Mondego podem pagar. Foto de arquivo

Mondego na AR

Depois duma série de greves, os trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, decidiram intervir junto dos grupos parlamentares.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalomecânica do distrito de Coimbra anuncia que a decisão foi tomada em plenário. Aqueles trabalhadores reuniram-se quinta-feira da semana passada. Além dessa intervenção junto dos deputados à Assembleia da República, o pessoal dos Estaleiros decidiu também recorrer ao governador civil de Coimbra, ao presidente da Câmara da Figueira da Foz e ao bispo da diocese.

Está em curso na empresa um processo reivindicativo que a administração se recusa a atender.

Os administradores dos Estaleiros recusam-se sobretudo a negociar um ca-

dero reivindicativo. O pessoal operário e o seu sindicato reclamam aumentos salariais de 15 mil escudos por mês; o subsídio de refeição deverá aumentar 14 por cento; o horário de trabalho deverá diminuir progressivamente até atingir as 40 horas semanais.

Fontes do Sindicato citadas pela Lusa reafirmam que as reivindicações não são difíceis de satisfazer e que a empresa pode perfeitamente comportá-las.

Os trabalhadores completaram na semana passada uma série de paralisações parciais de uma hora durante cinco dias.

Fonte do Sindicato disse à Lusa que as adesões variaram entre 75 e 85 por cento nesse período.

No início do mês passado, os trabalhadores tinham efectuado uma semana de paralisações progressivas que terminaram numa greve em todo o período de um dia de trabalho.

«Lay-off» na Firestone

A fábrica de pneus Firestone, com instalações fabris em Alcochete, prepara-se para lançar no desemprego um número indeterminado de trabalhadores.

Multinacional, com sede nos Estados Unidos da América, a fábrica emprega à volta de 400 trabalhadores no nosso país.

O sistema adoptado pela administração é o «lay-off», reduzindo os períodos de trabalho a quatro dias por semana.

Rui Paixão, coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal, disse à Lusa que se trata de «mais uma situação de precarização de trabalho, que pouco a pouco pode levar ao desemprego.

Por um lado, apregoam-se investimentos e por outro há situações destas», acrescentou.

O «lay-off» na Firestone vai implicar reduções nos salários e está anunciado

para principiar em 1 de Junho.

Segundo aquele dirigente sindical, trata-se de uma decisão da sede da multinacional. A direcção em Alcochete diz que o mesmo foi decidido para as fábricas da Firestone em Espanha e na Itália.

Para Rui Paixão, «a Firestone é uma multinacional, e são empresas destas que têm grande protecção do nosso Governo. Depois,

quando estão servidas, vão-se embora», frisou o dirigente sindical.

O «lay-off» na Firestone pode atingir proporções mais graves como aconteceu na Gefa.

Nesta empresa sediada na Moita, 800 trabalhadores vão perder o seu posto de trabalho.

Do ramo dos têxteis, a Gefa é propriedade de estrangeiros que entraram num processo de dissolução da empresa.

JARDIM SUSPENDE PESCA DO ATUM

PEIXE PASSA AO LARGO

Os pescadores da Madeira estão a ver «os cardumes a passar e a sua vida a andar para trás», denuncia a DORAM do PCP que considera «caricato que numa pesca de características sazonais se interrompam as capturas nos meses em que os pescadores podem ganhar o seu pão». Esta decisão foi tomada pelo Governo de Alberto João Jardim e o secretário regional da Economia qualificou-a como «uma situação normal». A Organização do PCP na Madeira acusa o Executivo regional de «passar a vida a prometer, mas as obras nunca aparecem». É o caso da rede de frio, da fixação de um preço mínimo para o pescado, portos de abrigo e outras reivindicações dos pescadores não satisfeitas que demonstram a «incompetência e a falta de vontade política para avançar com uma política coordenada de desenvolvimento económico no sector das pescas», patente no facto de não terem sido inscritas no programa comunitário Poseima quaisquer verbas para este sector.

«CORREIO AZUL» ENCAPOTA AUMENTOS

Poucos meses depois da substituição do chamado «correio azul», os protestos aumentam devido à incomportável subida dos encargos com os portes de correios e à completa balbúrdia no tratamento e distribuição do correio normal, que se acumula e atrasa perante a indignação dos utentes. Como indica uma nota da célula do PCP nos CTT-Lisboa, «o nivelamento por cima das tarifas, e a degradação do correio normal põe em causa a natureza pública e social do serviço de Correios». O objectivo é claro e visa essencialmente «a rentabilização, com vista à sua autonomização empresarial, num processo de desmembramento dos CTT, criando condições para a privatização de sectores e serviços rentáveis, em especial nas telecomunicações. O PCP exige que seja desbloqueada a criação do Banco Postal, no âmbito dos CTT, promovida a efectiva modernização dos CTT, bem como defende que o processo que deu origem ao correio azul seja revisto, pondo termo ao aumento brutal das tarifas postais.

COIMBRA TEM BOLSAS EM ATRASO

A JCP qualifica de inaceitáveis e injustificáveis os atrasos no pagamento das bolsas aos estudantes do Ensino Superior de Coimbra. Em comunicado divulgado aquela estrutura de jovens comunistas denuncia que durante este ano lectivo o pagamento das bolsas sofreu atrasos de mais de quatro meses. Sendo a única fonte de sobrevivência para muitos estudantes e apoio determinante à sua frequência escolar, «não se compreende a ausência de medidas quer por parte dos Serviços Sociais de Coimbra, quer por parte doutras entidades, designadamente do Governo, para ultrapassar esta situação», refere o texto. Por outro lado, a JCP considera que a recente suspensão das bolsas aos estudantes do ensino politécnico, em Coimbra, constitui uma «medida discriminatória e condenável», até porque foi decidida administrativamente e a meio do ano lectivo. Esta organização juvenil responsabiliza o Governo e exige que a Secretaria de Estado do Ensino Superior resolva de imediato a situação dos estudantes do Politécnico.

PROMESSAS VELHAS RENOVADAS

As visitas do Primeiro-Ministro, mesmo as relâmpago, são sempre para prometer mundos e fundos à população. Não há tempo a perder, as eleições estão à porta, é preciso caçar votos. Foi o que aconteceu recentemente no concelho de Santa Maria da Feira, em que o chefe do Governo PSD não hesitou em prometer um novo hospital, para o que seriam disponibilizados os meios necessários no próximo Orçamento de Estado. O governante pensará que povo não tem memória, mas engana-se. Como sublinha uma nota da Comissão Concelhia do PCP, «já em vésperas das últimas eleições para a Assembleia da República, Cavaco Silva prometera o mesmo hospital e os mesmos meios, embora passados quatro anos a obra esteja ainda na estaca zero». O PCP denuncia o carácter eleitoralista e demagógico das promessas do Executivo PSD e aponta vários problemas como a sobrelotação das escolas, o mau estado das vias de comunicação, a falta de uma rede de esgotos no concelho, que contradizem a tese do progresso e desenvolvimento propagandeada pelo Governo.

LISTAS CDU EM CASTELO BRANCO

A direcção da Organização Regional de Castelo Branco debateu recentemente a preparação da lista da CDU para o Distrito, cuja apresentação pública dos candidatos será feita num encontro marcado para 25 de Junho na Covilhã. A DORCB, que elegeu em reunião o seu executivo, analisou a visita do Primeiro-Ministro ao distrito, considerando que esta visou exclusivamente objectivos eleitoralistas. Ao mesmo tempo, os comunistas da região responsabilizam o Governo PSD pela grave crise dos lanifícios, que ameaça com o encerramento as empresas de Saraiva & Irmão e JC Saraiva na Covilhã, cidade onde Cavaco Silva «foi recebido com frieza pela população». O PCP chama ainda a atenção para os muitos problemas que continuam por resolver como a construção dos troços da IP2, entre a Guarda e Castelo Branco, a remodelação e modernização do caminho-de-ferro da Beira Baixa, a execução do projecto de regadio da Cova da Beira, a reflorestação das zonas queimadas pelos incêndios, o desenvolvimento regional.

PCP

Jornadas Legislativas do Porto

A realidade de dezassete concelhos

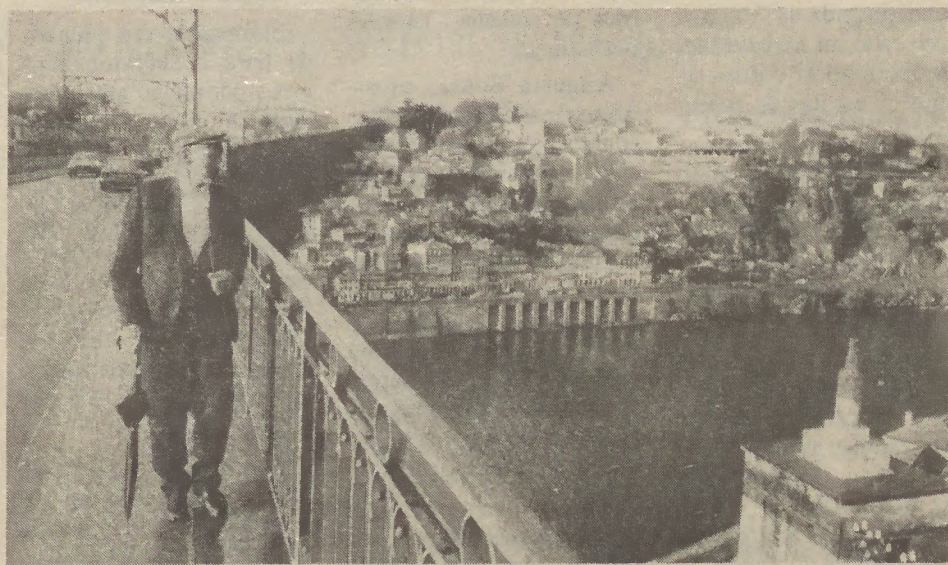
Terminaram no sábado as jornadas legislativas do Porto em que participaram dirigentes regionais do Partido e deputados comunistas e incluíram um vasto programa de visitas nos dezassete concelhos do distrito

As jornadas realizaram-se entre os dias 2 e 4 do corrente mês, no decorrer dos quais foram efectuados mais de três dezenas de contactos. Os resultados da iniciativa foram divulgados numa conferência de imprensa, que contou com a participação de Carlos Brito, Lino de Carvalho, António Mota, Ilda Figueiredo e Júlio Antunes, João Semedo e José Timóteo.

Como foi referido no encontro, as jornadas legislativas incidiram fundamentalmente sobre os «problemas laborais, a situação e os direitos dos trabalhadores, as grandes linhas para o desenvolvimento da região e suas carências infra-estruturais, a realidade social, com relevo para a problemática juvenil, as condições de vida e de habitação dos portuenses, a saúde pública e o ambiente, o ensino universitário e a reforma educativa, a vida artística e cultural».

Os problemas da região do Porto demonstram, segundo disse Carlos Brito, que «ao contrário do que proclama a propaganda governamental, o crescimento verificado nos últimos anos não é o que poderia e deveria ter sido numa excepcional conjuntura externa e, por outro lado, foi acompanhado de um agravamento das desigualdades sociais e regionais».

Ilda Figueiredo deu igualmente conta dos problemas detectados, designadamente a «acentuada degradação das condições de trabalho em importantes áreas de actividade, os obstáculos à contratação colectiva, com relevo para a situação dos gráficos e dos têxteis». Os baixos salários e o alastramento da pobreza em contraste com o crescimento dos lucros e da riqueza em deter-



A região do Porto continua hoje longe de dispor das infra-estruturas necessárias ao seu desenvolvimento

minados segmentos da população, a precariedade e instabilidade do emprego, o significativo número de empresas encerradas e em regime de laboração reduzida e os consequentes despedimentos, foram ainda aspectos apontados pela deputada que referiu os 14 mil despedimentos anunciados na CP até 1997 e os mais de 50 mil no sector têxtil.

No que respeita às enormes carências habitacionais, Ilda Figueiredo apontou as dramáticas condições que atingem muitos milhares de portuenses, a crescente ruína dos centros históricos do Porto e Gaia, a falta de apoios à construção de habitação pelas cooperativas e associações de moradores, as graves consequências da lei do arrendamento urbano, que conduziu a uma nova onda de despejos e brutais aumentos das rendas dos bairros camarários e sociais, ultrapassando, nalguns casos, os mil por cento. Durante as jornadas foram também analisados os cuidados básicos de saúde, onde se observa escas-

sez de instalações, meios e recursos humanos, a extensão da toxicod dependência, com 20 mil casos identificados em menos de dois anos, ou ainda o recrudescimento da tuberculose pulmonar, que atinge no distrito do Porto a maior taxa do País.

Os participantes na conferência de imprensa chamaram ainda à atenção para a debilidade da reforma curricular no ensino básico e secundário, que está a provocar protestos generalizados, bem como para a grave situação da Universidade do Porto, à beira da asfixia financeira, «a cujo orçamento falta um milhão e duzentos mil contos», que poderá atingir as remunerações dos professores e restante pessoal. No campo da actividade artística e cultural, alertou-se para a difícil situação das companhias de teatro e de música, nomeadamente para a redução em 50 por cento do subsídio da SEC à Cooperativa Árvore, as indefinições e os atrasos no reconhecimento e apoio da SEC ao FITEI. As jornadas concluíram que apesar de algu-

mas obras em curso, a região do Porto continua hoje muito longe de dispor das infra-estruturas indispensáveis ao seu desenvolvimento, constituindo grandes entraves ao atraso da criação das Regiões Administrativas e a institucionalização da Área Metropolitana do Porto.

Em resultado das jornadas legislativas do Porto, o PCP vai propor à Assembleia da República a realização de um debate no hemiciclo sobre a situação do sector têxtil e o agendamento da petição apresentada pelos trabalhadores de Ave; a convocação do secretário de Estado da Reforma Educativa para um debate, o agendamento do projecto de lei do PCP sobre medidas de prevenção e combate à toxicod dependência; questionar o Governo sobre os atrasos e desigualdades que caracterizam a região, designadamente a situação na Universidade do Porto, a habitação, cuidados básicos, poluição dos rios e do ambiente, apoio à actividade cultural, monolitismo informático e situação laboral.

300 despedimentos em ano e meio

«Comércio do Porto», «Primeiro de Janeiro» e «Jornal de Notícias»

Ano e meio depois do início das privatizações e processo de reestruturação dos jornais do Porto, que levaram ao desmembramento das empresas do «Comércio do Porto» e do «Primeiro de Janeiro», o clima actual é de instabilidade empresarial, social e profissional. O alerta vem da direcção do Sector de Empresas do Porto do PCP, que refere os ataques aos direitos consagrados na contratação colectiva, a substituição do trabalho efectivo por trabalho precário e a diminuição do estatuto dos trabalhadores.

Como resultado das privatizações e das operações na Bolsa, os jornais do Porto são hoje dominados pelo grande capital, que se apresenta publicamente com os nomes de «Lusomundo», «Gesgráfica» e «Freitas Cruz». A concentração monopolista da imprensa do Porto está praticamente concluída e são os trabalhadores que estão a pagar a factura. No «Primeiro de Janeiro»

foram despedidos 150 trabalhadores, 180 no «Comércio do Porto» e 36 no «Jornal de Notícias», num total de trezentos despedimentos.

Mas não é tudo, no «Primeiro de Janeiro» há salários em atraso, agravam-se as dificuldades que legitimam as apreensões dos trabalhadores sobre o não cumprimento dos compromissos assumidos pela direcção. No «Jornal de Notícias» os trabalhadores são pressionados a rescindir o contrato de trabalho.

Este organismo do PCP adianta ainda que a situação criada com as privatizações dos jornais tem profundos reflexos na falta da liberdade de informação e de expressão, da isenção e do pluralismo. «O Comércio do Porto» é o porta-voz oficioso e seguidista do Governo PSD, e o próprio «Jornal de Notícias» está cada vez mais monolítico e encostado às posições do Governo e do partido que o apoia.



Construtores e amigos da Festa do «Avante!» confraternizaram num almoço realizado na Quinta da Atalaia

Construir mais cedo uma Festa melhor

A Festa do «Avante!» vai ter este ano muitas novidades, mas a pré-campanha eleitoral obriga a começar já a sua construção

Mais de quatrocentas pessoas participaram num almoço organizado pela célula da Festa do «Avante!», onde estiveram vários dirigentes do Partido, dos quais intervieram no final Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, Henrique de Sousa, do Secretariado do CC e responsável pela Festa do «Avante!», e Fernando Vicente, do CC e responsável técnico da Festa.

Das intervenções sobre a Festa sobressaiu o apelo para iniciar mais cedo a sua construção devido à pré-campanha para as legislativas, estando marcada para 18 deste mês a primeira jornada de trabalho. Por outro lado, foram adiantados alguns pormenores, que vão certamente enriquecer a edição deste ano. É o caso do projecto de transferência definitiva do palco principal para uma zona em que será melhor aproveitada a proximidade do rio, o aumento dos serviços de apoio e o reforço dos sanitários. No programa cultural, é de destacar para já a realização da

Bienal de artes plásticas, que contará com um salão para exposição de trabalhos de alguns artistas convidados, bem como a reedição do Centro do Livro e do Disco. Também será retomado o auditório 1º de Maio, como um grande espaço para espectáculos de qualidade.

A encerrar a primeira parte do convívio, que continuou depois com uma actuação do grupo de música africana «Issabary», interveio o secretário-geral adjunto do PCP, Carlos Carvalhas, que enalteceu a iniciativa dos amigos e construtores da Festa do «Avante!», considerando-a como «um testemunho do empenho dos comunistas e de muitos democratas que deixam muitas horas de trabalho no terreno da Atalaia para erguerem a festa da amizade, da alegria, da cultura e da fraternidade».

Carlos Carvalhas referiu-se ainda às novas deformações e perversões do sistema político, de que citamos algumas passagens: «o Governo procura por diversos meios

aprofundar duas grandes linhas da sua acção: liquidar as grandes transformações operadas com o 25 de Abril e utilizar os recursos do Estado, para intensificar a acção eleitoralista com vista a iludir e ganhar eleitorado.

As tentativas de governamentalização ainda mais profunda das instituições, a lei do segredo do Estado, o reforço do controlo pelo poder «laranja» da televisão e dos principais órgãos de comunicação social, a instrumentalização propagandística da cultura, inscrevem-se num processo de deformação e perversão do sistema político e de procurar conservar o PSD nas cadeiras do Poder.

O PSD é cada vez mais um partido que vive à sombra do Orçamento, do negociado, do clientismo e do nepotismo. Portugal precisa de outra política. Os portugueses podem viver melhor.

O PCP é uma componente fundamental e determinante de uma verdadeira alternativa democrática. O reforço do PCP é fundamental não só para o desenvolvimento da luta popular e democrática contra o governo de Cavaco Silva, como também para assegurar a derrota da direita e dar corpo a uma política ao serviço do povo e do país.

O silêncio do PS perante as privatizações de empresas estratégicas, o seu apoio ao aumento das indemnizações, a insistência no objectivo completamente fora das realidades de alcançar sozinho a maioria absoluta nas eleições legislativas, não abridão ao eleitorado a perspectiva de convergência das forças democráticas para a constituição de uma nova maioria na Assembleia da República e o apoio ou viabilização institucional de um novo governo, não servem a luta pela vitória das forças democráticas e tornam ainda mais necessário o reforço da CDU».

Secretariados de células analisam

A situação nas empresas do distrito de Setúbal

Com a participação do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, realizou-se no passado fim-de-semana uma reunião de secretariados de células de empresas do distrito de Setúbal, que juntou cento e vinte quadros do Partido, dirigentes e activistas sindicais, nas instalações da Sociedade 5 de Outubro, em Paio Pires.

Na mesa desta iniciativa estavam ainda Francisco Lopes, da Comissão Política, Manuel Sobral, da Comissão Executiva Nacional, José Teodósio e Rui Paixão, do CC da DORS, e Manuel Valente, da DORS.

A reunião, que antecede um conjunto de iniciativas da DORS, com destaque para as jornadas legislativas do dis-

trito, decorreu num momento em que se assinala um particular agravamento da situação laboral. A título de exemplo, refira-se, na senda da Sado Internacional, Previgal e SGM, a ameaça de encerramento da Geffa, empresa têxtil de Alhos Vedros, onde se assiste à drástica diminuição de postos de trabalho, não obstante ter recebido fundos da CEE. Contudo, não parece ser ainda suficiente para a administração, que agora não renova os contratos de trabalho.

Idêntica situação existe na Recauchutagem IVA, em Setúbal, cujos trabalhadores são objecto de despedimento colectivo. A aplicação da «lay off» está igualmente a ser encarada, segundo fonte

sindicais, na Firestone Portuguesa, Fábrica de Pneus de Alcochete, afectando praticamente 400 trabalhadores.

A ofensiva desta multinacional coincide com a decisão da Regie Renault, em França, de não renovar contratos a prazo na fábrica de Setúbal, pese embora o facto de não se conhecerem dificuldades financeiras nesta unidade fabril.

As incertezas que pairam sobre a Solisnor (ex-Setenave), e que motivaram a deslocação recente de deputados do PCP às instalações de Mitrena, causam também apreensões e desmentem por completo a demagógica propaganda governamental de progresso e justiça social.

PCP exige plano nacional público de jardins de infância

O PCP vai retomar na Assembleia da República o projecto de lei sobre o Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, apresentado aos deputados em 1989, e que propõe que o Governo elabore um plano nacional que tenha como objectivo a cobertura integral do País com uma rede de jardins de infância. O anúncio foi feito pela deputada Lourdes Hespahnol, durante uma iniciativa sobre a educação pré-escolar, promovida no passado sábado, no Salão Nobre da Câmara Municipal da Moita, pela direcção da Organização Regional de

Setúbal do PCP. Na reunião de trabalho, participaram educadoras de infância, professores, autarcas, membros de associações de pais e proprietários de infantários.

A troca de opiniões efectuada visou melhorar o referido projecto de lei, que, recorde-se, obteve o acordo da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da AR, sendo apenas chumbado pela falta de vontade política do PSD, que travou a discussão posterior em plenário.

Dilina Baudoin, membro da direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, abordou o tema da

educação pré-escolar não formal, ou as formas alternativas, tais como a itinerância ou os projectos de animação comunitária, entre outros. Segundo referiu esta participante,

«as preocupações assistenciais parecem impor-se às preocupações pedagógicas para as quais os jardins de infância devem estar antes de tudo, vocacionados». Entretanto, como foi dito, apenas 30 por cento das crianças portuguesas são abrangidas pela educação pré-escolar, contra 80 por cento em média nos outros países da CEE.

Deficientes Encontro nacional no sábado

No próximo sábado, 11 de Maio, no Pavilhão Paz e Amizade em Loures vai realizar-se o 1º Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos Deficientes. Com o lema «Rumo à integração social dos deficientes, com o PCP no caminho da alternativa democrática», o encontro tem por objectivo a análise aprofundada dos problemas que atingem esta importante camada da população e a definição de uma linha de orientação que unifique a acção do Partido em todas as áreas de sua intervenção, nomeadamente no movimento associativo, Parlamento e autarquias.

Nas reuniões preparatórias têm participado muitas dezenas de deficientes e outros quadros do Partido, designadamente técnicos de saúde, de segurança social, deputados, sindicalistas, professores.

O encontro vai centrar-se

em três grandes temas, nomeadamente «Prevenção», que abordará questões como segurança (no trabalho, na escola, no lar, na via pública), assistência peri-natal e pós-parto, detecção precoce da deficiência e gerontologia. Com o segundo tema - «Condições de vida dos deficientes e perspectiva do séc. XXI» - pretende-se fazer uma análise da situação actual quanto a condições sociais e de vida dos deficientes e

quanto ao movimento associativo, suas dificuldades e perspectivas.

No terceiro e último tema, serão debatidas as grandes questões da «Reabilitação e Integração» e dos seus instrumentos, que é necessário concretizar, nos domínios da saúde, segurança social, ensino, emprego e formação, desporto; da legislação e do associativismo, por uma verdadeira política nacional de reabilitação.

Festa da Alegria volta em Julho

Marcada para os dias 5, 6 e 7 de Julho, a Festa da Alegria voltará a animar o Parque de Exposições de Braga, local onde tradicionalmente é realizada. A preocupação da comissão organizadora, refere a DOR Braga, é de «inovar esta edição da Festa que ao longo dos anos conquistou um lugar no roteiro anual das festas no panorama bracarense e minhoto».

As organizações estão já a preparar a sua participação, procurando assegurar a

presença da gastronomia, vinhos e doçaria, artesanato e outros motivos de forte atracção da iniciativa.

Desde já estão garantidas mostras de várias regiões do País como Trás-os-Montes, Douro, Beiras, Ribatejo, Alentejo e esperam-se muitas outras.

Qualquer informação sobre a iniciativa pode ser pedida para o Centro de Trabalho de Braga do PCP, na Rua de Stº André, 15, ou pelos telefones 616850 ou 616851.

1º Encontro Nacional do PCP

sobre os problemas dos deficientes



11 MAIO 1991

LOURES ■ PAVILHÃO PAZ E AMIZADE

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Salário mínimo e pensões

PCP quer aumentos em Julho

Dando cumprimento às decisões aprovadas nas suas Jornadas Parlamentares, recentemente realizadas em Coimbra, os deputados comunistas entregaram já na Mesa da Assembleia da República um conjunto de iniciativas legislativas que visam dar resposta a algumas questões candentes na área social.

Na base destes projectos, segundo foi anunciado em conferência de imprensa, está a consideração de que o Governo, apesar do crescimento económico verificado, continua a revelar-se incapaz de alterar o quadro de nítida acentuação das desigualdades que atinge particularmente as camadas mais desfavorecidas.

Acidentes de trabalho

Iniciativa de relevante significado e importância é ainda o projecto de lei, igualmente apresentado na passada semana, que procede à revisão parcial do regime jurídico dos acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Trata-se de um diploma que pretende, no essencial, corrigir os valores pagos aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e doenças profissionais, valores que como é sabido são escandalosamente baixos, estando na origem de situações de verdadeira miséria.

A título de exemplo, refira-se que a mensalidade média de uma pensão por incapacidade absoluta permanente para o trabalho é de apenas 17 000\$00 para um acidentado de trabalho, enquanto que os trabalhadores vítimas de doenças profissionais, embora beneficiando de uma ligeira melhoria relativamente aos acidentados, continuam a usufruir de um sistema de prestações muito reduzidas.

Lucros das seguradoras

Uma situação de enorme injustiça que contrasta de forma chocante com os lucros das seguradoras e da Caixa Nacional de Seguros e Doenças Profissionais. Com efeito, assinala-se, os prémios recebidos pelas seguradoras em 1989 rondaram os 45 milhões de contos, enquanto que os montantes dispendidos não excederam os 21 milhões (a ratio entre montantes pagos/prémios recebidos é assim da ordem dos 51 por cento). No que se refere à Caixa Nacional de Seguros e Doenças Profissionais o panorama não difere do caso anterior, uma vez que a receita em 1990 foi da ordem dos 8,3 milhões, dos quais apenas se gastaram seis milhões de contos em indemnizações por incapacidade.

Introduzir medidas urgentes que corrijam os aspectos mais gravosos e injustos do sistema vigentes

tal é, pois, o objectivo do diploma agora apresentado pela bancada comunista.

Nesse sentido, o projecto propõe nomeadamente o alargamento da noção de acidente de trabalho e a correcção do actual sistema quanto a acidentes em trajecto (por forma a alargar os acidentes reparáveis), prevendo igualmente o aumento das pensões e indemnizações e, no caso das pensões por morte, o alargamento dos titulares do direito a essa pensão.

No seu articulado, o projecto estabelece ainda o princípio da actualização anual de todas as pensões e aponta para indemnizações que constituam reparação integral do dano sofrido (incluindo os danos morais), propondo, por outro lado, entre outras medidas, a instituição do complemento de familiar a cargo, o aumento de subsídio para despesas de funeral, o pagamento da 13.ª mensalidade e o direito a subsídio para frequência de cursos de formação profissional.

Corrigir desigualdades

Garantir um aumento intercalar do salário mínimo nacional, a partir de 1 de Julho próximo, para o valor de 45 000\$00 na indústria, comércio, serviços e agricultura e de 37 600\$00 para o trabalho doméstico, tal é o objectivo do projecto de lei do Grupo Parlamentar do PCP agora apresentado.

No que se refere às reformas e pensões, os aumentos preconizados no diploma actualizam a pensão mínima do regime geral para 25 mil escudos, igual montante para a pensão mínima do regime especial dos agricultores e 16 500\$00 para as pensões do regime não contributivo.

Quanto ao suplemento a grandes inválidos, de acordo com o articulado do projecto, o seu valor passa para 9000\$00 e para 7500\$00 no caso dos pensionistas do regime geral e do regime não contributivo.

Um acréscimo de 12,5 por cento aos valores das pensões superiores à pensão mínima do regime geral, constitui, por último, outra actualização de grande importância defendida pelos deputados do PCP.

Atrás do pelotão

Na nota preambular do seu projecto de lei, visando o aumento do salário mínimo nacional e das reformas e pensões, o PCP fundamenta com alguns dados concretos as razões que em sua opinião tornam justa e oportuna uma iniciativa desta natureza.

Eles demonstram sobretudo que o nosso país, apesar de ser o que tem mais baixos salários e mais baixos valores de reformas e pensões no conjunto dos países da Comunidade, continua a ser aquele em que se verifica um mais acentuado desequilíbrio na repartição do rendimento nacional e uma situação em que o factor trabalho é fortemente penalizado, comparativamente com os países economicamente mais próximos, como a Grécia e a Irlanda.

Os exemplos que a seguir referimos, a

este respeito, não deixam margem para dúvidas:

- entre 1985 e 1989 a parcela dos salários baixou de 47% para 42% do RN ao mesmo tempo que os lucros das empresas praticamente duplicaram o seu peso relativo;

- o salário/horário dos trabalhadores portugueses, comparativamente com os de outros países da Comunidade, tem vindo a distanciar-se, repercutindo-se na qualidade de vida e no poder de compra que é significativamente mais baixo;

- em Portugal, 10,1% do salário são gastos em vestuário contra 8% da média dos países da Comunidade;

- só em alimentação são gastos em Portugal 46,1%, cerca de metade do salário, contra 26% na CEE.

Deputados comunistas apresentam em conferência de imprensa propostas concretas tendentes a reparar flagrantes injustiças sociais



Governo espolia Assembleias Distritais

O Partido Comunista Português denunciou já a situação com que hoje estão confrontadas as Assembleias Distritais depois da rectificação que o Governo fez publicar ao decreto-lei que alterou o regime jurídico das assembleias distritais.

Através desta rectificação, o Governo, modificando apenas o tempo de um verbo, alterou o sentido do decreto-lei aprovado no uso de uma autorização legislativa e transferiu a titularidade dos bens das Assembleias Distritais para a Administração Central.

A «rectificação» operada foi a seguinte: foi alterado o tempo do verbo **deliberar** e

onde, por exemplo, se lia «Considera-se transferida para o Estado a propriedade dos bens móveis e imóveis adstritos aos serviços e estabelecimentos cujos fins as assembleias distritais **deliberem** não continuar a assegurar», passou a ler-se «(...) cujos fins as assembleias distritais **deliberaram** não continuar a assegurar».

Ora, segundo uma nota do Gabinete de Imprensa do Grupo Parlamentar comunista, a figura da rectificação é utilizada para corrigir erros materiais provenientes de divergências entre o texto original e o texto impresso de qualquer diploma e nunca para introduzir inovações legislativas.

Perante esta situação, o Grupo Parlamentar do PCP requereu, no dia 30 de Abril, a passagem de certidão do texto do decreto-lei depositado na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, para verificar da desconformidade entre o texto do decreto-lei e a rectificação operada e, assim, verificar a legalidade da rectificação.

O Grupo Parlamentar do PCP vai ainda requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade das disposições «rectificadas» do decreto-lei, por contrariarem a lei de autorização legislativa aprovada na Assembleia da República.

Alandroal

Travar o êxodo da população promover o desenvolvimento

A necessidade urgente de se promover o desenvolvimento das regiões do interior é a principal conclusão da visita que os deputados do PCP eleitos pelo círculo de Évora, Lino de Carvalho e Joaquim Teixeira, realizaram na passada semana ao concelho do Alandroal.

Face à nítida falta de desenvolvimento de muitas das regiões do interior, responsável pelo êxodo da população activa e dos jovens, como é o caso do Alandroal, urge pôr em prática uma política e medidas que possam travar e inverter tal situação, assinalaram os deputados comunistas, que foram acompanhados no decorrer da visita pelo Presidente da Câmara, Inácio Melrinho, e por António Mendes, da Direcção da Organização Regional de Évora do PCP.

Nesse sentido, segundo foi dito no final do programa da visita, os deputados irão levar à Assembleia da República um conjunto de propostas, de entre as quais se destaca a construção da barragem da Asseca e da segunda fase dos canais da barragem de Lucifecit e, bem assim, o aproveitamento da água para a rega, disponível após a primeira fase.

A promoção do desenvolvimento da

agricultura, cujas terras se encontram claramente subaproveitadas no concelho, constitui outra área que merecerá a atenção dos parlamentares do PCP, que de igual modo se mostram empenhados em promover iniciativas que levem à abertura de um posto fronteiriço em Juromenha com a construção de uma ponte que permitiria à ligação com as povoações raianas de Vila Real e Olivença.

Entre as necessidades recenseadas, para as quais pensam vir a adoptar iniciativas legislativas, contam-se ainda o alargamento e asfaltamento da Estrada Nacional 255 (Borba-Alandroal-Reguengos) e da EN 373 (Elvas-Alandroal-Redondo) e a defesa e conservação do património histórico do concelho, com relevo para o Castelo de Juromenha.

Nos encontros que mantiveram com as várias entidades do concelho, os deputados comunistas tiveram ainda ensejo de tomar o pulso a outras necessidades prementes sentidas pela generalidade da população, de entre as quais se destacam a construção de um novo centro de saúde, melhores condições de segurança na Escola C+S, a construção de um novo quartel de bombeiros e de lares para a Terceira Idade.

Trabalhadores de fronteiras

**Silêncio do Governo
causa inquietação**

O preocupante silêncio mantido pelas autoridades relativamente à situação das actividades relacionadas com as fronteiras e com as profundas alterações em curso decorrentes da aplicação do Acto Único, em 1993, alterações que afectam de forma particular a Guarda Fiscal, os Despachantes Oficiais e a Direcção-Geral das Alfândegas, abrangendo cerca de 20 mil trabalhadores, foi alvo de fortes críticas por parte do deputado comunista João Amaral, que acusou simultaneamente o Governo de não propor uma política ou qualquer plano orientado para dar resposta à nova situação criada.

Para a bancada comunista, de quem partiu a ini-

ciativa de levar o assunto a plenário, esta total ausência de medidas do Executivo não constitui uma atitude séria e não defende os interesses em presença, pelo que, disse-o João Amaral, não pode prolongar-se, do mesmo modo que não é admissível que «se ande a estimular guerras de competências entre os serviços, fazendo crer que a sobrevivência de uns seria possível através da invasão das competências dos outros».

A situação que está criada, assinala-se, resulta da entrada do nosso país na CEE e particularmente do Acto Único, etapas que marcam o progressivo desmantelamento das alfândegas internas da Comuni-

dade, a par de mudanças significativas que ocorrem também nos métodos de controlo das mercadorias internacionais.

Ora a verdade é que as reduções de actividade são há muito previsíveis, e no caso dos Despachantes Oficiais elas são mesmo agravadas pela aprovação do Código Aduaneiro Comunitário, através do qual se pretende abrir a actividade de despachante a qualquer pessoa, facto que não pode deixar de inquietar os trabalhadores potencialmente afectados, como assinalou João Amaral.

Daí que esteja generalizada entre os trabalhadores a reclamação de que o Governo deve propor imedia-

tamente uma política para o sector, antes das situações se tornarem irremediáveis, uma política que naturalmente deve levar também em linha de conta a opinião dos interessados.

No caso da Guarda Fiscal, de acordo com as palavras de João Amaral, a necessidade dessa política é ainda mais premente, uma vez que, observou, o Governo tem de dizer o que quer desta força, o que implica saber o seu entendimento sobre o «modelo de estrutura, funções e orgânica para que propõe» a sua evolução e qual a delimitação de competências entre as diferentes entidades, incluindo a Direcção-Geral de Alfândegas, Marinha e outras.

PROBLEMAS JUVENIS**Das promessas
à realidade**

As clamorosas diferenças que separam o discurso governamental em período eleitoral, recheado por abundantes referências ao que dizem as suas prioridades, e aquilo que são efectivamente a sua prática política e as suas opções, voltaram a ser postos em evidência numa das sessões parlamentares da passada semana.

Incidindo desta feita na área juvenil, os exemplos trazidos a lume pela deputada comunista Paula Coelho demonstraram que a política do Governo neste domínio não tem rumo, que as questões fundamentais continuam por resolver e que as iniciativas, quando as há, são de fachada.

A área da educação é um caso paradigmático desta realidade, como tratou de realçar a jovem deputada do PCP ao falar do insucesso escolar que afecta todos os níveis de ensino, do apoio social (bolsas de estudo, cantinas, residências,) que continuam a sofrer gritantes carên-

cias, da degradação que afecta as instalações e o equipamento escolar, da manutenção do estrangulamento no acesso ao Ensino Superior.

Melhor sorte parecem não ter igualmente os aspectos relacionados com o emprego, área onde as linhas fundamentais continuam a ser caracterizadas pela precarização e flexibilização dos direitos laborais, pelos contratos a prazo e/ou à tarefa, pelas admissões à experiência sem qualquer espécie de vínculo.

Lembrados por Paula Coelho foram ainda a chaga do trabalho infantil, que em sua opinião «não acaba apenas com muitas aosempregadores, para mais quando a fiscalização é ineficaz», e a questão da habitação, relativamente à qual, disse, se mantiveram e agravaram as condições de acesso para a maioria dos jovens, apenas se conseguindo dinamizar a especulação imobiliária e gerar um agravamento real do seu custo».

Setúbal

Deputados prestam contas

As Jornadas Legislativas do PCP no Distrito de Setúbal, em curso até ao próximo dia 18, com a participação de mais de uma dezena de deputados, entre os quais Octávio Teixeira, indicado para cabeça de lista da CDU pelo distrito de Setúbal às próximas eleições legislativas, e ainda vários membros da Organização Regional de Setúbal do PCP, estão a realizar-se através de um vasto conjunto de iniciativas e contactos que proporcionarão

o levantamento dos principais problemas da região, da população e dos trabalhadores de cada um dos treze concelhos que a compõem.

Será também uma oportunidade, como é prática do PCP e dos seus eleitos, para a prestação de contas da actividade desenvolvida pelos seus deputados na Assembleia da República, uma prática que não tem paralelo em qualquer dos outros partidos, como testemunha o facto, isto para

citar apenas a apresentação de requerimentos, de o PCP num total de 236 referentes ao distrito ter rubricado 208, ficando o PS pelos 23 e o PSD pelos cinco.

Estão entretanto praticamente confirmadas as cerca de uma centena de iniciativas e contactos com organizações, entidades e instituições várias: empresas, autarquias, sindicatos, organizações de agricultores, industriais, pescadores, reformados e ainda institui-

ções sociais diversificadas.

Destas jornadas resultará ainda uma importante contribuição colectiva para o Compromisso Eleitoral da CDU para o Distrito de Setúbal, cujas linhas-mestras assentam na ideia de que o desenvolvimento económico deve ser acompanhado do desenvolvimento sociocultural, por um lado, e, por outro, na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e na garantia e respeito dos seus direitos fundamentais.

**Rogério de Brito
eleito Presidente
do Grupo da Esquerda**

O deputado comunista Rogério de Brito, membro da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, foi eleito, recentemente, presidente do Grupo da Esquerda Unitária Europeia.

Integram este grupo, recorde-se, o Partido Democrático da Esquerda (ex-Partido Comunista Italiano), o Partido Comunista Português, a Esquerda Unida (Espanha), o Partido Comunista Francês, o Partido da Esquerda Socialista (Noruega), a Aliança de Esquerda (Finlândia), o Partido Progressista Democrático (San Marino), o Partido Socialista Popular (Dinamarca) e a Coligação da Esquerda (Grécia).

**Évora
em hora de balanço**

Iniciam-se amanhã, sexta-feira, prolongando-se até final da tarde de sábado, as Jornadas Legislativas do PCP no distrito de Évora, iniciativa que se insere no quadro de contacto permanente com as realidades da região e que corresponde a uma orientação imprimida ao trabalho parlamentar dos deputados comunistas.

Para estes, que visitarão durante os dois dias cinco concelhos do distrito, onde contactarão com mais de trinta entidades, esta constitui a maneira de interpretar a confiança e o mandato que a

população daquele distrito sempre tem entregue nas mãos do PCP.

Constituída pelos deputados Jerónimo de Sousa, João Amaral, Lino de Carvalho, António Filipe, Rogério de Brito, Joaquim Teixeira, Lourdes Hespanhol, Apolónia Teixeira e pelo chefe de gabinete do Grupo Parlamentar, João Sarajva, a delegação visitará nomeadamente as Câmaras Municipais de Évora, Borba, Vila Viçosa e Montemor-o-Novo e terá reuniões de trabalho com a União dos Sindicatos de Évora, com a Associação de Municípios, com a Sociedade

de Desenvolvimento Regional do Alentejo, com o MURPI, com a Santa Casa da Misericórdia e com o Centro Dramático de Évora e o Grupo União Sport de Montemor-o-Novo.

Nota de realce merece ainda a visita à freguesia de Lavre e à UCP «Boa Esperança», a reunião, em Évora, com a Associação Nacional de Pequenos e Médios Agricultores e os debates, amanhã, também em Évora, no Bairro dos Canaviais, sobre política de transportes, e no Bairro da Malagueira, sobre política de habitação.

Petições em estreia

A Assembleia da República discutiu na passada semana quatro petições com mais de mil assinaturas, facto que acontece pela primeira vez na presente Legislatura. A problemática feminina, pensões e reformas e «pacote» laboral foram os temas das petições, subscritas cada uma delas por milhares de peticionários.

Os vários meses de vida das petições, algumas entregues na anterior Sessão Legislativa, e a sua aparente falta de actualidade foram assinalados no decorrer do debate pelas bancadas do PS e PCP.

Apolónia Teixeira, falando em nome da bancada comunista, referiu-se concretamente à petição apresentada pela Frente Sindical da Administração Pública, em Novembro de 1990, destinada na altura ao debate do Orçamento de Estado e à inclusão de garantias no sentido do crescimento real dos salários e pensões.

Apesar disso, ficou claro que o PCP e PS não consideraram o motivo desactualizado, tendo na ocasião dirigido fortes críticas ao Governo por contribuir para «quebras nos

salários da Função Pública», nomeadamente com o novo sistema retributivo.

Debatida foi também a petição da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, reclamando a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas. Tema que toca directamente a área do Direito ao Trabalho, sobre ele falou Odete Santos, chamando a atenção para o facto de o Executivo desprezar as recomendações internacionais sobre esta matéria e legislar contra os interesses dos trabalhadores.

Objecto de debate foi ainda a petição das organizações femininas que pedem a criação de uma comissão parlamentar para a igualdade de direitos e participação das mulheres. Coube a Lourdes Hespanhol fundamentar as razões que justificam a necessidade de criar tal comissão, lembrando a este propósito, a título de exemplo, a discriminação de mulheres no Banco Comercial Português e as diferenças salariais existentes em muitos sectores de actividade.

Luís Sá, no Encontro de Quadros de Évora

Programa do PCP dá relevo ao Poder Local

«Se alguém tiver presente o Programa Eleitoral do PCP apresentado em 1987, chegará a uma conclusão: não há desvios ou contradições entre o que o PCP propôs fazer na actual legislação e o que realmente fez», afirmou Luís Sá na intervenção que encerrou o Encontro de Quadros do Partido Sobre o Poder Local e a Regionalização, realizado recentemente em Évora, acrescentando que «este facto confere um interesse renovado ao Programa Eleitoral em que neste momento estamos a trabalhar», o qual «não é para ganhar votos de eleitores incautos, como fazem outros partidos», mas «um compromisso de honra e um verdadeiro guia para as acções que vamos desenvolver na Assembleia da República, e também no Governo, se as circunstâncias políticas o permitirem, como é de interesse de Portugal e dos portugueses».

Chamando a atenção para o facto de o Programa Eleitoral do PCP não estar «a ser elaborado entre quatro paredes», estando aberto ao debate e «a reunir contribuições tão largas e qualificadas quanto possível», o dirigente do PCP anunciou que «na área do

Poder Local e da Regionalização (ali em debate) vamos solicitar encontros à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias acerca do tratamento desta matéria no Programa Eleitoral do PCP», acrescentando que «temos verificado uma grande identidade de pontos de vista».

Bem diferente tem sido o comportamento do PSD nesta (e noutras) matéria que, como denunciou Luís Sá, «há quatro anos, para obter a maioria absoluta, afirmou no Manifesto Eleitoral que adoptaria uma política de alargamento progressivo das competências das autarquias e o reforço dos meios disponíveis e prometeu o avanço da regionalização» e, quatro anos depois, os resultados estão à vista: verbas insuficientes, encargos sem contrapartidas, centralização e autoritarismo, bloqueio da regionalização, a recente pretensão do «governador regional» da confiança do Governo, etc.

Nesta situação, as propostas descentralizadoras do PCP assumem um papel particularmente importante, consubstanciando, aliás, o que consta do Pro-

grama do Partido aprovado no XII Congresso, «onde a descentralização, a regionalização e o reforço do Poder Local têm um papel fundamental».

As propostas

Segundo Luís Sá, o documento de conclusões debatido no Encontro fornece já algumas pistas de trabalho importantes sobre o Programa Eleitoral do PCP em preparação. «Têm um particular relevo as propostas que apresentamos ao País, às outras forças e partidos democráticos e aos democratas em geral, no sentido de, uma vez derrotada a direita nas urnas, fazer de 1992 o ano da criação das regiões administrativas», disse.

Outra questão importante está contemplada nas propostas de criação nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto de autarquias metropolitanas com órgãos democraticamente eleitos, enquanto a questão financeira — que é central — aponta que na próxima legislatura devem ser devolvidas às autarquias todas as verbas de que foram esbuhadas nos últimos anos, por subavaliação do IVA, por não indemnização de isenções fiscais que o Governo concedeu em impostos au-

tárquicos ou por outras razões.

As competências terão de ser consideravelmente aumentadas (mais competências significam mais poderes e não meros encargos sem verbas), enquanto as Freguesias deverão passar a ter uma importância particular, afirmando Luís Sá que «apoiamos as conclusões do recente Encontro Nacional de Freguesias» e «daremos particular atenção ao novo regime de competências, ao reforço dos meios financeiros e à consagração da possibilidade de existirem membros de Junta a tempo inteiro».

Entretanto algumas medidas não têm que esperar pelo próximo mandato, pelo que o PCP reclama «um aumento intercalar das receitas municipais, designadamente através da revisão do montante transferido a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro fixando-o em 180 milhões de contos como a ANMP (e o PCP) propôs na altura do debate do Orçamento de Estado. Se assim não acontecer, o Governo e o PSD assumem a responsabilidade da perda de financiamentos da CEE que ocorrer por carências financeiras das autarquias».

25 de Abril no estrangeiro

O 25 de Abril foi também comemorado além-fronteiras. E em vários continentes!

A comemoração que assinalou, em todo o País, o 17.º aniversário do 25 de Abril transpôs fronteiras e animou muitas iniciativas em diversos países.

Começando pela Europa, teve lugar no dia 28 de Abril um almoço comemorativo que se realizou no Café Benfica, em Dudelane, no Luxemburgo. Foi uma iniciativa conjunta do Partido Comunista Português e do Partido Socialista (núcleos do Luxemburgo) em que estiveram presentes cerca de 100 pessoas, em ambiente de grande camaradagem. No final houve duas intervenções, uma em nome do Núcleo do Partido Socialista, feita pelo José Marques, que denunciou a política do actual Governo e defendeu uma solução de esquerda após as próximas eleições, que retome os ideais de Abril. Em nome do PCP falou Fernando Caridade, que salientou os valores da democracia e da liberdade conquistados pelo 25 de Abril e apelou à formação de um Governo apoiado por comunistas e socialistas.

Em Paris, um jantar com a presença do general

Vasco Gonçalves juntou mais de 300 pessoas, enquanto há notícias de inúmeras comemorações promovidas em França, em grande parte por associações de emigrantes portugueses neste país. Mas há mais: na Suécia, em Estocolmo, centenas de pessoas conviveram numa festa em que participou Pedro Barroso; na Inglaterra as comemorações do 25 de Abril ficaram assinaladas pela grande diversidade de iniciativas levadas a cabo pelo movimento associativo português, com destaque para um almoço em Londres, com 140 pessoas, enquanto na Suíça se realizaram dezenas de manifestações comemorativas nas cidades e zonas de Berna, Zurique, Lausane, Genebra, Bellinzona, Lá Chaux-de-Fonds e Rapperswil, por iniciativa de associações, grupos sindicais e desportivos. Em Roterdão, na Holanda, houve também um encontro promovido por activistas da CDU nesta cidade.

Chegaram-nos igualmente notícias de várias iniciativas organizadas em Luanda, na República Popular de Angola, onde se desta-

cou um acto central no cinema Karl Marx com intervenções de dirigentes da Liga Angolana de Amizade e Solidariedade com os Povos (LAASP) e da Associação 25 de Abril dos cooperantes portugueses, com uma acção cultural animada por Paco Bandeira.

Na América, as comemorações foram, se assim se pode dizer, do Canadá ao Brasil. No primeiro caso com diversas iniciativas organizadas pelas comunidades portuguesas neste país, que contaram com a presença de Hélder Madeira, presidente da Assembleia Municipal do Barreiro. Quanto ao Brasil, o Centro Cultural 25 de Abril, entidade luso-brasileira de S. Paulo, promoveu no próprio dia 25 de Abril, na Casa de Portugal daquela cidade, uma comemoração que reuniu mais de 400 pessoas, com um vasto programa onde se destacam intervenções de Fernando Morais, actual secretário da Educação do governo de S. Paulo, de Francisco Lages, presidente do CC-25 de Abril, poemas de Ary d'Almeida, exposições de Muralha, e apresentações do coro e or-

questra da Casa de Portugal e do grupo folclórico da Associação Portuguesa de Desportos, etc.

CDU

Setúbal confiante

No distrito de Setúbal, «como força política maioritária que é, a CDU encara com redobrada confiança a próxima batalha eleitoral, não só pelo prestígio e obra globalmente considerados em todo o País, mas em particular pela acção de milhares de activistas da CDU nas autarquias locais e outros órgãos institucionais, sindicatos, movimento associativo, etc., no Distrito», destaca uma recente nota desta coligação, que prossegue:

«A CDU coloca como questão central promover o desenvolvimento integrado no distrito entendido como um conceito abrangente do crescimento económico alia-

do ao desenvolvimento social, cultural, em harmonia com a defesa e a preserva-

«LIBERDADE EM BREMEN»

No quadro de um ciclo de colóquios organizado semanalmente pelo grupo de teatro «A Barraca» sobre vários aspectos da peça de Fassbinder «Liberdade em Bremen», em cena em Lisboa, no Teatro-Cinearte, o dirigente do PCP, Vítor Dias e outras individualidades (Urbano Tavares Rodrigues, Victor Nogueira, Isabel do Carmo, Luís Govern, Maria do Carmo Costa, Luís Furtado e Luís Filipe Costa) participaram num debate que teve por tema, precisamente, a Liberdade.

Partindo da história da peça (uma mulher que se vai desenhando, pelo assassinio, dos diversos obstáculos que se opõem à sua realização pessoal — um casamento opressivo, dominação familiar masculina, amantes oportunistas, a própria maternidade), o debate movimentou um interessante discurso a várias vozes, viajando por questões tão diversas como a emancipação feminina, a diferença entre as lutas individual e a colectiva pela libertação, os direitos humanos e as liberdades individuais, a liberdade e o poder, a controversa legitimidade de matar em certas circunstâncias, a delinquência como fruto das sociedades.

REORGANIZAR OEIRAS

Segundo uma nota da DORL do PCP, é praticamente consensual que o Concelho de Oeiras, com a actual divisão administrativa em quatro freguesias, «corresponde a um modelo esgotado em que é reduzida a participação das populações na resolução dos seus problemas». O caso é particularmente notório na Freguesia de Carnaxide, hoje a mais populosa do País. Assim, já em 1988 o PCP apresentara uma proposta na Assembleia Municipal para a criação da Freguesia de Porto Salvo e, em 1989, a proposta para a criação de cinco novas freguesias na área actual da Freguesia de Carnaxide. O objectivo é melhorar a gestão autárquica, tornando-a mais próxima das populações e com melhores condições para conhecer os seus problemas e propostas.

CNA QUER SER PARCEIRO SOCIAL

Anteontem, a CNA entregou na Assembleia da República uma petição com

1550 assinaturas para ser reconhecida como parceiro social de pleno direito, deslocando-se de seguida ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação para entrega de um exemplar do documento.

Entretanto, delegações de viticultores vêm a Lisboa no próximo dia 20 para protestar junto do Ministério da Agricultura e oferecer «bom vinho português» à população.

«Devido à desnecessária liberalização das importações decidida pelo Governo e aos baixíssimos preços de 46\$00 e 48\$00 da intervenção para queima, criou-se uma grave situação com a falta de escoamento dos vinhos nacionais», queixam-se os viticultores, que vêm à capital com o apoio da CNA e, às 15.00 horas, frente ao Ministério da Agricultura, vão reclamar o escoamento do nosso vinho e protestar contra as importações de vinhos de má qualidade que, depois, «até acabam por ser engarrafados com rótulos de marcas nacionais».

ção dos recursos naturais do distrito, factores fundamentais para a melhoria das condições e qualidade de vida das populações». Para isso considera imprescindível um conjunto de medidas, de que destacamos:

— criar as Regiões Administrativas; diminuir a taxa de desemprego, combater formas de precarização e insegurança no emprego que afectam particularmente a juventude e as mulheres; aproveitar e valorizar os recursos endógenos da região e, nomeadamente, a capacidade produtiva instalada (com apoios especiais à dinamização e modernização do Sector Empresarial do Estado — SEE —, das pequenas e médias empresas e sector cooperativo) a par do apoio à diversidade da es-

trutura industrial regional, a agricultura, a pesca, o turismo; defender o património natural, edificado e cultural, assim como a melhoria do ambiente; defender uma adequada política de crédito que permita tornar realidade o direito inalienável à habitação; melhorar as acessibilidades internas e inter-regionais, nacionais e internacionais (redes viária e ferroviária, transportes públicos, incluindo fluviais), modernizar e rentabilizar portos, construir o aeroporto de Rio Frio; promover o alargamento e pleno aproveitamento das instalações e equipamentos dos serviços de saúde pública; aumentar a cobertura da rede pré-escolar e escolar e melhorar a existente, desenvolver as estruturas de ensino superior, etc.

COMUNIDADE EUROPEIA



O desenvolvimento dos Açores e da Madeira exige mais apoios comunitários

Melhorar o POSEIMA para desenvolver as Ilhas

PCP defende mais apoios para os Açores e Madeira

Dar a conhecer as propostas de alteração ao POSEIMA (programa comunitário específico para os Açores e a Madeira) e discutir com as populações as melhorias a introduzir naquele programa foram os objectivos que levaram o eurodeputado Joaquim Miranda a um périplo pelas Regiões Autónomas, de 26 a 30 de Abril último.

Para o eurodeputado, o POSEIMA - cujo debate e votação está agendado para a sessão plenária deste mês do Parlamento Europeu - é um programa com aspectos positivos, já que reconhece as especificidades das Regiões Autónomas. No entanto, é simultaneamente um programa reconhecidamente insufi-

ciente, dado o atraso das ilhas em relação quer ao continente quer à CEE. Como fez notar Joaquim Miranda nas suas intervenções públicas, o POSEIMA peca por surgir tardiamente, demasiado perto do fim dos períodos de transição e entrada em vigor do mercado interno, o que arrisca a retirar-lhe a desejável eficácia.

Cabe lembrar que o referido programa comunitário tem um espaço de aplicação extremamente limitado, pois só se prevê a sua aplicação até 1993; tendo em conta que o corrente ano vai praticamente a meio, mesmo que o POSEIMA entre em vigor imediatamente após a sua aprovação (o que é pouco provável), resta-lhe um

período de ano e meio para levar a cabo a tarefa de recuperar o atraso secular no desenvolvimento. Daí justamente a exigência generalizada de prolongamento do programa, e, como afirma Joaquim Miranda, «vai já sendo tempo de começar a pensar no POSEIMA 2».

Até lá, importa melhorar o actual nos aspectos em que se revela menos adequado às necessidades, como é o caso dos transportes, das pescas e do domínio social em que é praticamente omissivo.

Como afirmou o deputado do PCP, o programa necessita ainda de incluir respostas adequadas à produção de bananas, na Madeira, e de equacionar a questão central para os Açores, o desenvolvi-

mento da pecuária, a que dá respostas muito limitadas.

Joaquim Miranda defende a necessidade de garantir que o POSEIMA «não seja apenas uma nova rúbrica» do quadro comunitário de apoio já aprovado, pelo que deve ter uma cobertura orçamental específica. Neste sentido, o PCP estuda a possibilidade do reforço orçamental se vir a concretizar através do programa PERIFRA, ao mesmo tempo que se sublinha que «tão importante como assegurar essas novas transferências para os Açores e Madeira, é garantir a sua correcta e integral aplicação, tendo em vista o efectivo desenvolvimento das Regiões Autónomas e a melhoria da qualidade de vida das populações».

Durante a sua estada na Madeira, Joaquim Miranda foi recebido pelos Presidentes da Assembleia e do Governo Regional, pelo Ministro da República e pelo Presidente da Câmara de Machico, para além de ter contactado com uma Associação de Ambiente e participado num debate público sobre questões da CEE na sede do PCP na Madeira. Já nos Açores, e na ausência do Presidente do Governo Regional, o eurodeputado foi recebido pelo secretário Regional das Finanças e Planeamento, visitou a Câmara do Comércio de Ponta Delgada e a Associação Agrícola de S. Miguel. Participou ainda numa reunião da DORAA do PCP, onde igualmente se discutiram problemas relacionados com a CEE e o POSEIMA, incluindo a deslocação de um grupo de 35 açorianos a Estrasburgo para participarem na sessão plenária do PE onde será aprovado aquele programa. De salientar que tanto nos Açores como na Madeira há um reconhecimento generalizado do papel desempenhado pelos deputados comunistas na defesa dos interesses das duas Regiões Autónomas.

CEE - uma coisa boa revela sondagem

A maioria dos cidadãos dos países da CEE (72 por cento) considera «uma coisa boa» o facto de o seu país estar na Comunidade. Este valor representa um aumento em relação ao último trimestre de 1990, quando 69 por cento dos cidadãos diziam gostar de estar integrados no espaço comunitário. Quem o revela é a última sondagem Eurobarómetro da CEE, realizada em Março último e divulgada este mês em Bruxelas. O maior aumento de respostas favoráveis foi registado em Portugal (79 por cento contra 69 por cento na sondagem anterior).

Segundo aquele estudo, a maioria dos inquiridos acredita também que no ano 2000 a Europa comunitária terá uma moeda única, que será mais fácil a mobilidade das pessoas no espaço comunitário e que este será alargado a novos países.

A criação da «cidadania europeia» é encarada positivamente, em particular pelos

países do sul: Espanha (78 por cento); Grécia e Itália (73 por cento) e Portugal (71 por cento). É curioso registar que os inquiridos associam a cidadania europeia à definição de direitos, liberdades e obrigações comuns a todos os cidadãos dos Estados membros.

No que respeita à segurança e defesa, os dados revelam que uma maioria de 62 por cento é favorável à adopção de uma política comum, enquanto 52 por cento pensa que haverá um exército europeu no ano 2000.

A União Económica e Monetária, por seu turno, conta com 60 por cento de apoiantes, embora apenas 56 por cento vejam com bons olhos a criação de um Banco Europeu (com as características de um Banco Central), com um conselho de administração constituído pelos governadores dos bancos centrais nacionais.

Bem diferente é o número de apoiantes de uma força de

intervenção (militar) europeia: apenas 26 por cento, o que não deixa de constituir um significativo aumento em relação ao estudo anterior em que só 11 por cento eram a favor de tal força.

Quem não partilha deste optimismo em relação à CEE são os cidadãos do território da ex-RDA. Em 1990, o entusiasmo com a unificação levou 79 por cento a manifestar o seu apoio à Comunidade; agora, essa percentagem baixou para 71 por cento, o que não deixa de ser significativo da desilusão provocada pela crise que afecta os cinco *lander*.

A solidariedade dos europeus da Comunidade com os países da Europa oriental e central é também mais moderada: 55 por cento são a favor de eventuais adesões desses países à CEE, enquanto a percentagem aumenta para 63 por cento no respeitante à integração dos países da EFTA (Áustria, Suíça, Noruega, Suécia e Finlândia).

Bem-estar social

O conceito de «bem-estar social» é o mais importante a incluir nos tratados comunitários até ao final do ano, afirmou em declarações à agência Lusa o Presidente do Parlamento Europeu, Enrique Baron Crespo.

Baron Crespo, que se deslocou a semana passada a Lisboa para inaugurar, na Sociedade Nacional de Belas Artes, uma exposição de obras de arte adquiridas pelo PE ou a ele temporariamente cedidas, visitou ainda a Câmara de Lisboa, onde falou da reabilitação urbana como um dos problemas que exigem novos programas comunitários com incidência financeira. Na ocasião, afirmou que Portugal, no contexto da presidência comunitária, «pode contar com o Parlamento Europeu para dar novo impulso à coesão económica e social, à melhoria do meio ambiente urbano e a tudo aquilo que permita tomar as nossas cidades mais habitáveis e mais agradáveis».

Dossier social bloqueado

As questões sociais continuam a ser o pomo da discórdia entre os Doze. Os ministros dos Assuntos Sociais da CEE voltaram a reunir-se no início da semana, no Luxemburgo, para tentar desbloquear o dossier social, cuja discussão tem estado parada devido a divergências entre a Comissão e o Conselho. Em causa está a obrigatoriedade da unanimidade para a aprovação das questões sociais, defendida pela Grã-Bretanha e pela Espanha, que na prática impede a adopção de qualquer medida neste âmbito. As propostas para que, a exemplo das directivas de carácter económico, seja adoptado o voto por maioria continuam a não reunir consenso.

Livre circulação

O governo suíço começou a discutir no final da semana passada uma proposta que prevê a livre circulação no mercado helvético, a partir do ano 2000, de trabalhadores oriundos dos países da CEE. A proposta, que estipula um período de transição de sete anos antes desta abertura das fronteiras suíças aos trabalhadores dos Doze, insere-se na criação do espaço económico europeu constituído pelos países da CEE e da EFTA. A Comunidade pretende que o período de transição seja reduzido a dois anos.

Recorda-se que a alteração do estatuto dos emigrantes na Suíça é de particular interesse para Portugal, já que os portugueses naquele país (37 mil) constituem o principal contingente dos emigrantes temporários provenientes do espaço comunitário.

Convenção de Lomé

A Assembleia da República deve ratificar ainda este mês a nova Convenção de Lomé, que regula as relações de cooperação entre a CEE e os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico). Segundo declarações de Durão Barroso, a semana passada, em Bruxelas, o atraso na ratificação deve-se apenas a razões processuais. A Convenção de Lomé (IV), cuja entrada em vigor está prevista para 1 de Julho, só passa a ter validade após ter sido ratificada por todos os Estados membros da CEE e pelo menos 46 dos 69 países ACP.

Questões orçamentais

Os dirigentes dos Doze podem vir a reunir-se numa cimeira extraordinária durante a presidência portuguesa da CEE, para debater problemas orçamentais da Comunidade. A notícia, divulgada pelo *Financial Times*, aponta o mês de Fevereiro como data provável da cimeira. A Comissão Europeia apresentou entretanto, em Bruxelas, o anteprojecto de orçamento comunitário para 1992, o qual prevê um aumento de 11,3 por cento dos créditos de compromisso; a agricultura e os fundos estruturais representam 94 por cento do aumento das despesas.

A proposta da Comissão representa um crescimento superior à média dos orçamentos nacionais dos Estados membros (6,3 por cento) ou ao produto nacional bruto estimado (7,1 por cento).

América Latina

A presidência portuguesa das Comunidades, que se inicia em Janeiro próximo, vai empenhar-se no reforço das relações da CEE com a América Latina. Quem o afirmou foi o secretário de Estado do Comércio Externo, Neto da Silva, ao falar na sessão de encerramento do seminário «Progresso económico na América Latina: relações com Portugal e Europa», organizado a propósito da visita a Portugal de Enrique Iglesias, presidente do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID). Segundo aquele responsável, o empenhamento de Portugal começará já a fazer-se sentir em Julho, altura em que o País passa a integrar a «troika» que gere as Comunidades.

Brasil

Miséria crescente

Sobre fundo de miséria crescente, aumenta paralelamente a violência no Brasil. Nos mais diversos domínios. Da realidade da escravatura hoje, aos crimes cometidos a mando dos latifundiários.

A Comissão Pastoral da Terra, organismo católico ligado à Conferência Episcopal brasileira, anunciou recentemente ter recebido, só no ano passado, mais de mil e quinhentas denúncias de casos de escravatura por todo o país.

Também a Comissão de defesa dos direitos humanos do Vale da Paraíba anunciou ter descoberto 70 trabalhadores rurais mantidos em condições infra-humanas e de semi-escravatura numa fazenda de Paraíba, a 120 quilómetros de São Paulo. «Os trabalhadores vivem alojados em tendas num terreno pantanoso em condições piores do que as dos porcos da fazenda onde trabalham mais de 10 horas por dia, sem receber salário», denunciou o padre de Paraíba, Eduardo Paduan.

A escravatura alimentada-se das mesmas realidades sociais que estão na origem do frequente assassinato de dirigentes sindicais e pessoas que se destacam na defesa dos interesses de trabalhadores, camponeses e índios.

Em Março, na pequena cidade de Rio Maria, na Amazônia, atiradores deram o presidente do sindicato camponês, João Cabral, que tinha substituído Expedito Ribeiro, assassinado em 2 de Fevereiro de 1991. Anteriormente, em Abril de 1990, dois cunhados de Ribeiro tinham sido raptados, torturados e mortos. Hoje, o padre Ricardo Rezende está ameaçado de morte, pela sua denúncia do terror que lavra na localidade desde o assassinato do dirigente dos trabalhadores rurais, João Canuto, em Dezembro de 1985.

Uma realidade que está bem longe de se circunscrever à pequena cidade de Rio

Maria. Desde o restabelecimento da democracia no Brasil, contam-se 550 dirigentes desaparecidos e a Comissão Pastoral da Terra detectou 108 «marcados para morrer»,

por cento nos últimos cinco anos.

A nível nacional, a miséria também aumentou, afectando agora 25 por cento dos 150 milhões de brasileiros,

lam que a miséria, definida como rendimento mensal inferior a 20 dólares por adulto, é particularmente grave no Nordeste brasileiro, onde atinge 44,2 por cento da população activa.

A miséria é mais acentuada, mas a pobreza urbana registou uma progressão superior, passando de 9,4 para 14,8 por cento entre 1980 e 1987. Verifica-se mesmo uma transferência da miséria do campo para a cidade, uma vez que cerca de 1,5 milhões de camponeses migraram, anualmente, para os centros urbanos, nos últimos dez anos.

Outro indicador das dificuldades sociais que o país enfrenta é o facto de 25% da população activa ocupar empregos precários.

A miséria cresce em simultâneo com a polarização social.

Segundo dados do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística, entre 1983 e 1989, a participação dos 10

Contam-se às centenas, ou mesmo milhares, os casos de escravatura detectados no Brasil. Uma realidade chocante a que se soma a prática comum do assassinato de dirigentes de trabalhadores e camponeses, às mãos dos jagunços dos coronéis de hoje. As ambiguidades da Constituição no que se refere à reforma agrária alimentam este clima de violência.

Uma violência que conta também com solo fértil na crescente miséria que prolifera pelo país, acompanhada de uma também crescente polarização social. Os ricos estão cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres — é uma afirmação que bem se ajusta à realidade brasileira.

ou seja, inscritos nas listas negras dos grandes proprietários de terras, que se batem de todas as maneiras contra qualquer tentativa de reforma agrária.

Toda esta violência se inscreve sobre um fundo de miséria e crescente polarização social.

Em Março, o número de desempregados ultrapassou pela primeira vez, em São Paulo, um milhão, reflectindo o agravamento da crise no mais rico e industrializado dos estados brasileiros.

A taxa de desemprego do Estado de São Paulo duplicou nos últimos 15 meses, devido à recessão económica que afecta o país, passando de 6,9%, em Janeiro de 1990, para 12,3%, em Março de 1991 — anunciou o Departamento intersindical de estatísticas e estudos socio-económicos.

De par do aumento do desemprego, desce o poder de compra. Em São Paulo, entre os que conseguiram manter os seus postos de trabalho, a quebra do poder de compra foi da ordem dos 57

contra 17,7 por cento em 1980, segundo dados do Instituto de Estudos políticos e sociais do Rio de Janeiro.

Os mesmos dados reve-

Indústria do lixo explora miséria

Pressionados pelas dificuldades económicas e pelo desemprego, muitas tribos de índios norte-americanos estão a aceitar acordos com fábricas que pretendem transformar as suas reservas em lixeiras.

A utilização dos problemas económicos, do subdesenvolvimento e da fome, para vender lixo e resíduos tóxicos, não é um facto novo. Isto mesmo já foi tentado (ou concretizado) em relação, por exemplo, a países africanos. E dá que pensar.

No caso dos povos índios, é tanto mais chocante quanto

é conhecida a interdependência, profunda, que souberam criar com a natureza, hoje particularmente salientada no caso concreto da Amazônia.

Neste momento, uma fábrica de Connecticut acaba de assinar um acordo com os chefes da tribo Sioux que lhe permitirá despejar os seus resíduos sólidos na reserva existente no Dakota do Sul.

Por seu turno, os índios Choctaws, cujo rendimento anual per capita é dez vezes inferior à média nacional, estão a negociar a instalação, na sua reserva, de um depósito para resíduos tóxicos que lhes poderá «render» oito milhões de dólares por ano.

Para as empresas que se dedicam ao negócio da remoção de lixo industrial é mais vantajoso negociar com os índios, pois as reservas as normas de defesa do ambiente são menos rígidas do que no resto do país. E nem têm despesas com transportes para eventuais «clientes» do terceiro mundo...

Entretanto, começa a levantar-se um obstáculo a estes exportadores de poluição: dentro das tribos estão a surgir vozes discordantes que contestam este negócio da indústria do lixo e alguns acordos já foram anulados por pressão interna e também devido à movimentação dos gruppocologistas.

Alguns destes grupos ecologistas salientam os perigos inerentes à situação de miséria em que vivem as po-



Miséria, uma realidade do quotidiano de muitas famílias brasileiras

por cento mais ricos na renda da população economicamente activa subiu de 47,5 para 52,2 por cento.

No mesmo período, a

participação do índice de um por cento de brasileiros mais ricos cresceu de 13,5 para 16,8 do total dos rendimentos registados.

Maioria dos soviéticos valoriza Lénine

Apesar da situação de crise que se vive na União Soviética, em todos os planos, e que nomeadamente passa pela contestação de Lénine, o fundador do primeiro Estado socialista mantém grande prestígio e o socialismo está ligado às esperanças de vida da maioria da população.

Na resposta a um inquérito realizado este ano pelo Instituto do Marxismo-Leninismo e a Academia das Ciências Sociais anexa ao CC do PCUS juntamente com o Centro Independente de Prognósticos Sociais, destinado a auscultar a opinião de

representantes dos dez principais grupos profissionais de todas as regiões do país, 51,7% das pessoas contactadas afirmaram que a sua atitude positiva para com Lénine se tinha fortalecido com a perestroika e 66,4% condenaram a campanha de descrédito que a imprensa lançou contra o obreiro da revolução de Outubro.

A actividade política de Lénine mereceu uma apreciação positiva de 76,1% dos inquiridos contra 9,5% que a avaliaram negativamente. O número de pessoas que não simpatiza com o revolu-

cionário russo é mais elevado entre os trabalhadores científicos 19%, os estudantes universitários 15% e os engenheiros e técnicos 13%. No que se refere ao seu carácter, 51,7% apreciou-o de modo positivo e 10,3% negativamente.

Também o socialismo mantém prestígio entre os soviéticos. Sessenta e quatro por cento consideram que este regime é o mais aceitável e progressista e 56,3% têm as suas esperanças numa vida melhor ligada ao socialismo, enquanto 7% acreditam no capitalismo e 7,8% no capitalismo de Estado.

Contrastes

Em chocante contraste com a realidade actual, fruto da exploração, marginalização e destruição da cultura índia, aqui reproduzimos palavras do chefe Standing Bear sobre os Lakotas, nome tribal dos grupos do Oeste do povo das pradarias, hoje conhecido pelo nome de Sioux.

O Lakota era um verdadeiro amante da Natureza. Amava a Terra e todas as coisas da Terra, e esse afecto crescia nele com a idade. Os idosos chegavam literalmente a amar o solo; sentavam-se ou repousavam na terra com o sentimento de se aproximarem das forças maternas. Era bom para a pele o contacto com a terra, e as pessoas idosas gostavam de tirar as mocassins e andar de pés descalços sobre a terra sagrada. Os seus tipis erguiam-se nesta terra de que eram feitos os seus altares. Os pássaros que voavam nos ares vinham repousar-se nela e a terra era o lugar permanente de todas as coisas que viviam e cresciam. O solo suavizava, fortificava, lavava e curava.

É por isso que o velho índio se atinha ao solo, em vez de se separar das forças da vida. Para ele, sentar-se ou deitar-se assim consiste em poder pensar mais profundamente e em sentir mais vivamente; contempla assim mais claramente os mistérios da vida e sente-se mais próximo das forças vivas que o envolvem...

Esta relação que mantém com todas as criaturas da Terra, do Céu e da Água constituía um princípio real e activo. O velho índio tinha um sentimento de fraternidade para com o mundo dos pássaros e dos animais, e estes retribuía-mo com a confiança. Era tão estreita a familiaridade entre certos lakotas e os seus amigos de penas ou de peles que, tal como se fossem irmãos, falavam a mesma linguagem.

O velho lakota era sábio. Sabia que o coração do Homem afastado da Natureza se torna duro; sabia que a falta de respeito para com o que cresce e vive depressa conduz também à falta de respeito para com os humanos.



A paz é um factor indispensável ao desenvolvimento

Angola

A difícil conquista da Paz

«Queremos paz, lutemos por ela», foi a nova palavra de ordem lançada por José Eduardo dos Santos na manifestação do 1.º de Maio, logo após a rubrica, em Lisboa, dos primeiros documentos de um acordo com a Unita que abre caminho a «mais passos» para acabar com a guerra que tem devastado o país.

O presidente angolano salientou ainda que será necessária «muita vigilância, muita compreensão e tolerância e agir sempre em qualquer momento para que os nossos adversários não consigam, por distração nossa e pela força, aquilo que até agora não conseguiram».

Há que «desenvolver esforços para que a paz seja uma realidade em Maio», sublinhou.

Na sequência desta primeira reacção de Angola aos acordos assinados em Lisboa, foi divulgada uma Declaração do governo an-

golano, em que se faz uma apreciação positiva dos resultados alcançados e se lança um apelo solene a todos os angolanos «para darem provas do máximo civismo e vigilância, evitado que as ideias diferentes sejam pretexto para prolongar a violência e a intolerância».

Manifestando o «mais vivo regozijo pela conclusão com êxito» das negociações do Estoril — mediadas pelo Governo português e tendo como observadores representantes dos Estados Unidos e da URSS —, o governo angolano refere ainda a promulgação da revisão parcial da Constituição e legislação complementar, como factores que propiciam a transformação da realidade nacional. «Estão criadas as condições para que se realizem as eleições propostas por Portugal para o período de 1 de Setembro a 30 de Novembro do próximo ano», diz-se na Declaração.

No documento, o governo angolano faz um historial dos esforços iniciados em 1984. Referindo-se a esta última fase de negociações, sublinha a apresentação de «um plano de paz contendo nove pontos, considerado unanimemente como uma boa base negociável», por Luanda, que também empreendeu a reforma política e económica, para «a instauração de um verdadeiro Estado de direito e a criação de um sistema de democracia multipartidária, assente numa economia de mercado».

O governo angolano conclui, afirmando: «Cabe a todos nós, angolanos de Cabinda ao Cunene, a enorme responsabilidade de assim prepararmos o futuro na paz e bem-estar para os nossos filhos, de que as gerações futuras se poderão justamente orgulhar.»

São quatro os documentos rubricados no Estoril: o «Acordo de princípios polí-

ticos para a instauração da paz em Angola»; «Acordo de cessar-fogo», cuja assinatura deverá ocorrer em Portugal, entre 29 e 31 deste mês; «Documento de Washington», que data de Dezembro de 1990; e o «Protocolo do Estoril», que se refere às componentes militar e política do processo que deverá decorrer até às eleições a realizar em fins de 1992.

No primeiro comentário aos acordos do Estoril, o PCP divulgou uma nota em que formula votos de que «os acordos agora rubricados e o seu real respeito possam vir a contribuir para pôr efectivamente termo à guerra e para que se possa abrir caminho para a reconstrução e o desenvolvimento de Angola, no quadro de uma afirmação de soberania e independência e do inalienável direito do povo angolano a determinar o seu próprio destino, sem ingerências ou pressões externas».

Encontros

Carlos Costa, membro da Comissão Central de Controlo e Quadros do CC do Partido Comunista Português, visitou a República Popular da China de 18 de Abril a 4 de Maio.

Teve encontros com Song Ping, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista da China e da sua Comissão Permanente, Zhu Liang, membro do CC e chefe do Departamento de Relações Internacionais, Li Shuzheng, do CC e vice-chefe do Departamento de Relações Internacionais, e com altos responsáveis políticos das cidades visitadas: Pequim, Xangai, Dalian e Tiangjin.

Também em representação do Partido Comunista Português, Joaquim Miranda, membro suplente do Comité Central do PCP e vice-presidente da «Coligação de Esquerda» no Parlamento Europeu, participou na Conferência anual do «Worker's Party» da Irlanda, que teve lugar em Dublin de 3 a 5 de Maio.

Parlamento salvadorenho

Reunido em sessão extraordinária, o Parlamento salvadorenho aprovou uma série de reformas da Constituição, na sua maioria previstas no acordo preliminar assinado entre a Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN) e o governo.

A Assembleia aprovou por unanimidade 38 alterações à Constituição nos domínios judiciário, eleitoral e da segurança.

As reformas da Constituição, que entraram em vigor em 1983, deverão ser ratificadas durante a presente legislatura, que teve início dia 1 de Maio.

Entretanto o governo e a FMLN não conseguiram ainda chegar a acordo sobre os dois pontos principais da agenda das negociações: um cessar-fogo e a reestruturação do Exército salvadorenho.

Tortura no Mundo

A tortura ainda é usada maciçamente em muitos países do mundo, mas regista-se entretanto alguma evolução positiva, afirmou, em Genebra, Joseph Voyame, presidente da Comissão das Nações Unidas contra a tortura, ao fazer o balanço de uma sessão de duas semanas de trabalhos em que forma apreciados relatórios, nomeadamente sobre o Chile, Panamá e Argélia, países em que se considerou terem sido registados assinaláveis progressos.

Voyame disse que a tortura ainda é sistemática em cerca de uma terça parte dos países do mundo, mas que, com a crescente tendência de democratização, o respeito pelos direitos humanos está a aumentar.

A Comissão, que é composta por 10 peritos independentes, foi criada sob os auspícios da Convenção da ONU contra a tortura, que entrou em vigor em 1987. Até agora, 55 países ratificaram a convenção.

Manifestações estudantis

Dezenas de milhares de estudantes manifestaram-se uma vez mais, no passado fim-de-semana, em Seul e outras cidades da Coreia do Sul, exigindo a demissão do governo.

As manifestações têm vindo a repetir-se ao longo deste último ano e redobram de intensidade desde fins de Abril, quando a morte de um estudante, espancado pela polícia. Posteriormente já decorreram duas imolações de estudantes pelo fogo, encontrando-se um terceiro em estado grave.

Sida no Brasil

Entre 300 mil e quinhentos mil brasileiros são portadores do vírus da sida, segundo cálculos divulgados pelo responsável do sector das doenças sexualmente transmissíveis e da sida no ministério brasileiro da Saúde.

Actualmente o Brasil conta com 16.340 doentes de sida, entre os quais 1.622 mulheres, grupo em forte progressão, tratando-se apenas dos casos oficialmente recensados. As autoridades médico-sanitárias consideram que o número real de doentes é o dobro, apontando estimativas oficiais para a existência de 20 mil doentes de sida no Brasil, no final de 1991.

No conjunto do continente americano, a OMS registou um total de 213.147 casos declarados de sida, 171.876 dos quais nos Estados Unidos.

Acordo sobre Minas

Os governos soviético e russo assinaram um acordo sobre a transferência da indústria hulfífera russa para a jurisdição da Federação da Rússia.

Preparado por uma comissão conjunta soviético-russa, o acordo constitui um dos primeiros resultados concretos da Declaração comum assinada a 23 de Abril pelo presidente soviético, Gorbachov, e os dirigentes de nove Repúblicas, declaração que regula os principais problemas de repartição de competências entre o poder central e os das Repúblicas federadas.

A passagem das minas para a jurisdição russa era uma das reivindicações avançadas por mineiros soviéticos, em greve desde Março, e está a ser objecto de aproveitamento eleitoral por parte de Ieltsine, na perspectiva das eleições presidenciais russas que se realiza, a 12 de Junho.

Os meandros da política norte-americana

Os meandros da política externa americana aparecem agora reflectidos no novo livro do jornalista norte-americano Bob Woodward, em que se fala sobre a guerra do Golfo e a invasão do Panamá.

Woodward tornou-se célebre na década de 70, quando, em colaboração com o seu companheiro Carl Bernstein, lançou uma obra sobre o caso Watergate, incidente de espionagem política que obrigou o presidente Nixon a demitir-se em 1973.

Dos factos relatados neste novo livro, e entretanto divulgados, vale a pena refe-

rir dois dados, pelo que traduzem do espírito imperial presente na política externa americana.

E assim ficamos a saber com elementos concretos que a guerra do Golfo (de que o número de vítimas continua de facto a ser ignorado) foi desencadeada por uma decisão que voluntariamente ignora a possibilidade de as sanções produzirem os seus efeitos.

A resposta de Bush é clara. «Não creio que haja politicamente tempo para uma estratégia como essa», diz o

presidente, quando o general Colin Dowell, chefe da Junta de chefes do estado maior americano, defende que seria mais conveniente pressionar o Iraque com sanções económicas para forçar a sua saída do Koweit em lugar de se optar pela guerra.

No que respeita à invasão do Panamá, esta estava planeada pelo menos oito meses antes de ter ocorrido, em Dezembro de 1989.

Assim, o governo norte-americano esperou quase um ano que ocorresse um qualquer incidente sus-

ceptível de ser apresentado como uma provocação. Os preparativos da invasão começaram em Maio de 1989, em Julho foi nomeado um novo chefe do comando sul-americano, com base no Panamá, o general Maxwell Thurman, encarregado dos preparativos para o assalto.

Mais importante ainda — a decisão de invadir o país aparece baseada na «necessidade» de neutralizar o exército panamiano, abrindo assim caminho, nomeadamente, à manipulação da vida política do país.

MANIFESTO ELEITORAL DA CDU PARA VIVER MELHOR NUMA SOCIEDADE MAIS JUSTA

I ELEIÇÕES UMA GRANDE OPORTUNIDADE DE MUDANÇA

As próximas eleições para a Assembleia da República são uma grande oportunidade de mudança. Ao fim de onze anos de permanência ininterrupta da direita no poder, é agora possível derrotá-la e abrir finalmente caminho a uma política democrática alternativa, capaz de enfrentar e resolver os grandes problemas nacionais, preservar e aprofundar a democracia, concretizar os direitos políticos, económicos, sociais e culturais constitucionalmente consagrados, assegurar um desenvolvimento independente, harmonioso e ecologicamente equilibrado, capaz de superar os grandes atrasos e desigualdades existentes e de enfrentar a próxima nova fase da integração na CEE que se aproxima.

II A DIREITA NÃO RESOLVEU OS PROBLEMAS NACIONAIS

É tanto mais importante conquistar uma alternativa quanto é certo que o PSD não resolveu os problemas do povo português. Apesar da conjuntura económica externa favorável para Portugal e do afluxo, com origem na CEE, de centenas de milhões de contos, subsistiram as fragilidades e vulnerabilidades essenciais da economia portuguesa. Acentuaram-se grandes manchas de pobreza e marginalidade, prosseguiu a desertificação de regiões, ao mesmo tempo que noutras se verificou um crescimento desordenado e lesivo do património cultural e natural e da qualidade de vida. Diminuiu a parte do trabalho no rendimento nacional. O aumento dos investimentos em Portugal e do emprego, e as despesas públicas com a saúde e ensino, ficaram abaixo de outros países da CEE. Mas, pelo contrário, ficaram bem acima a inflação, a duração semanal do trabalho, os descontos para a segurança social, os preços médios das habitações, os índices de pobreza. Foram negados ou desrespeitados direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores. A juventude não viu realizadas as suas aspirações fundamentais. Áreas fundamentais de satisfação de necessidades sociais, como por exemplo a saúde e a educação, são consideradas crescentemente como novos ramos de negócio para o grande capital. Está por definir uma política de desenvolvimento. A indústria mantém-se com uma especialização não valorizada, assente nos baixos salários e um padrão de exportações de baixa gama e de baixo valor acrescentado nacional. A agricultura foi desprezada e sacrificada. Boa parte dos fundos da CEE foi desviada dos seus objectivos fundamentais. Aumentou a dependência da economia portuguesa do exterior e interesses estrangeiros apoderaram-se de sectores estratégicos. A Administração Pública continua a ser pesada, centralizada, concentrada, lenta e burocrática. A justiça é morosa, cara e dificilmente acessível. Grassa a corrupção e o nepotismo na vida pública portuguesa.

O Governo sem qualquer sentido ético deturpa dados e faz demagogia. À última hora multiplica medidas, planos, promessas, deslocações e inaugurações. Compara os últimos cinco anos com a situação anterior, como se o PSD não estivesse no poder há onze anos. Quer fazer acreditar que, sem o PSD, se verificaria a instabilidade e o caos.

A verdade é que não só a estabilidade do Governo PSD tem provocado a desestabilização da organização económica do País e a desestabilização social como a estabilidade social e política não depende da maioria absoluta de um só partido mas da capacidade de um governo e de uma maioria defenderem a democracia e os direitos individuais e colectivos dos cidadãos, em particular dos trabalhadores e enfrentar os grandes problemas e conflitos que marcam e atravessam a sociedade portuguesa.

A verdade é que o PSD não é proprietário da estabilidade governativa e que o diálogo, a cooperação e a convergência das forças democráticas podem perfeitamente garantir uma governação não apenas estável mas também competente, eficaz e democrática.

III COM A CDU PARA RESPONDER ÀS TAREFAS E DESAFIOS NACIONAIS

A CDU apresenta como grandes linhas inspiradoras e orientadoras de uma acção legislativa e governativa adequadas à grandeza das tarefas e desafios nacionais dos próximos anos:

1. a defesa da Constituição e a consolidação do regime democrático como vectores fundamentais da construção e aprofundamento do grande projecto nacional de democracia política, económica, social e cultural;

2. a defesa das liberdades, dos direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos, com o estímulo e favorecimento da sua participação activa em todas as esferas da vida nacional;

3. o desenvolvimento autónomo do País no quadro da integração na CEE, com a modernização do aparelho produtivo para o aumento da sua capacidade competitiva ao serviço do melhoramento das condições de vida da população;

4. o avanço para a concretização dos direitos sociais e culturais do povo português, bem como das minorias étnicas, designadamente nos domínios do trabalho e do emprego, da formação e qualificação profissional, da saúde, da educação, da segurança social, da habitação, da cultura;

5. a defesa do ambiente, a promoção e salvaguarda dos ecossistemas e do património cultural e a correcção das assimetrias regionais, numa perspectiva integrada, tendo em vista a melhoria da qualidade e das condições de vida das populações;

6. a defesa da soberania e independência nacionais e a cooperação e amizade com todos os países e povos, no quadro de uma sólida afirmação e intervenção de Portugal a favor da autodeterminação dos povos (em especial do povo de Timor Leste), do desarmamento, da justiça, do desenvolvimento, da segurança e da paz mundiais, e do direito internacional.

Ao mesmo tempo, são elementos centrais e diferenciadores na política proposta pela CDU orientações e medidas de combate ao autoritarismo, ao abuso do poder e à governamentalização do Estado e das instituições e de plena garantia da legalidade democrática; de combate ao nepotismo e ao clientelismo e de profunda moralização da vida pública; de travagem do processo de avassalador controlo da política e da vida económicas pelo grande capital nacional e estrangeiro e de defesa e salvaguarda do controlo e do interesse públicos sobre sectores estratégicos; de combate à pobreza, às injustiças, exclusões e desigualdades sociais, com destaque para a melhoria acentuada da situação dos pensionistas e reformados; de abertura de perspectivas seguras de realização humana e profissional para a juventude; de combate à discriminação da mulher na sociedade e no trabalho; de apoio ao poder local e à sua capacidade de realização; de empenho do Estado e da sociedade na concretização e avanço de um vasto conjunto de reformas democráticas com destaque para a regionalização.

A política proposta pela CDU funda-se numa activa solidariedade com as inquietações e aspirações populares; visa enfrentar com coragem, audácia e inovação os graves problemas dos portugueses e garantir transformações democráticas num quadro de progresso, de estabilidade e tranquilidade social e política.

Para que os portugueses possam viver melhor numa sociedade mais justa, em que sejam plenamente respeitados os valores da liberdade e da democracia.

IV A CDU É INDISPENSÁVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA

Não é possível criar uma alternativa democrática em Portugal sem a CDU-Coligação Democrática Unitária.

Para tanto é indispensável o êxito eleitoral da CDU. Nenhum partido democrático está em condições de alcançar sozinho a maioria absoluta. O PS, para o conseguir teria que duplicar o número de deputados actuais. O PS sabe que não tem a possibilidade real de obter um tal resultado. É claro, pois, que os deputados eleitos pela CDU serão essenciais para a formação da maioria parlamentar democrática.

Para a construção da alternativa democrática é igualmente imprescindível o êxito da CDU no plano político. O PS mostrou no passado, através das suas alianças e coincidências com a direita, e mostra no presente, através das suas contradições e ambiguidades, que não garantirá, por si, uma solução democrática e uma política democrática. O concurso da CDU é a garantia imprescindível para que não regressem fórmulas de compromisso ou entendimento entre o PS e partidos da direita.

Os projectos visando a «bipolarização» eleitoral entre PS e PSD, longe de se inscreverem na busca de uma alternativa à direita, procuram criar condições de impunidade para uma maior aproximação entre PS e PSD na base de uma política similar.

A CDU constitui um factor determinante para a concretização da convergência democrática, tanto mais provável quanto mais forte for a representação dos deputados da CDU na Assembleia da República.

O apoio político à CDU e o seu reforço eleitoral são condições essenciais para colocar a direita em minoria e para abrir caminho a uma política democrática.

V CDU UM PROJECTO ABERTO E UNITÁRIO

É consciente do papel imprescindível que a CDU pode e deve representar que o PCP, o PEV e a ID deliberaram reconstituir a CDU e milhares e milhares de democratas declararam e declararão publicamente o seu apoio.

A CDU não é só uma coligação entre partidos e uma associação política para disputar eleições. É também um projecto aberto, em que cabem democratas sem partido e de outros partidos, irmanados no mesmo objectivo de conquistar uma alternativa para um Portugal melhor, mais livre, mais justo e mais fraterno.

Coligação que visa contribuir para a unidade de todos os partidos e forças democráticas, a CDU é um projecto que vale por si mesmo, com a sua identidade e características próprias, com uma obra inigualável nas autarquias locais, com uma prática de honestidade, trabalho e competência, que as populações bem conhecem e que o País ganharia em ver transposta para o governo da República.

Nas próximas eleições para a Assembleia da República a força da CDU significa mais força para a concretização de um grande projecto de futuro e é decisiva para a perspectiva de progresso, bem-estar, democracia e desenvolvimento que se abre a Portugal e aos portugueses.



Estabilidades...

Erigida a «estabilidade governativa» em critério de suprema normalidade democrática, percebe-se bem a corrida pela maioria absoluta, à custa de um empolamento artificial da bipolarização partidária, que não política. E percebe-se o ridículo das afirmações oratórias do género «ou dão a maioria absoluta ao Prof. Cavaco Silva ou deixem-no», ou retomando a posição de uma das mães pedindo justiça a Salomão «se não for para mim (a maioria absoluta) que seja para ti!

É esta «estabilidade governativa» absolutizada a cornucópia da abundância de todos os sucessos governativos! «Porque foi ela», no dizer do deputado Duarte Lima, «a pedra de toque que garantiu o surto de progresso e crescimento económico sustentado que percorre o País (...)»!

Ora é sabido que nem essa estabilidade institucional foi assim tão estável, com a substituição de vários ministros e mais secretários e subsecretários de Estado durante os quase quatro anos de governo, nem a ela se ficou a dever o crescimento económico. Como ficou bem demonstrado em recente interpelação do PCP na Assembleia da República, esse crescimento foi, de facto, «sustentado» por uma situação económica externa altamente favorável, sobretudo no respeitante a baixos preços de matérias-primas e pela disponibilidade de avultados meios financeiros resultantes da entrada de fundos comunitários.

Como então também claramente se explicou, a essa «estabilidade governativa» altamente valorizada pelos arautos do cavaquismo, correspondeu uma profunda desestabilização social, real e potencial, pelo acentuar de novas e velhas desigualdades sociais, no acesso à saúde e à educação, na manutenção e agravamento de assimetrias regionais. «Estabilidade governativa» que manteve ou agravou o conjunto dos principais défices estruturais da economia portuguesa: alimentar, produção de bens de equipamento, energético, tecnológico, em si mesmos geradores de profunda instabilidade económica...

«Estabilidade governativa» responsável pela profunda instabilidade que vive o importante conjunto de empresas do Sector Empresarial do Estado. Num tempo em que se exigia a reestruturação do sector público, a preparação e afinação de estratégias com vistas ao Mercado Único de 93, encontram-se as principais empresas do País sujeitas a indefinidos, prolongados e escuros processos de leilão, espalhando-se a sua propriedade por novos grupos, velhos grupos em reconstituição, pelo capital multinacional, cujos objectivos e interesses só por acaso coincidirão com os do País.

«Estabilidade» responsável pela estrutural instabilidade económica e social em que vivem os campos da Reforma Agrária, no Alentejo e Ribatejo. Responsável pela instabilidade em que vivem milhares de explorações agrícolas portuguesas, a braços com dificuldades de escoamento e preços, com os problemas de crédito e dos elevados custos dos factores de produção, a braços com as dificuldades de enquadramento nas disciplinas e regras da Política Agrícola Comum (PAC).

«Estabilidade governativa» responsável por uma profunda e perigosa instabilidade democrática, pela via da desautorização e governamentalização da Assembleia da República, das autarquias, pelas tentativas, até agora frustradas, de alterar as leis eleitorais, pelo tenebroso projecto do Segredo de Estado, pela manipulação e partidização dos principais órgãos de comunicação social públicos.

O elogio da «estabilidade governativa» desemboca logicamente, afastada a hipótese da maioria absoluta com o actual sistema eleitoral, na tentação e tentativa de cavalgar

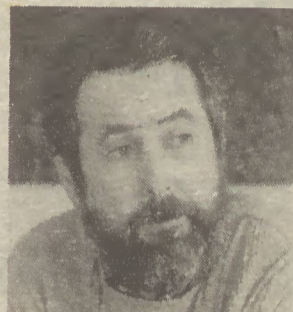
e desvirtuar a livre expressão democrática dos eleitores, traduzida em número de votos, pelo estabelecimento de mecanismos (círculos uninominais, por exemplo) que, distorcendo a proporcionalidade entre votos e eleitos, garantam uma maioria absoluta de mandatos com uma maioria relativa de votos, podendo mesmo essa maioria absoluta na Assembleia da República contrariar o sentido político maioritário expresso nas urnas. Como é da experiência portuguesa, pode haver uma maioria relativa de direita com uma maioria absoluta conjunta das forças democráticas.

Há então que cobrir o mecanismo de subversão democrática com uma argumentação de fachada democrática. E desatam a fabricar argumentos. Há que «assegurar uma relação mais autêntica entre os que elegem e os que são eleitos». Há que «contribuir para que os deputados sejam mais verdadeiros representantes do povo que os elege e menos simples mandatários ou «funcionários» dos partidos (...). Há que «ligar os eleitos aos eleitores» e, para que os eleitores conheçam bem o «seu deputado» e o sr. deputado bem os «seus» eleitores, há que criar círculos que elejam apenas um deputado. «Ou pelo menos círculos mais pequenos». (Depois, é conhecido, sobretudo durante a campanha eleitoral e independentemente do tamanho dos círculos, transformam as eleições para deputados na eleição do primeiro-ministro, havendo quem não chegue a perceber o que fazem os candidatos naquela «guerra»...)

«O elogio da "estabilidade governativa" desemboca logicamente (...) na tentação e tentativa de cavalgar e desvirtuar a livre expressão democrática.»

pela chegada dos problemas, antes percorrem o País (visitas, encontros, audições, jornadas legislativas e parlamentares, etc.), com uma presença em todos os distritos, mesmo onde não elegemos deputados, que depois transformam em centenas de iniciativas (requerimentos, resoluções, projectos de lei, etc.) para responder aos anseios e problemas que lhes são postos e transmitidos.

Aquelas concepções e apreciações sobre a ligação eleitores/deputados que rasoíram todos os partidos na «forma de fazer política» procuram esquecer diferenças fundamentais do próprio estatuto do deputado (e de outros eleitos) comunista, a começar pela questão da remuneração, enquadrada pelo princípio de que o eleito não deve ser prejudicado nem pode ser beneficiado pelo exercício de cargo público. Argumentação que de forma abstractizante procura assemelhar todos os partidos, independentemente das suas regras de organização e funcionamento, dos seus objectivos programáticos, da sua base de apoio social e política.



AGOSTINHO LOPES
Membro da Comissão Política e da Comissão Executiva Nacional

Aquela argumentação sobre a relação eleitores/deputados é também profundamente parcial pois «esquece», na apreciação da profundidade, validade e significado dessa relação, as regras de funcionamento da Assembleia da República e do próprio estatuto de deputado.

É como se essa relação, em que o deputado ocupa uma posição «mediadora», terminasse no deputado, como se ela existisse à margem da Assembleia da República. Percebe-se bem este lapso de memória do PSD. O seu comportamento governamentalizador da Assembleia da República, a imposição do «seu» Regimento, limitando e coarctando direitos dos deputados e dos Grupos Parlamentares da oposição, as suas restrições no apoio logístico aos deputados independentes, tornam evidentes as lágrimas de crocodilo, de quem soluça por uma «relação mais autêntica entre os que elegem e os que são eleitos».

Percebe-se bem este lapso de memória do PSD. O seu comportamento governamentalizador da Assembleia da República, a imposição do «seu» Regimento, limitando e coarctando direitos dos deputados e dos Grupos Parlamentares da oposição, as suas restrições no apoio logístico aos deputados independentes, tornam evidentes as lágrimas de crocodilo, de quem soluça por uma «relação mais autêntica entre os que elegem e os que são eleitos».

Pode perceber-se o grande interesse do PSD na concepção simplista e redutora do deputado como «caixa de correio» (simples correia de transmissão) de queixas e reclamações de cidadãos, de preferência individualmente considerados, papel que, sendo importante, não deve nem pode, antes deve integrar-se na capacidade potenciadora de alterações às políticas governamentais, ao exercício da acção fiscalizadora e de iniciativa legislativa. O que exige uma responsável actividade multi e interdisciplinar, abrangendo «o concreto» das reivindicações dos eleitos e cidadãos, das forças sociais e políticas, mas também «o abstracto» dos quadros legais em que se inserem as vertentes económicas, sociais, culturais e políticas da vida dos portugueses. Essa concepção redutora do papel dos deputados enquadra-se bem nas porfiadas pretensões do PSD a uma situação mais fragilizada dos deputados e Grupos Parlamentares, face ao totalitarismo, concentração e absorção de poderes do Estado pelo governo.

Se se entende e compreende a «estratégia laranja» mais difícil é entender as vozes que levam água ao moinho do PSD.

Uma argumentação abstractizante, redutora e simplista

Quem, de boa-fé, queira reflectir sobre um problema que tem evidente importância democrática, a primeira questão a observar e verificar seria naturalmente a experiência concreta destes anos de funcionamento da Assembleia da República. Tiveram os deputados todos o mesmo comportamento? Não houve diferenças visíveis na sua intervenção conforme o Grupo Parlamentar que integram ou integram?

Ou reflectem essas apreciações sobre a «desligação» deputados/eleitores, a uniformizadora, acinzentada e tantas vezes manipuladora cobertura jornalística de alguns dos principais órgãos de comunicação social do trabalho dos deputados?

Ou, pior ainda, denunciam essas apreciações um sectarismo ideológico e partidário, que as torna «cegas» à actividade profundamente distinta, enraizada, de permanente relação dos deputados comunistas com os eleitores? Uma relação que ultrapassa sempre e claramente os «seus» eleitores para se transformar numa presença viva e numa ligação aos problemas de todos os trabalhadores e do povo. Deputados e Grupo Parlamentar que nem precisam de multas, nem esperam nos gabinetes da Assembleia da República



Vertente da intervenção partidária

Participação das mulheres em igualdade

No próximo sábado, cerca de duas centenas de militantes debaterão «A participação das Mulheres em Igualdade, uma condição de progresso, um desafio à sociedade».

Este Seminário Nacional, da responsabilidade da Comissão junto do Comité Central para os problemas e a luta das mulheres, tem lugar sete meses após a realização de um outro subordinado ao tema «A mulher na comunidade local». Durante este período têm sido dinamizadas diversas acções partidárias de carácter distrital: iniciativas públicas (Évora, Portalegre, Lisboa) e reuniões (Lisboa, Porto, Aveiro, Viana do Castelo).

Nestas iniciativas têm sido evidenciados os múltiplos problemas que afectam as mulheres, designadamente as discriminações em função do sexo no trabalho, na família e na sociedade com a crescente limitação ao exercício dos direitos. Ao mesmo tempo foram apontadas perspectivas de reforço da intervenção do Partido nestes distritos em defesa do direito à igualdade para as mulheres.

No próximo dia 11 de Maio, no Salão da Junta de Freguesia do Bonfim aprofundar-se-á a discussão da situação das mulheres, designadamente nos distritos do Norte do País, as novas facetas de discriminação no mundo do trabalho entre outros aspectos.

Várias intervenções procurarão demonstrar que estas discriminações constituem não só um desaproveitamento das capacidades produtivas e criativas das mulheres como obstaculizam os caminhos do progresso, do desenvolvimento e do reforço da democracia.

De facto, nos últimos anos tem aumentado o desaproveitamento do potencial humano constituído pelas mulheres, com elevados custos sociais e pessoais.

Desaproveitamento, sim.

O desemprego que afecta milhares de raparigas e mulheres adultas constitui um desaproveitamento de recursos humanos, que poderiam ser potenciados para gerar mais riqueza para o País e simultaneamente possi-

bilitariam a independência económica e a realização profissional destas mulheres e jovens.

Muitos milhares de jovens e de mulheres adultas executam actividades profissionais «abaixo» dos seus níveis de qualificação constituindo um desperdício das suas capacidades e potencialidades profissionais.

A utilização da mão-de-obra feminina de forma precária, a imposição de ritmos alucinantes de trabalho, os salários baixos, ou um pouco mais elevados de acordo com o «cumprimento dos prémios de assiduidade e de produtividade», com a «venda de direitos e regalias sociais», o clima de repressão nas empresas traduzem-se num maior desgaste físico e psíquico das trabalhadoras. Estas condições de trabalho traduzem-se, com grande probabilidade, em desmotivação e frustração para muitas delas.

Muitas intervenções a realizar no Seminário valorizarão o contributo positivo das mulheres no mundo do trabalho ao mesmo tempo que evidenciarão a «desvalorização do trabalho feminino» como um «alimento» de exploração que o sistema capitalista necessita para se manter e resistir. E, assim, a realização profissional como vertente da realização pessoal da mulher é sacrificada para satisfazer a «gula» do «lucro rápido» do patronato.

No Seminário debater-se-ão ainda os bloqueios no acesso das mulheres a uma formação profissional qualificada. As mulheres continuam a ser fortemente discriminadas: do total de participantes em acções de formação profissional em 1989 só vinte e três por cento foram mulheres. E mesmo em sectores onde a mulher representa uma parte importante ou mesmo maioritária da mão-de-obra empregada, ela participou sempre em menor proporção que os homens. É ou não desperdiçada a capacidade das mulheres para se formarem?

Mas em debate estará ainda a desvalorização dos saberes tradicionais das mulheres, muitos deles utilizados na actividade profissional e a necessidade do reco-

hecimento destes saberes, contribuindo para a valorização do seu papel no mercado de trabalho.

A maternidade: um fardo pessoal ou função social? Desta forma pretende-se avaliar as distâncias entre o valor social da maternidade/paternidade e a total responsabilidade que vai passando para a família e muito particularmente para as mães.

Mas pretender-se-á neste debate avaliar se a desvalorização das discriminações em função do sexo no trabalho, na família e na sociedade pretendem ou não diminuir a capacidade de participação das mulheres em defesa dos seus direitos.

Neste Seminário não se pretende apenas diagnosticar os custos pessoais e sociais do desaproveitamento das capacidades das mulheres mas demonstrar como tudo poderá ser diferente.

O exercício pleno dos direitos das mulheres, a sua participação em igualdade na vida económica, social e política constituem justas aspirações das mulheres, como a sua concretização são essenciais para o progresso, o desenvolvimento e a democracia. A criação das condições para a realização pessoal das mulheres no trabalho, na família e na sociedade em geral é uma condição básica para a humanização da sociedade.

A participação das mulheres em igualdade é um desafio que as mulheres têm de continuar a tomar nas suas mãos no seu dia-a-dia, no trabalho, na família e na sociedade.

É um desafio que implica a existência de uma política pela igualdade, só possível afastando o PSD do Governo.

É um desafio que implica uma política alternativa, só possível com o contributo do PCP.

E neste Seminário Nacional o desafio de novo será lançado...

■ **Fernanda Mateus**

Lutar pela igualdade

Em certa terra do Norte, no ano de 1912, foi criada uma Associação Democrática e Cultural, em consequência do processo de libertação política desencadeado com a implantação da República em 1910.

Ao estudar os materiais arquivados no Museu da localidade, tive a oportunidade de verificar com orgulho e prazer que nas actividades culturais dessa Associação participavam mulheres, tanto na representação de peças de teatro como em saraus musicais. Havia portanto uma situação prenunciadora de situações de igualdade crescente entre homens e mulheres e de intervenção conjunta na vida local.

Curiosamente, os materiais arquivados permitem outra leitura a partir de 1925/1926. Nos folhetos editados já nessa fase, para publicitarem os espectáculos realizados pela Associação, descobre-se que os papéis teatrais femininos, até então desempenhados por mulheres, passam a ser assumidos por homens, que faziam «travesti» nos palcos onde representavam.

Eram a mentalidade de direita e o fascismo a implantar-se na vida das pessoas, atingindo desde logo uma camada importante, a das mulheres, que viria a desaparecer também, por essa altura, da participação nos saraus musicais.

Aí por 1928, é a Associação Democrática e Cultural que é extinta e desaparece. Portanto, rapidamente, o poder fascista ascendente acaba com a vida associativa e cultural local, relega a mulher para a vida estreita e escravizante do lar, sendo-lhe permitido mais tarde, no meio, desempenhar outro papel, tão glorificado nos tempos áureos do Estado Novo e do Movimento Nacional Feminino, que era o de parideira em série, sobretudo se pertencia às chamadas classes baixas, fornecedoras por excelência de carne humana para o trabalho e servidão local, para a colonização organizada de áreas dos países ocupados em África e, finalmente, para essa guerra terrível e colonial que marcou dramaticamente, para sempre, tantas e tantas famílias portuguesas.

Creemos que esta introdução ilustra bem uma questão central da libertação e da igualdade da mulher e do homem: é que os processos de luta democrática e revolucionária permitem, na fase ascendente, que os seres humanos se reencontrem e se identifiquem, no quotidiano tão lindo e dramático que é o da construção do mundo de experiências, de paixão e de ambição de mudar mais e mais; tal como as coisas se tornam complexas e difíceis, nessa como noutras áreas da nossa vida, quando as forças reaccionárias reocupam poderes e passam a usar todas as estratégias, tácticas e meios para dividir revolucionários e outras camadas de lutadores, como para separar o homem da mulher, reduzin-

do ou tentando reduzir, desde logo, esta à sua condição tradicional e atávica de anjo do lar, de guardião do medo e da casa, de impositora tantas vezes da ausência do homem do quadro de lutas, do mesmo modo que o homem torna a sentir-se impulsionado para instrumento repressor da mulher, ajudando a sua própria companheira a enterrar-se no sacrossanto ambiente onde ele volta a descobrir velhas e novas áreas de comando e de satisfação individualista e destruidora do que melhor existe na relação entre dois seres e sexos.

Portanto, a questão central continua a ser, para todos nós, creio, a dos processos de transformação e de mudança de sociedades ainda atrasadas e entorpecidas, inviezadas e propensas mais facilmente à redução das dimensões mais lindas e criativas do ser humano, homem ou mulher, mulher ou homem, que são vítimas de quem governa, de quem explora, de quem oprime e destrói a vitalidade e o poder criativo dos outros, que são a grande maioria, porque é esse o seu papel e a sua arma, porque tem armas diversas e as usa, contra aqueles para os quais deseja apenas o papel de seus escravos, que dizem ser ainda escravos de si próprios e, tantas vezes, braços armados e destruidores da vontade da mulher ou do homem com quem vivem.

(...) Portanto, diria que há situações fundamentais em que o sopro da igualdade entre homens e mulheres se configura, quando ambos participam, lado a lado, no Sindicato, na Associação Cultural e Desportiva, na Comissão de Trabalhadores ou no Partido, sendo perfeitamente adquirido já hoje, para nós, comunistas, que nem o homem é livre quando está sozinho, triste e aparente dono da vida exterior à casa, nem a mulher o é quando aceita a desistência e a remissão ao papel secundário, mesquinho e fechado de dona de casa ou de amante atenta e veneradora.

A mulher e o homem que pertencem a classes e camadas oprimidas, exploradas e destruídas por um quotidiano esvaziado de humanismo e de valores sociais, culturais, económicos e políticos dignos e promissores, só têm um caminho a percorrer, que é o de lado a lado imporem a igual-

dade de direitos e de participação em todas as frentes de lutas; desse modo, dignificam as mulheres e os homens que no passado assim pensavam e assim procediam, e preparam, como eles fizeram, novos e mais amplos campos de

amizade e de participação para as futuras mulheres e homens que são hoje nossos filhos e netos, e para os quais não queremos nem a situação humilhante de se humilharem e destruírem entre eles próprios, em que-relas pequenas e caseiras, nem as situações violentas, de regressão e de destruição metódica dos seres humanos e do país, que ainda conhecemos e sofremos.

Não há milagres para a mulher que espera ou ignora em casa a mudança e a transformação da sociedade, como os não há para o homem que se mete em casa ou se recusa à acção no trabalho e na rua, porque tem medo de lutar e assim ajuda o



MODESTO NAVARRO
Membro da Assembleia Municipal de Lisboa

opressor para que sobreviva e comande e para que a mulher se prenda e se reduza, tal como ele. As frentes de trabalho e de luta afastão, às claras e tão nítidas, na vida social, política e económica, como têm de estar, em igualdade de circunstância e de importância, na vida cultural e desportiva, no conhecimento e na prática que a todos impulsionam para a participação criadora e colectiva, para a necessária realização individual que alegre e realiza também quem nos rodeia e ama.

Não há frentes mais importantes, nem menos importantes, hoje em dia, na realidade portuguesa. Tudo depende das características e apetências de quem quer e deve participar, mulher ou homem, no interesse da realização mais correcta e profunda do individual e do colectivo, com sacrifícios sim, mas com a alegria de tornarmos decisivas todas as áreas em que nos empenhamos. Assim ajudamos a preparar novas vitórias e conquistas no futuro mais próximo que é o horizonte importante deste ano, como no futuro ambicionado pelos que amam a igualdade de direitos e de acção nas frentes de lutas, dando força às potenciais diferenças de conhecimento, de cultura, de vocação e de participação que nos identificam e nos tornam mais criativos e inovadores.

Não há milagres para a mulher que espera ou ignora em casa a mudança e a transformação da sociedade.

A Organização Regional de Coimbra prepara a sua 2.^a Assembleia

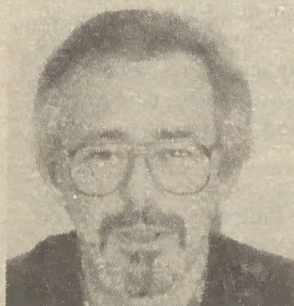
É já no próximo dia 19 de Maio que vai reunir o órgão máximo das organizações do Partido do distrito de Coimbra — a 2.^a Assembleia da Organização Regional de Coimbra do PCP — sob o lema «Para uma viragem democrática, um Partido e um Projecto necessários no distrito».

Revestindo-se obviamente da maior importância para os membros e organizações do Partido no distrito, ele ganha ainda maior alcance à luz das actuais necessidades de reforço do trabalho de direcção e organização locais do PCP com vista à sua mais eficaz intervenção em todas as batalhas do calendário político deste ano e, designadamente, nas próximas eleições legislativas. Isto, sem prejuízo, naturalmente, do profundo significado que no plano do funcionamento e da vida democrática do Partido detêm os outros objectivos que esta 2.^a Assembleia explicitamente se propôs: fazer o balanço e prestar contas do trabalho realizado; eleger a nova DORC; discutir e caracterizar a situação política, económica e social do distrito e aprovar propostas com vista ao seu desenvolvimento.

O conteúdo essencial da actual fase de preparação da 2.^a Assembleia da ORC passa pelo debate nas organizações e militantes do Partido quer do «Projecto de Resolução Política» quer do «Regulamento da Assembleia» (documentos aprovados pela DORC em 2 de Abril último) e pela eleição dos 257 delegados que nela representarão as organizações do Partido.

Verifica-se já um saldo globalmente positivo de apreciação da participação dos membros do Partido nesse debate, das suas contribuições, propostas e críticas, da validade intrínseca e da projecção de numerosos aspectos de análise e das propostas da DORC contidos naqueles documentos. Entretanto, também se regista alguma legítima insatisfação entre membros da Organização Regional e da sua Direcção pelo facto de numerosas outras tarefas partidárias — cujo desenvolvimento a actual situação política solicita — não estarem a permitir um maior alargamento e aprofundamento do debate exigido pelos novos problemas e condicionamentos que a luta dos comunistas do distrito hoje enfrenta. Na base dos quais estão as profundas transformações que no plano nacional e internacional ocorreram desde a data da realização da 1.^a Assembleia da Organização Regional de Coimbra, em Novembro de 1986.

De resto, a filosofia e a estrutura do Texto do Projecto de Resolução Política desenvolvem-se, em obe-



CARLOS FRAIÃO
Membro da Comissão Executiva Nacional do CC

«Verifica-se já um saldo globalmente positivo da apreciação da participação dos membros do Partido no debate.»

diência à contestação daquele facto, ao longo dos seguintes seis capítulos: 1.º — Introdução; 2.º — O contexto nacional e internacional em que se realiza a Assembleia; 3.º — A situação política, económica e social no distrito; 4.º — A luta social e institucional no distrito desde a 1.^a Assembleia e as suas propostas; 5.º — Propostas para o desenvolvimento do distrito; 6.º — O Partido no distrito de Coimbra.

É nesta linha que, no 2.º capítulo, se sublinha que «as transformações ocorridas no País e no mundo nos últimos 4 anos e meio originaram novos e importantes problemas para o trabalho e para a intervenção do Partido» e que muitos desses problemas eram «imprevisíveis aquando da 1.^a Assembleia».

Recusando visões estreitas e lineares da actual realidade económica, o 3.º Capítulo do Projecto de Resolução Política reafirma «a concepção que têm os comunistas de que o novo crescimento económico não é sinónimo de desenvolvimento». E acrescenta que mesmo «o crescimento económico do distrito não tem comprovadamente garantido às suas diferentes regiões e às suas populações uma melhoria generalizada e harmoniosa de condições de vida», tem agravado as assimetrias existentes e não tem recuperado os concelhos mais desfavorecidos e o conjunto do distrito do seu atraso face às regiões vizinhas mais industrializadas.

Não é possível referir neste espaço o balanço da luta de massas e institucional levado a efeito, as suas irregularidades e os seus pontos altos, a valorização da sua contribuição para a mais vasta movimentação nacional contra a política de direita. É igualmente inoportuno neste texto a exposição das propostas sectoriais e estruturais para o desenvolvimento do distrito. Assim como também não é exequível dar aqui conta da análise e das propostas avançadas no que toca ao Partido e ao seu trabalho de direcção e organização.

Mas é justo sublinhar neste capítulo, pelo menos, que o transparente reconhecimento das insuficiências ombreia com a justa valorização dos progressos e com o reconhecimento da existência de um quadro actual mais desfavorável ao trabalho e à organização, para cujas causas, entre outras, se apontam: o avanço da ofensiva da direita e as dificuldades de uma situação política com perspectivas menos claras de evolução favorável a curto prazo; a repressão ou a discriminação de militantes mais destacados do Partido nas empresas e nas localidades; a violenta campanha ideológica contra o Partido e a influência negativa dos acontecimentos nos países do Leste da Europa; hábitos negativos de organizações e militantes; deficiências e atrasos no trabalho de direcção e organização.

E não será menos justo, indispensável mesmo, anotar que, apelando à confiança e à perseverança próprias dos comunistas (assentes no seu optimismo histórico e na sua certeza de conjunturalidade de uma situação), a DORC do PCP reafirma que continua a ser «imperioso levar o mais longe possível as grandes linhas adoptadas na Conferência da Organização Distrital de Coimbra de Março de 1990»: ela marcou o início de uma viagem no trabalho da DORC no que respeita à crescente responsabilização de outros quadros em tarefas de direcção e organização, na sequência das Resoluções do XII e XIII Congressos do PCP, que marcaram as grandes linhas para a adaptação da estrutura do Partido às novas exigências e condições de trabalho.

Polícia 1992, que futuro?

Foi já no distante ano de 1982, que apresentámos na Assembleia da República um projecto de lei sobre a «garantia dos direitos fundamentais dos cidadãos que prestam serviço nas forças policiais».

Essa iniciativa parlamentar do PCP foi uma iniciativa pioneira. Foi uma iniciativa que abriu, que detonou o processo legislativo necessário para acolher a reivindicação dos profissionais da PSP de constituírem uma associação de natureza sindical.

Foi preciso decorrerem oito anos para finalmente a Lei dar a consagração legal mínima a essa reivindicação.

Da nossa parte, empenhámo-nos no sentido de a Lei consagrar sem equívocos o direito de associação sindical, assim como o reconhecimento expresso de que os profissionais da PSP gozam dos direitos, liberdades e garantias nos termos gerais. Era esse o conteúdo do projecto de lei que o PCP apresentou em 22 de Maio de 1989.

A lei aprovada contém injustas limitações de direitos, em especial quanto à natureza sindical da associação profissional. A lei ficou aquém do que seria possível. Mas foi um passo de gigante.

Conseguido como? Conseguido também com a vossa persistência, a vossa acção empenhada e consciente, a vossa coragem e lucidez, e, afinal, com a força da razão que estava convosco.

Em 21 de Abril de 1989, no Terreiro do Paço, em Lisboa; na data que ficará gravada para sempre na história do sindicalismo policial português; as imagens que correram mundo foram à expressão pública, na vossa luta, de uma luta antiga que percorre a humanidade. A luta entre as forças e ideais do progresso social e as forças que se lhe opõem, os Velhos do Restelo e quejandos que temem as ideias novas, que desconfiam da mudança, que ao fim e ao cabo desconfiam das pessoas e do exercício das suas liberdades e direitos fundamentais.

Nós, da nossa parte, sempre tivemos a certeza que uma Polícia integrada por profissionais que se sentissem cidadãos e cidadãos de corpo inteiro, seria uma Polícia mais apta a desempenhar a sua missão de forma responsável, eficaz e democrática. Sempre soubemos que uma Polícia de cidadania teria direito a maior respeito e aceitação pelos seus concidadãos. Que por isso mesmo, por ser mais compreendida, seria cada vez menos repressiva para ser cada vez mais eficaz.

A actividade da ASP é também evidentemente fundamental para a defesa e conquista de melhores condições de vida e de trabalho para os profissionais da PSP.

Da nossa parte, reafirmamos o nosso entendimento: os profissionais da PSP têm direito às condições profissionais, psicológicas e materiais necessárias ao cumprimento dos seus deveres legais, ao exercício dos seus direitos e à garantia da sua integridade, imparcialidade e dignidade. Consideramos também que a remuneração dos profissionais da PSP deve ser ajustada às suas altas responsabilidades cívicas e aos elevados riscos inerentes às funções que exercem.

Neste quadro, quero exprimir aqui a nossa compreensão geral pelas reivindicações que apresentam e a nossa inteira disponibilidade para na Assembleia da República cooperar com vista à sua concretização.

(...)

Polícia 1992, que futuro?

Supomos que o futuro próximo reserva à Polícia três dificuldades principais. A primeira é de ordem interna. Não é novidade para ninguém (muito menos para uma instituição como a PSP que percorre intensamente o terreno social) que os últimos três anos produziram algumas alterações sociais e sociopsicológicas significativas. Tem sido sublinhado um facto que releva também para efeitos da vossa actividade e que consiste na acentuação das desigualdades na sociedade portuguesa.

O crescimento económico tem-se concretizado de forma anárquica e desigual. A vida urbana desumaniza-se. Ao lado das manchas de pobreza, reaparece a ostentação provocatória, o luxo e futilidade. Cultivam-se socialmente o contravalor do individualismo, do sucesso a todo o custo, da concorrência desregrada. Valores como o da solidariedade são desprezados.



A formação do faz-de-conta



JOÃO AMARAL
deputado do PCP

Os profissionais da PSP têm direito às condições profissionais, psicológicas e materiais necessárias ao cumprimento dos seus deveres legais.

Esta situação não pode deixar, como não tem deixado de ter, reflexos na evolução dos índices de criminalidade.

A segunda dificuldade resulta da vigência do Acto Único.

A terceira dificuldade tem a ver com os grandes atrasos no que respeita à organização das Forças de Segurança, ao adequado aproveitamento do pessoal e a novas dotações de pessoal, e, finalmente, ao reapetrechamento indispensável.

Esses atrasos são particularmente evidentes em sede das zonas suburbanas. Nas recentes Jornadas Legislativas do Grupo Parlamentar do PCP no distrito de Lisboa, em que percorremos concelhos como Amadora, Loures, Vila Franca de Xira, por todo o lado ouvimos autarcas e populações chamando a atenção para a necessidade de mais esquadras, mais efectivos.

Mas, por outro lado, esses atrasos têm outra matriz: a do próprio atraso na reflexão, na reequação da orgânica global das forças de segurança.

Não vou alongar-me sobre estes temas, que são por de mais conhecidos de todos vós. Registrarei, mesmo assim, algumas opiniões e posições do PCP nesta área.

Evidentemente, a alteração das condições económicas, sociais e culturais que apareçam como factores de agravamento da criminalidade constitui um objectivo geral da política, que entendemos devia ser prosseguido com prioridade.

No campo específico que aqui nos reúne, reafirmamos que somos favoráveis à adopção urgente das medidas necessárias a garantir a eficácia aos meios e forças nacionais de polícia.

Na área das dotações orçamentais, pugnamos por que elas permitam realizar os programas de reapetrechamento.

No campo das dotações de efectivos, consideramos urgente reequacionar a utilização dos actuais efectivos e o seu reforço se e quando necessário.

Somos favoráveis, por outro lado, a que os temas abordados neste colóquio tenham rápido aprofundamento. Tendencialmente, deveria ser feito um Livro Branco sobre o estado das Forças de Segurança Portuguesas, com vista a enfrentar os desafios do Mercado Interno Europeu de 1993.

Na elaboração desse Livro Branco, seria determinante a participação da Associação Socio-Profissional.

A questão da formação, inicial e permanente, dos profissionais deve constituir prioridade absoluta.

Quero sublinhar de forma clara que somos desfavoráveis, somos contrários a que Portugal e as autoridades nacionais alienem as suas responsabilidades na área da segurança interna ou submetam à direcção externa ou multinacional as actividades das forças de segurança portuguesas. Nesta área não há dois caminhos: só nós próprios nos podemos responsabilizar pela nossa segurança. A alienação dessa responsabilidade traduzir-se-ia sempre numa alienação de soberania, num campo em que a soberania tem de ser preservada. Por todas estas razões, sem prejuízo da necessária cooperação com forças de segurança estrangeiras, o PCP manifesta-se contra qualquer polícia europeia, a Europol ou outra, de natureza supranacional.

Finalmente, quero assinalar que somos favoráveis ao desenvolvimento em todos os ângulos do sentido de responsabilidade indissociável da expressão plena da cidadania. Por isso, pronunciamos-nos pela desmilitarização das forças de segurança, que no caso da GNR e Guarda Fiscal são qualificados legalmente como corpos especiais de tropas.

Por isso também entendemos que tem de ser reconhecido o direito de constituição de associação sindical, do sindicato dos profissionais da PSP.

Na próxima Legislatura, com a nova Assembleia da República, com a nova composição, proporemos a revisão da Lei, no sentido do reconhecimento legal do direito sindical.

(Da intervenção proferida pelo deputado do PCP, João Amaral, no colóquio «Que Polícia para 1992», promovido pela Associação Socio-Profissional da Polícia, em Coimbra, no dia 27 de Abril)

Os trabalhadores de qualquer ramo de actividade sabem que a sua formação é hoje um imperativo para o desempenho adequado das suas funções profissionais, permanentemente desafiadas pelas exigências de adaptação a novas situações. No caso dos professores, tal imperativo coloca-se com redobrada premência. Espera-se que os professores sejam competentes do ponto de vista científico e pedagógico, atentos às inovações da ciência e às modificações profundas em aspirações e valores que se operam nas novas gerações. Os professores sabem que só no pleno domínio destas duas componentes poderão promover um ensino de sucesso dos seus alunos e contribuir para um crescimento feliz das crianças e jovens que frequentam as nossas escolas. E essa condição é indissociável da realização profissional de qualquer professor.

A realidade é, porém, bem outra, sabemos-lo todos. São as elevadas taxas de reprovação. São os manifestos índices de desadaptação por parte de uma juventude desmotivada. É o nível notoriamente insuficiente de preparação científica e cultural da generalidade dos alunos. Realidade frustrante que justifica, só por si, o reduzido número de candidatos à profissão docente e a procura de alternativas para muitos que nela se encontram.

As causas desta situação são múltiplas, radicam na política de desvalorização do ensino público, coerentemente seguida por este Governo, e que tem várias facetas. Uma delas é a recusa em considerar a formação dos professores com a prioridade e urgência que reveste.

Reivindicação instantânea dos docentes que, desde sempre, a têm apontado como absolutamente necessária ao desempenho cabal da sua função, a formação de professores é hoje imperativo da Lei de Bases. É também condição de acesso e progressão na carreira docente.

Mais do que nunca, o acesso de todos os professores a uma formação actualizada, científica e pedagógica, tanto inicial como contínua, é uma questão estratégica para a melhoria qualitativa do nosso ensino. E como tal a tem colocado o PCP na sua luta por uma reforma educativa democrática que concretize os princípios consignados na Lei de Bases do Sistema Educativo e na própria Constituição da República.

Por força da Lei de Bases, é hoje exigida uma formação inicial de nível superior a todos os professores e educadores dos diferentes níveis de ensino e educação pré-escolar — facto que, postulando uma situação nova, implicou alterações profundas no sector da formação dos professores e que têm vindo a operar-se a partir de meados dos anos 80, nomeadamente através do funcionamento das Escolas Superiores de Educação (e conseqüente extinção das Escolas do Magistério Primário e Escolas Normais de Educadores de Infância) e da integração nos currículos das universidades — com destaque para as Faculdades de Letras da componente da formação de professores, seguindo, aliás, o que já era hábito desde os anos 70 nas Faculdades de Ciências.

São alterações positivas que correspondem a necessidades reais e fundamentais de há muito sentidas (e cujo atraso foi responsável por vários dos passivos acumulados que repercutem ainda hoje negativamente no nosso sistema educativo) mas estão ainda longe de se considerarem satisfatórias. A repartição da formação inicial por diversos modelos não é, em si, um facto negativo, mas terá de se ultrapassar o carácter de conflitualidade latente que por vezes aflora e, nomeadamente, é necessário que se promova a avaliação em

termos objectivos dos vários modelos, incluindo os do ensino particular, tendo por referência uma reflexão aprofundada do perfil do professor a formar. Para isso é fundamental que as instituições de formação dialoguem entre si e com os meios escolares para onde se destinam os professores que formam. Algumas (tímidas) tentativas têm sido feitas nesse sentido. Importa aprofundá-las e alargá-las.

Constata-se, no entanto — apesar da diversidade e quantidade das instituições implicadas na formação inicial — um novo aumento de professores sem habilitação própria nalgumas disciplinas. Se tivermos em conta que a taxa de escolarização do 7.º ao 12.º ano

era, em 1986, de 40%, não será futurologia prever o agravamento desta situação de défice de professores habilitados, com todas as sequelas de uma ainda maior degradação do nosso ensino. A solução deste problema passa por medidas de ordem vária, entre as quais, a implementação de um modelo de formação em exercícios com qualidade. A realidade actual é (mais) uma manifestação das consequências gravosas da política



FÁTIMA RODRIGUES
Professora assistente
da Faculdade de Letras
de Lisboa

de fachada e economicista do Governo na educação. Fazendo tábua rasa de experiências anteriores, que assentavam na escola como centro formador, os modelos de formação em serviço que este Governo patrocinou merecem, pela sua falta de qualidade, a generalizada contestação de que têm sido alvo por parte dos docentes. O ME promoveu, assim, a profissionalização (burocratizada) de quase todos os professores com habilitação académica, mas não contribuiu em nada para a melhoria da qualidade do ensino.

A formação contínua que «complemente e actualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente» é definida pela Lei de Bases como um direito de todos os educadores, professores e outros profissionais de educação. Ela é uma das necessidades mais prementes do sistema e é hoje uma condição de desenvolvimento e progressão da carreira. Deve ser assegurada, ainda de acordo com a Lei de Bases, predominantemente pelas instituições de ensino superior de formação inicial «em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham». A sua concretização pode constituir um dos «élan» mais dinâmicos no desenvolvimento da investigação no ensino e pode abrir soluções inovadoras para muitos dos seus problemas.

No entanto, ela é inexistente. O ME tem emperrado sistematicamente o seu lançamento, limitando-se até agora à redacção de sucessivos anteprojectos, em que se manifesta sobretudo a sua preocupação de controlar a formação contínua e, pelas repercussões desta na progressão na carreira docente, reforçar os seus instrumentos de controlo dos professores.

Para 1992 está prevista a generalização dos novos programas, em fase de experimentação num número reduzido de escolas, e do ME nem vislumbra dum plano concertado de acções de informação, sensibilização e reciclagem dos professores e alunos envolvidos, sabemos que tem decorrido sem o necessário apoio, tanto em formação como em recursos educativos. Imagine-se o que o ME reserva à generalidade dos professores...

São tudo peças do mesmo «puzzle». A tão apregoada reforma educativa do Governo significa palavras abundantes e o mais despidorado deserto no domínio das acções necessárias à democratização e elevação da qualidade do ensino. Uma formação de professores adequada às necessidades só será realidade no quadro de uma política democrática, o que não é, evidentemente, apanágio deste Governo.

edições Avante!

EM FOCO

Declaração conjunta sobre medidas urgentes para a estabilização da situação na URSS e para vencer a crise

Com este título, o órgão central do PCUS publicou no dia 24 de Abril o texto da declaração saída da reunião entre Mikhaíl Gorbachov e os presidentes de nove repúblicas da URSS. É esse texto que aqui publicamos na íntegra, numa tradução da responsabilidade da redacção do «Avante!».

A crise da nossa sociedade continua a aprofundar-se. O país é dilacerado por conflitos sociais e nacionais. Cresce a quebra de produção. Baixa o nível de vida, surge o perigo de as pessoas não terem garantidos os bens essenciais. São gravemente desrespeitadas a ordem e a disciplina. Confluíram num ponto os mais agudos problemas que se acumularam durante décadas, as doentias dificuldades do período transitório e os erros cometidos no decurso da *perestroika*.

O Presidente da URSS e os dirigentes dos órgãos estatais supremos das repúblicas federadas RSFSR, Ucrânia, Bielorrússia, Uzbequistão, Kazaquistão, Azerbaidjão, Tadjiquistão, Kirguiztão e Turquemenistão, depois de terem debatido a situação no país no seu encontro de 23 de Abril, consideraram necessária a implementação urgente de medidas coordenadas.

Primeiro. Os participantes no encontro consideram que a tomada de medidas firmes para o restabelecimento geral da ordem constitucional e o cumprimento rigoroso das leis em vigor até que seja aprovado o novo Tratado da União e a Constituição é uma condição *sine qua non* para a estabilização da situação no país. Este pressuposto deve estar presente na actividade dos órgãos de poder da União e das repúblicas, os soviets e comités executivos, os responsáveis de todas as organizações e empresas, os cidadãos.

Segundo. Para ultrapassar a crise é tarefa prioritária a conclusão de um novo acordo de estados soberanos que tenha em conta os resultados do referendo realizado na União. Sobre isto, os participantes no encontro consideraram necessário:

- concluir a breve prazo a elaboração do projecto de novo Tratado da União, de forma a que o documento acordado possa ser assinado pelas delegações das repúblicas referidas;

- passados não mais de seis meses sobre a assinatura do Tratado, preparar e aprovar no Congresso dos Deputados do Povo da URSS uma nova Constituição da União, baseada no conteúdo do acordo sobre a União de Estados Soberanos;

- após a aprovação da nova Constituição, preparar e realizar eleições para os órgãos de poder da União previstos no Tratado e na Constituição;

- durante todo o período transitório deve ser garantida a actividade normal dos órgãos de poder da União e das repúblicas e dos soviets de deputados do povo a todos os níveis;

- os dirigentes máximos das repúblicas federadas que participam no encontro, reconhecendo o direito da Letónia, da Lituânia, da Estónia, da Moldova, da Geórgia e da Arménia a decidirem por si próprias a questão da adesão ao Tratado da União, consideram no entanto necessário que se estabeleça um regime de maiores facilidades para as repúblicas signatárias do Tratado da União, no quadro do espaço económico único por elas formado;

- são inaceitáveis a discriminação com origem na nacionalidade, o desencadeamento de conflitos entre nacionalidades e as violações dos direitos dos cidadãos da URSS, independentemente do local onde residam. Todos os factos deste tipo devem ser firmemente combatidos pelos órgãos da segurança pública.

Terceiro. Confirmar as obrigações dos órgãos da União e das repúblicas, expressos no acordo económico para 1991, e a necessidade do seu cumprimento absoluto, em primeiro lugar no que respeita aos orçamentos e à formação dos fundos orçamentais.

Recebeu apoio unânime a tomada de medidas anticrise conjuntas, tendo em conta a agudização da situação socioeconómica.

Deve ser garantida a continuação do reforço e desenvolvimento das ligações económicas entre empresas, regiões e repúblicas, com maior responsabilidade do Gabinete de Ministros da URSS e dos governos das repúblicas federadas.

Com o objectivo de estabilizar a situação na economia soviética, os participantes no encontro manifestam-se pela introdução de um regime especial de trabalho nos ramos básicos da indústria, nas empresas produtoras de artigos de grande consumo e no transporte ferroviário.

Se necessário, os órgãos de poder das repúblicas tomarão medidas complementares que assegurem o funcionamento normal da economia do país.

Os participantes no encontro consideram tarefa prioritária o fornecimento de produtos alimentares à população. Vão ser realizadas pelos organismos centrais e das repúblicas acções coordenadas para o cumprimento das dotações de recursos materiais para a agricultura e as empresas do complexo agro-industrial. Durante o segundo trimestre o Gabinete de Ministros da URSS e os governos das repúblicas federadas devem elaborar e aprovar decisões sobre a manutenção de relações equivalentes da agricultura e das empresas agro-industriais com os outros ramos da economia.

Quarto. Reconhecendo que, ao efectuar a reforma dos preços a retalho, não foram tidos em conta todos os factores que influem negativamente no nível de vida da população, os participantes no encontro consideram necessário aprovar uma série de medidas complementares para protecção social dos cidadãos, especialmente dos de menores recursos. Nomeadamente:

- abolir o imposto de 5 por cento sobre a venda de produtos de consumo diário. O Gabinete de Ministros da URSS e os governos das repúblicas devem nas próximas duas semanas estudar a situação real dos preços e tomar decisões coordenadas para resolver as questões que estão na origem de maior tensão social;

- tomar medidas para compensação do aumento dos preços nas cantinas universitárias e nos bufetes das escolas, bem como rever as novas tarifas nos transportes ferroviário e aéreo, no sentido da sua diminuição;

- no prazo de um mês tomar uma decisão sobre a compensação dos rendimentos.

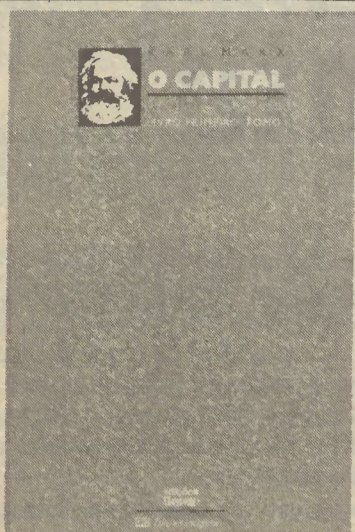
Tendo em conta as decisões coordenadas acima referidas, os dirigentes da União e das repúblicas apelam aos mineiros e a todos os trabalhadores para que ponham termo às greves motivadas por razões políticas e económicas e se esforcem para, a breve prazo, recuperar o perdido.

Quinto. Considerando a situação extraordinariamente aguda de crise no país, os dirigentes da União e das repúblicas consideram intoleráveis as tentativas de alcançar objectivos políticos por via da incitação à desobediência civil e à greve, de apelos ao derrube de órgãos do poder estatal legitimamente eleitos.

Manifestaram-se pela cooperação e interacção, no quadro da lei, de todas as forças sociais e políticas, utilizando as possibilidades abertas pelo desenvolvimento da democracia, pela actividade dos órgãos representativos e pela *glasnost*.

Foi sobremaneira sublinhado que, neste período de responsabilidade, acima de tudo devem ser colocados os interesses do povo e o trabalho prático para tirar o país da crise, para prosseguir as transformações democráticas na sociedade, para continuar a radicalização da reforma económica com a realização simultânea de medidas de apoio social à população.

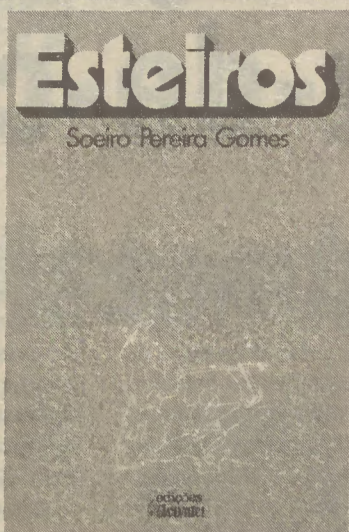
Os participantes no encontro têm em consideração que todas estas medidas para estabilizar a situação e vencer a crise são indispensáveis sem um aumento substancial do papel das repúblicas federadas.



O CAPITAL
Karl Marx

Agora ao dispor dos leitores portugueses uma tradução rigorosa da mais importante obra de Karl Marx e do nosso tempo.
Edição dirigida por: José Barata-Moura e Francisco Melo.

ISBN 972-550-223-X 363 pp. 2200\$00

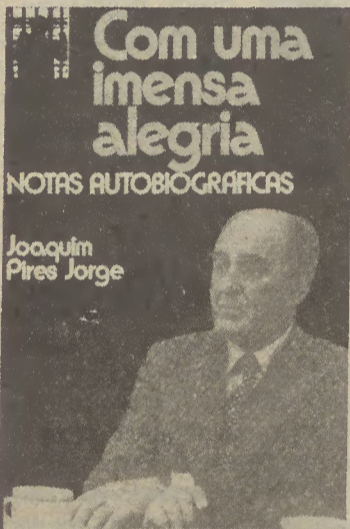


ESTEIROS

Soeiro Pereira Gomes

Há 50 anos publicava Soeiro Pereira Gomes este romance que é uma das primeiras manifestações romanescoas do neo-realismo e um dos seus maiores êxitos. «Grito de denúncia. Esteiros é também um grito de esperança, esperança na libertação, no fim de uma sociedade desumana e exploradora.»

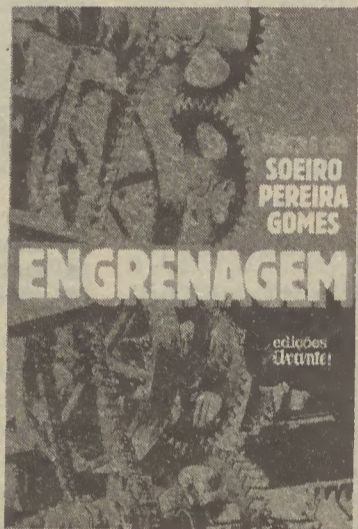
184 pp. 500\$00



COM UMA IMENSA ALEGRIA
Joaquim Pires Jorge

Estas são histórias da História de Joaquim Pires Jorge, escritas na primeira pessoa, tal como foram contadas, ao longo de entrevistas sucessivas, a um jornalista. São histórias que valem pelas lições que encerram da vida duríssima e exemplar de um revolucionário.

109 pp. 700\$00

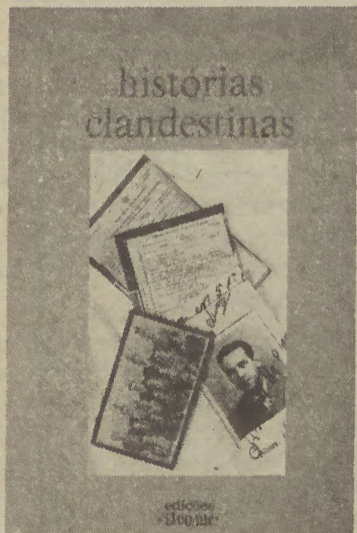


ENGRENAGEM

Soeiro Pereira Gomes

«É em *Engrenagem* que o estudo da evolução da consciência social dentro de condições determinadas de trabalho, de relações de produção e de luta de classes, adquire proporções e uma profundidade nunca atingidas na literatura portuguesa».

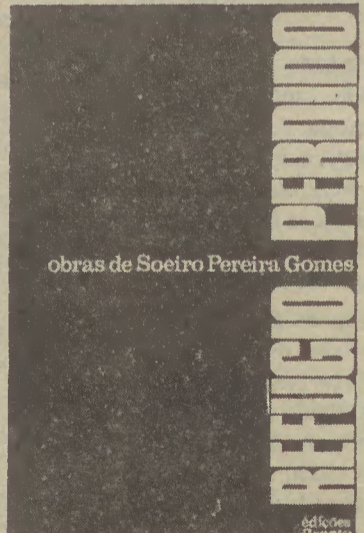
188 pp. 500\$00



HISTÓRIAS CLANDESTINAS
Joaquim Campino

Histórias dos que amassaram esperança durante os dias negros do fascismo e vivem hoje certezas inacabadas.

234 pp. 1400\$00



REFÚGIO PERDIDO

Soeiro Pereira Gomes

Colectânea de pequenos cantos e crónicas (reunidos postumamente). A beleza desta obra, o seu rigor, a sua força mobilizadora que convidam à solidariedade e à luta os que a têm, são fruto, em grande parte, de grande empenhamento e grande militância. Por isso é uma obra de liberdade e libertadora.

149 pp. 500\$00

Desejo receber à cobrança acrescidas de despesas de porte e embalagem as seguintes obras:

- O CAPITAL Livro primeiro Tomo I
 HISTÓRIAS CLANDESTINAS
 ENGRENAGEM

- COM UMA IMENSA ALEGRIA
 ESTEIROS
 REFÚGIO PERDIDO

NOME _____
MORADA _____
CÓD. POSTAL _____ TELEF. _____
Recorte e envie para: EDIÇÕES AVANTE R. de S. Bernardo, 14 2º - 1200 Lisboa

A frase... e o resto

Na sempre dita Cidade Invicta, junto da igreja dos Clérigos, acaba de ser inaugurada uma estátua ao «bispo do Porto». Há centenas de anos que a cidade tem tido bispos a seguir a bispos. Mas quando agora se fala em «bispo do Porto», sabe-se de quem se trata, não sendo necessário dizer-lhe o nome. É aquele que escreveu uma carta a Salazar reclamando «respeito pela liberdade e não discriminação dos cidadãos» e que, por causa disso, o ditador o expulsou de Portugal, obrigando-o a um exílio de 10 anos. E, odiado como era, ainda quis destruir-lhe a personalidade e a honra. Franco Nogueira, na sua biografia de Salazar⁽¹⁾, transcreve uma carta que este dirigiu ao nosso embaixador na Santa Sé, António de Faria, na qual, usando uma redacção manhosa, diz que «é para nós bem que a Santa Sé tenha vindo pelos sucessos posteriores à saída de Portugal a convencer-se de que se trata de um doente e que o maior mal foi fazerem-no bispo». Um doente... Onde se pode chegar! Sujeito a estas e outras calúnias durante todos aqueles anos, o Papa, os cardeais da Curia Romana, o cardeal Cerejeira e a generalidade dos bispos portugueses, que o deixaram só, abandonado e perseguido, fizeram tudo para que ele se demitisse de bispo do Porto. Naquele mesmo livro⁽²⁾, Franco Nogueira conta que, «na Curia, monsenhores Dell'Acqua e Samoré confirmaram a Faria que não conseguiam demover o bispo, que se recusa a demitir-se e que entretanto o prelado se mostra particularmente acrimonioso para com o cardeal Cerejeira e outros colegas portugueses». Todos os esforços, todos os meios e todos os compadrios usados para tentar vergá-lo diante de Salazar, humilhando-o até ao ponto de se deixar correr da diocese que lhe pertencia, esbarraram contra a coragem e a determinação de D. António Ferreira Gomes, que ganhou assim o direito de ser, talvez para sempre, «o bispo do Porto».

Acompanhei Edgar Correia e Óscar Lopes a uma entrevista que ele nos concedeu após ter-se levantado alguma especulação em círculos católicos, por causa do projecto de lei sobre a criação da Faculdade de Direito na Universidade do Porto, que eu próprio apresentara na Assembleia da República, em nome do nosso Partido. Com aquela voz acentuadamente fanhosa, que todos lhe conheciam, magro, de passada enérgica, tratava os assuntos com frontalidade, sem falsas blandícias, nem o ar melífluo e pegajoso de que

se revestem alguns bispos e padres. Falava com dignidade e via-se logo, ao fim de pouco tempo de conversa, que tinha carácter e que, com ele, se deviam dizer as coisas a dito, sem rodeios. Quando saí dessa entrevista, compreendi bem como Salazar se tinha enganado ao querer dominá-lo, vexá-lo e apagá-lo. Aquele era um Homem de granito.

De granito lhe fizeram agora uma estátua e o seu escultor, Arlindo Rocha, colocou-o, firme e erecto, com um alusivo papel na mão, em cima de um plinto, onde gravou esta frase da célebre carta: «Apenas sugiro e peço, mas isso com toda a nitidez e firmeza, o respeito pela liberdade e não discriminação devidas ao cidadão honesto em qualquer sociedade civil.» Ora não querem saber que «alguém» mandou raspar estes dizeres e que a estátua já foi inaugurada sem eles? E que, segundo o «Jornal de Notícias», onde leio o desaforo, esse «alguém» não deu sequer uma satisfação ao escultor, assim lhe adulterando abusivamente a obra?! A estátua ficou reduzida a um padre que está ali com um papel na mão.

Dezassete anos depois do 25 de Abril, a sombra do ditador Salazar continua a pairar por cima deste país, que ele martirizou durante meio século. Mas, neste caso, parece até haver mais do que a sombra dele, parece que é a sua própria mão que ainda tem força para «censurar», para «limitar» o direito à livre expressão artística. A sua vítima primeira foi, agora, o escultor Arlindo Rocha que, segundo aquele mesmo diário, por causa do que fizeram na sua obra, não compareceu nas cerimónias da inauguração do movimento. Mas todos aqueles, nomeadamente os jovens, que não foram contemporâneos do que se passou com o «bispo do Porto», a quem aquela frase ali esculpida despertaria o desejo de saber «o que foi», continuam ainda hoje, como antigamente, a ser vítimas da «censura», a ficar ignorantes de coisas que sucediam no tempo da ditadura salazarista. Pelos vistos, têm ainda muita força aqueles que se identificam com ela e, por isso, querem esconder os crimes que durante ela se praticaram.

Este caso é para meditar. Estamos a ver, bem à frente dos nossos olhos, a recriação do capitalismo monopolista que, durante a ditadura de Salazar, deteve o poder político em Portugal, quando estabeleceu uma «censura» que interferiu em todas as formas de expressão do pensamento. Assisti-

mos a uma nova concentração de capital nas mãos de meia dúzia de grupos financeiros que, aliados com o capital estrangeiro, tomam conta dos sectores determinantes da nossa economia. E temos um governo que, conscientemente, aposta nisso mesmo. As privatizações são apenas um exemplo.

Nem isto que se prepara é para nós, comunistas, uma novidade, nem os resultados da política de Cavaco Silva e o PSD — que, pelos seus aderentes espalhados ao longo do país e pelos seus actos, é cada vez mais uma outra União Nacional, recauchutada com fraseado democrático — poderão surpreender-nos. Só se deixará enganar quem quiser. Os caminhos de Boliqueime ao Vimieiro não são tão longe, para alcançar certos resultados, quanto possa parecer a um observador superficial. Na década de 30, esses caminhos eram percorridos aos saltos, por estradas esburacadas. Agora desliza-se neles sobre leitos de asfalto, na maciote. E se, então, os que os seguiram usavam botas e os que, agora, são tentados a percorrê-los, calçam civilizados e europeus sapatos de camurça, o resultado para o bem-estar material do povo português é o mesmo, embora possamos hoje dar «vivas à República». É a grande e não desprezível diferença. Naqueles outros tempos, os portugueses que trabalhavam faziam-no, mudos e quedos, com a PIDE ao lado. Agora têm a liberdade de protestar. Mas ontem e hoje assistem ao mesmo resultado: — quanto mais trabalham, mais ricos são os ricos, porque o rendimento resultante do seu esforço, outrora e nos nossos dias, vai numa percentagem cada vez maior para remunerar o capital. Foi assim no tempo de Salazar e é assim no tempo de Cavaco Silva, porque quando o capitalismo monopolista toma conta do poder político, fá-lo para obter o máximo lucro e um dos meios para o conseguir é a exploração dos trabalhadores. Ontem, no tempo de Salazar, os trabalhadores portugueses empobreciam na situação de «escravos». Hoje, no tempo de Cavaco Silva, empobrecem na situação de «homens livres».

(1) Franco Nogueira, Salazar, vol. V, pág. 445.
(2) Franco Nogueira, Salazar, vol. V, pág. 444.

■ LINO LIMA

Indústria bélica e emigração

O Iraque destruído e os seus milhares de mortos civis ficaram entre duas operações económicas: as indústrias de armamentos e as da reconstrução. Como «bucha para canhão» foram enviados os filhos dos emigrantes e para os trabalhos de reconstrução empresas norte-americanas prometem 20 mil contos por ano para os que quiserem emigrar. Triste sina a dos emigrantes, peões manobrados neste xadrez de ambições e exploração.

«Como parece longínqua a época (que terminou em 1989) em que parecia emergir uma Era fundada sobre um novo pensamento político, sobre o respeito dos valores humanos universais e sobre o direito. Uma Era que condenava a guerra como um «arcaísmo bárbaro». São palavras de Ignacio Ramonet escritas no Le Monde Diplomatique a traduzirem um sentimento de tristeza e decepção que assola o Mundo. Pelo menos temos a satisfação de ver que há muita gente, de diferentes quadrantes políticos e religiosos, que insiste na defesa da dignidade humana. Mas este tipo de preocupação não encontra apoio nos órgãos de comunicação social e os grandes contingentes de desempregados que formam o crescente exército de emigrantes sofrem a influência negativa da propaganda da guerra como se ela fosse uma vantagem para a criação de postos de trabalho.

Em Portugal, onde o Governo teima em afirmar que as condições de vida e de emprego melhoraram, assistimos à corrida aos novos empregos criados pela guerra no Iraque. Empresas ilegais actuam na contratação clandestina e sem garantias dos milhares de portugueses que procuram um meio de subsistência fora do país. São redes de tráfico de mão-de-obra barata, a moderna versão da escravidão que recolhe homens e mulheres nas regiões pobres do mundo para ficarem ao serviço de empresas transnacionais, estas sim beneficiadas pelo espólio das guerras.

Surpreende a ausência total de sensibilidade, e de pejo, de personalidades do poder económico e político do país que afirmam publicamente ser esta a única vantagem ao alcance de Portugal que não esteve directamente envolvido na guerra contra o Iraque. «Somos um país de pequenas dimensões e reduzidos recursos para competir com as grandes nações que participaram na guerra e hoje levam as suas empresas a reconstruírem o Kuwait e o Iraque. Só podemos participar vantajosamente oferecendo mão-de-obra barata». Isto foi transmitido pela RTP numa entrevista singelata.

Ouvimos nas ruas das vilas onde a falta de oportunidade de emprego expulsa os jovens, comentários entusiásticos com a nova frente de trabalho criada no Oriente Médio. Os argumentos sobre a desumanização de que são vítimas não

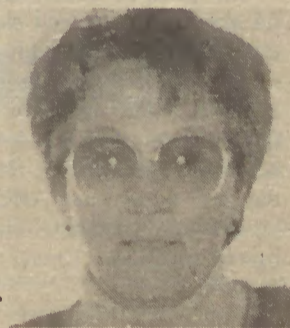
os convence. Não estão interessados em compreender o porquê da guerra. Será uma nova mentalidade mais egoísta, serão insensíveis ao sofrimento dos povos que foram chacinados? Não creio; é preciso estar na pele deles para compreender o que pensam e sentem. Estão desesperados, estão em guerra eles próprios, contra o mundo, contra a injusta distribuição da riqueza que os obriga a deixar a família e o país para conseguirem trabalhar. Fecharam o seu sentimento à solidariedade porque não acreditam que outros a tenham com eles.

Mas, quem é o emigrante em termos culturais e nacionais? No seu íntimo pode preservar os seus valores de origem, a sua consciência, mas para quem os exporta ou para as redes de contratação de mão-de-obra barata, o emigrante é um número, uma estatística. Como os soldados da linha da frente cuja morte é traduzida em estrelas para os oficiais.

Se estamos impressionados com a mentalidade fria e calculista que leva o emigrante a se congratular com os efeitos destruidores da guerra, que pensar dos que dirigem o «negócio» lucrativo da emigração? Qual é a sua identidade cultural e nacional? Sentem-se acima de tais predicados populares, por isso vêem a sua gente como números ou produtos de exportação.

A responsabilidade pela formação cultural do emigrante, como de todo o povo, cabe ao Estado em toda a sua complexidade, desde o sistema de ensino ao de informação social, das normas jurídicas aos exemplos vivos dos governantes. Nada de bom se poderá esperar quando o emigrante é tratado pelo Governo do seu país como um produto de exportação, a mão-de-obra barata que se oferece como em sociedades primitivas eram oferecidos aos cidadãos como escravos.

Não é possível entender o comportamento do emigrante sem analisar as condições de vida, ou apenas de sobrevivência, que a sociedade lhes oferece. Na impressionante obra do jornalista alemão Gunter Wallraff, «Cabeça de Turco», ficou demonstrada a ineludível crueldade do sistema capitalista na exploração dos trabalhadores que não podem



ZILLAH BRANCO

Em Portugal, onde o governo teima em afirmar que as condições de vida e de emprego melhoraram, assistimos à corrida aos novos empregos criados pela guerra do Iraque

os párias da sociedade desenvolvida, sem direitos, sempre ameaçados de expulsão. Em tais condições são as vítimas preferenciais das chantagens e de todo o tipo de exploração.

Wallraff viveu como imigrante turco na RFA para conhecer de perto as condições que eles suportam. Descobriu a teia de empresas formadas para o tráfico de mão-de-obra barata que vivem de contratos temporários feitos por grandes multinacionais para resolverem problemas pontuais de limpeza ou desobstrução dos mecanismos, as tarefas mais sujas e mais penosas que o trabalhador organizado só fará com remuneração especial e adequadas condições de segurança. Como clandestino, pressionado pelo desemprego, o imigrante aceita mesmo que com risco de vida. Assim participou de equipas de limpeza levadas para a indústria siderúrgica Thyssen-Welt que em dez anos despediu 17 000 trabalhadores permanentes para utilizar o serviço de subempresas que alugam os seus sem exigências de equipamento de protecção para o pó tóxico, as altas temperaturas ou os riscos de acidentes.

As múltiplas experiências documentadas pelo jornalista alemão permitem-lhe denunciar o mecanismo cínico e cruel das redes de tráfico da mão-de-obra que chega até mesmo a agenciar brigadas de imigrantes clandestinos para a limpeza de uma central atómica onde a contaminação seria certamente fatal. Os trabalhadores recebiam um salário algo melhor mas comprometiam-se a embarcar para os respectivos países assim que estivesse concluída a tarefa. Iam morrer longe, sem que fosse possível identificar como causa as irradiações recebidas naquela empreitada.

Trabalhadores não existem para os meios de comunicação ⁽¹⁾

A organização FAIR (Imparcialidade e Rigor nas Reportagens) publicou recentemente um estudo intitulado «(Perdido no marginal) o Trabalho e os meios de comunicação», em que se faz um balanço sobre os trabalhadores nos Estados Unidos e os seus sindicatos em 1989 (na imprensa). Com base em vários métodos de análise — incluindo um contador por minutos actualmente utilizado nas cadeias de televisão nocturnas e um questionário que circulou entre os mais importantes jornais do país — o estudo conclui que **as vidas de 100 milhões de pessoas que trabalham estão a ser sistematicamente ignoradas, marginalizadas e representadas de forma distorcida nos meios de comunicação.** Neste estudo são referidos vários exemplos desta realidade.

■ Em 17 de Setembro, a União dos Trabalhadores das Minas dos EUA ocupou uma instalação fabril de transformação de carvão na Virgínia de Sudoeste, propriedade do Pittston Coal Group. Durante quatro dias, os mineiros e um padre da região ocuparam as instalações, enquanto milhares de mineiros e um movimento de solidariedade de todo o país se mantinham alerta, bloqueando as vias de acesso, para evitar o avanço de tropas do governo, oficiais federais e guardas da segurança da companhia, fortemente armados e com coletes à prova de bala, que pretendiam desocupar a instalação fabril. Esta foi a primeira grande ocupação de uma fábrica desde 1937, quando da ocupação de uma instalação da General Motors em Flint, Michigan, durante uma greve de braços caídos. O que aconteceu reunia todos os elementos para um bom trabalho jornalístico: conflito, drama, aspectos originais.

Entretanto, para os meios de comunicação nacionais, esta histórica acção pura e simplesmente não ocorreu. Ao contrário da ampla reportagem sobre os mineiros soviéticos em greve em Junho de 1989, a dramática acção dos mineiros norte-americanos não foi coberta pelo «New York Times» ou por qualquer das três cadeias de televisão — os quatro maiores meios de comunicação entre todos os jornais e estações de televisão do país, que publicam tudo o que possa ser notícia. O acontecimento foi assinalado numa frase no «USA Today» e o «Wall Street Journal» dedicou-lhe duas curtas referências. Os mineiros da instalação ocupada manifestaram o seu descontentamento pelo esquecimento. Mas para os meios de comunicação esta queixa não parece ser importante.

Isto não é de forma alguma uma questão circunscrita aos mineiros da Virgínia do Sudoeste. Quando a União dos Trabalhadores do Automóvel (UAW) perdeu a posição, que antes detinha, de representante dos operários da Nissan em Smyrna, Tennessee, «The New York Times» deu-lhe um grande destaque, de primeira página, com uma enorme fotografia. Onde teria sido colocada esta notícia se o sindicato tivesse ganho? — perguntam alguns membros da UAW. Seja onde for que se vá — das fábricas de papel do Maine, passando pelas empresas químicas na Louisiana, até aos hotéis em Las Vegas — a queixa é sempre a mesma: que as grandes empresas proprietárias dos meios de comunicação são anti-sindicalistas e não fazem reportagens imparciais e completas sobre os problemas dos operários.

■ Será válida esta crítica? O facto de não se ter noticiado a ocupação da instalação de Pittston levou à realização de um estudo, ao longo de seis meses, analisando as reportagens sobre os trabalhadores dos Estados Unidos e os seus sindicatos, em 1989. Foi enviado aos jornais de maior circulação um questionário de duas páginas. Para analisar as reportagens da imprensa, utilizaram-se bases de dados por computador. Através dos Arquivos de Resumos de Notícias de Televisão Vanderbilt, o estudo comparou as reportagens com interesse de todo um ano, sobre questões de negócios e reportagens económicas, nas três maiores cadeias de transmissão de notícias. Por fim foram consultadas outras instituições profissionais de comunicação e representações sindicais.

O estudo concluiu que as vidas de 100 milhões de cidadãos, os que fazem funcionar a economia e a sociedade norte-americana, são sistematicamente ignoradas, marginalizadas ou representadas de forma distorcida nos meios de comunicação. Embora as reportagens sobre a população trabalhadora e as organizações laborais tenham declinado desde o início dos anos 60, na última década esse declínio acelerou-se. Esta tendência coinci-

de com o rápido ritmo de concentração dos meios de comunicação nas mãos de um número cada vez menor de monopólios. O relatório anual de 1989 de «Time, Inc.» (que agora se fundiu com «Warner Communications») faz mesmo a previsão de que «em meados dos anos 90, as indústrias de lazer e comunicação estarão na mão de um punhado de gigantes mundiais integrados verticalmente... «Time, Inc.» será um deles».

■ A monopolização dos meios de comunicação teve uma influência directa nas reportagens sobre temas laborais. Os meios de comunicação fizeram dos monopólios mais do que uma simples instituição, transformaram-nos em «estrela»: a «beatificação» do mundo dos negócios nos EUA. Em sentido inverso, na mensagem que passa, as vidas dos operários são menos importantes, e isso na prática repete-se nas redacções em todos os recantos dos Estados Unidos.

Entre os factos mais relevantes, o estudo que vimos referindo indica que, em 1989, e ao longo de mais de 1000 transmissões (aproximadamente 22 000 minutos, na base de 22 minutos de notícias por transmissão) as três cadeias de televisão nocturnas dedicaram pouco mais de dois por cento do tempo total de transmissão — 511 minutos — a todos os problemas dos trabalhadores, incluindo os cuidados com as crianças, o salário mínimo, segurança e saúde laboral. Não se tem aqui em conta as grandes reportagens — na sua generalidade favoráveis — sobre o sindicato polaco Solidariedade, pois estas notícias foram considerados de âmbito do noticiário político e da política externa. Dos 511 minutos, apenas 265 foram dedicados aos sindicatos dos EUA. E mesmo este espaço teria sido praticamente impossível de detectar, não fora o noticiário sobre as greves da Eastern que ocuparam 192 minutos — 72 por cento do tempo total.

Por outro lado, as informações económicas e de negócios, tiveram 1012 minutos, quase o dobro do tempo dedicado aos problemas dos trabalhadores. Este tempo inclui questões sobre vendas a retalho, défice comercial, reportagens sobre lucros e fusões de monopólios. Inclui ainda informações diárias sobre o índice Dow Jones, um facto comum às três cadeias, que dão a informação muito pouco realista de que o aumento do índice Dow Jones é uma boa notícia para todos.

Em geral os trabalhadores nunca são entrevistados ou apresentados como especialistas, ainda que sejam eles quem mais sabe sobre questões de segurança e saúde, desemprego e igualdade na indústria. Apenas aparecem como «gente da rua». Têm mais probabilidades de serem interrogados sobre temas marginais que acerca do seu trabalho. De todas as pessoas seleccionadas para o programa ABC World News Tonight como «a pessoa da semana», em 1989, não houve um único operário que se caracterizasse pelo trabalho que exercia.

■ Na ausência de greves, os relatos sobre as lutas dos trabalhadores e dos seus sindicatos praticamente desapareceram, com poucas excepções, da imprensa e da televisão. As reportagens sobre greves tendem a ser superficiais. As palavras que Walter Lippman escreveu em 1922 mantêm toda a sua validade em 1990: «Se observar a forma como a greve é referida na imprensa, verá que raramente é mencionada em título, apenas nos parágrafos principais e muitas vezes nem isso».

Em termos de impacto, o trabalho praticamente não aparece nos jornais de tiragem média dos EUA. Na opinião de destacados jornalistas de questões laborais, os editores e produtores não estão simplesmente interessados em dedicar recursos — seja tempo ou dinheiro — a questões laborais. Os jornalistas, quando pretendem avançar em termos de carreira, encaram os temas laborais como um beco sem saída.

Como tema, o «trabalho» foi substituído pelo de «posto de trabalho». Tradicionalmente, o trabalho assalariado está submetido às regras do negócio editorial, e as reportagens visam sobretudo os directores e quadros. Como resultado tende a ignorar-se ou a suavizar a responsabilidade dos monopólios em relação à saúde dos trabalhadores, normas de segurança do trabalho, ou a dignidade do trabalhador. A verdade é que, enquanto muitos jornais têm uma secção diária sobre negócios, nenhum tem uma secção diária sobre temas laborais.

Há uma crescente brecha entre as experiências vivi-

das pelos trabalhadores nos Estados Unidos e as pessoas que supostamente informam sobre as suas vidas. No que se refere a postos de trabalho, os salários reais dos operários estão a decair, a força laboral feminina é incrementada, e as pessoas de cor são remetidas para os piores empregos e de mais baixa remuneração. De acordo com as respostas aos questionários e entrevistas, os jornalistas e editoras que cobrem problemas dos trabalhadores são, na sua maioria, homens de raça branca provenientes das classes médias e que chegam a ganhar 40 000 dólares por ano (mais os lucros). Dos 28 inquiridos só quatro eram mulheres; nenhuma das mulheres se dedicava a tempo inteiro a reportagens laborais e só uma provinha de famílias operárias.

Tradicionalmente, as reportagens laborais não ocupam mais de 20% do tempo de trabalho do jornalista. Com excepção das reportagens de greves, os temas laborais raramente ocupam lugar de destaque, o que limita o incentivo aos jornalistas para irem à procura de acontecimentos laborais.

Por exemplo, o «Denver Post» (uma tiragem de 240 000 exemplares por dia) atribuiu ao jornalista destacado para assuntos de negócios o tema laboral, definido como «tema de postos de trabalho». O jornalista consagra a esta questão 10 por cento do seu tempo, cobrindo outros diferentes temas como as vendas a retalho ou o comércio internacional.

«Los Angeles Times» (51,2 milhões de exemplares diários) inclui algumas das melhores reportagens sobre questões laborais de todos os jornais e jornalistas a tempo inteiro, especializados em questões laborais. Por seu lado, «The Wall Street Journal» atribuiu a cobertura da União dos Trabalhadores das Minas, há alguns anos, a um jornalista que nunca tinha ouvido falar de John L. Lewis, lendário dirigente sindical, destacada figura política dos anos 30 e 40. Em termos gerais, os jornalistas que tratam de questões de negócios tendem a minimizar o papel dos sindicatos, e a referir-se de forma mais positiva aos acordos em que sindicalistas e patrões colaboram — reflectindo o apoio dos monopólios ao tipo de relações administração/trabalhadores japoneses.

■ Um exemplo mais. Ao ler as reportagens dos jornais em 1989 sobre a Hermandad Internacional de Camionistas, ser-se-ia levado a pensar que o Sindicato com 1,7 milhões de membros — chauferes independentes, transportadores de cerveja, etc. — eram todos ladrões. As reportagens sobre os camionistas centraram-se em figuras controversas — como o presidente do sindicato Jimmy Hoffa e Jackie Presser. Foi desprestigiado o sentido da luta de milhares de trabalhadores que se batiam por objectivos comuns contra patrões reficentes.

Embora alguns meios de comunicação (como o «Washington Post») centrassem todos os relatos sobre os camionistas em torno da corrupção, ao menos reconhecem a existência de sindicatos. «ABC World News Tonight» nem uma só vez menciona a existência do sindicato.

Mais do que nunca, desde a época em que o operário era explorado nas fábricas, nos anos 20 e 30, os trabalhadores são hoje vítimas de acidentes de trabalho, e mesmo acidentes mortais — segundo os especialistas em segurança e saúde e as estatísticas do governo. Os trabalhadores estão expostos a centenas de agentes cancerígenos que não existiam antes da Segunda Guerra Mundial. Cerca de 70 000 trabalhadores morrem cada ano em consequência do cancro, problemas cardíacos, doenças pulmonares e outros males relacionados com profissões perigosas. Mais de 10 000 trabalhadores morrem literalmente no seu posto de trabalho, em cada ano.

Apesar disso, os meios de comunicação ignoram os relatos sobre segurança e saúde, e no melhor dos casos, tratam o problema de forma esporádica, quando um incidente particularmente escandaloso vem à luz. Nenhum jornal importante tem jornalistas a tempo inteiro para os problemas de segurança e saúde laboral.

As três cadeias televisivas dedicaram um total de 13 minutos e 20 segundos nos noticiários da noite à segurança nos postos de trabalho e à saúde em 1989 e a NBC destinou apenas 40 segundos a este tema. Um tratamento que contrasta com os relatos quase diários sobre «a guerra das drogas». Em comparação com as mortes em acidente de trabalho, os casos de morte por consumo de drogas são infimos.

Exame de consciência...

Primeiro, as bombas inteligentes e sobretudo as outras, não guiadas, 75 por cento das quais falharam o objectivo; depois, os mísseis Patriot, coqueluche da guerra, bem menos perfeitos do que nos pretenderam fazer crer; amanhã... diariamente, após o fim das hostilidades no Golfo, a verdade vem ao de cima, qual fragmento de bomba ao retardador. O universo mediático, como se disse e repetiu para exorcizar o mal, não saiu engrandecido da tempestade do deserto. Vítima ou culpado? Atentado pontual à liberdade de imprensa ou grande manipulação? A resposta é complexa. Vai-se revelando, aos poucos, no exame de consciência, por vezes doloroso, dos próprios jornalistas. Nos Estados Unidos, em particular, já que foi o outro lado do Atlântico a dar o tom mediático da guerra, com o «efeito CNN» à cabeça.

O entrave físico ou intelectual ao trabalho dos jornalistas no terreno, quer seja sob a forma de censura, de triagem dos despachos dos jornalistas autorizados a fazer parte das famosas «pools» ou de falsas verdades de quatro ou cinco estrelas, não é mais do que parte da explicação. O mais inquietante não é que os generais tenham mentido, exagerado as atrocidades cometidas pelo inimigo, subestimado as suas perdas ou filtrado a informação. Esta forma de proceder é tão velha como a guerra. Sabe-se que a verdade é desde sempre a primeira vítima dos conflitos. O que assusta é a amplitude e o sucesso, para lá de todas as esperanças do Pentágono e da Casa Branca, da operação «controlo dos média».

Reino da mentira

O mal-estar é evidente. Testemunho disso é o *mea culpa* de Dan Rather, o animador-vedeta dos boletins de informação da cadeia CBS, face aos estudantes da prestigiada Escola de Jornalismo da Universidade Columbia de Nova Iorque: «Não fizemos tudo o que podíamos para nos opormos ao que era nem mais nem menos do que a censura. Explicámos mal ao público a amplitude do controlo da informação pelo Pentágono». «As nossas televi-

sões, afirma o escritor e jornalista americano Mark Hertsgaard, deram a impressão de não serem mais do que versões electrónicas de Stars and Tripes, o jornal de direita e ultrapatriótico dos GI's americanos». Raramente, com excepção de algumas bocas ainda na memória de todos, foram feitas advertências ao público para lhe lembrar que ele só via o que os governos de um lado e do outro desejavam que fosse visto. Ou que as explosões dos ataques cirúrgicos eram entregues à porta fechada pelos serviços de filmagem do Pentágono para consumo imediato.

A imprensa, no seu conjunto, saiu traumatizada do conflito do Golfo. O efeito CNN é apenas a ponta visível do icebergue. A consciência e o incómodo de uma derrapagem controlada.

Porque será que aquilo a que o cineasta francês Jean-Louis Comolli chama o «reino da mentira» se perpetua tranquilamente, «exposto aos olhares mas ao abrigo das críticas»? Porquê esta «abstenção dos responsáveis pela questão»? Porque se «consentiu» nas falsas verdades impostas, a maioria das vezes sem resistência? Foram integradas numa estratégia, deliberada ou inconsciente, da «mediatização da mentira»?

O princípio das respostas vem nas sondagens. A maioria do público americano era favorável ao controlo

da informação, convencida da fundamentação dessa verdade incansavelmente repetida pelos seus dirigentes e espetada, sob a forma de *graffiti* num muro da Universidade Columbia: «quando se ganha a guerra, é graças aos nossos brilhantes generais; quando se perde, é por causa dos jornalistas». Ou o que resta da síndrome do Vietname. Alinhamento patriótico ou calculismo?

Medo de passar por «traidor» numa situação de crise? Medo de ver a audiência ou os números da tiragem baixar. «Um editorial que os leitores consideraram demasiado frouxo quanto à justificação da guerra valeu-nos uma chuva de protestos», reconhece Carl Meyer, responsável do New York Times.

De modo geral, esta situação prestava-se bem ao maniqueísmo existente. Rhomas Stancton, veterano da revista Time, diz: «Aqui, as pessoas vêem os acontecimentos internacionais a preto e branco. Há os bons e os maus. Ora, Saddam Hussein é perfeito como mau da fita! Ele dá-nos a hipótese sonhada de nos vingarmos ao mesmo tempo do Vietname, da questão da embaixada em Teerão, dos nossos problemas económicos com os japoneses e os alemães... numa palavra, de todas as nossas frustrações!»



Jornalistas — um alvo a abater?

715 jornalistas foram mortos ou desapareceram em todo o mundo entre 1969 e 1989. É o que revelam as estatísticas divulgadas por «Repórteres sem fronteiras». Um número a que convém acrescentar 41 mortos em 1990, recenseados em 1 de Março de 1991.

Quando se examina a curva dos óbitos dos jornalistas mortos vítimas da sua profissão, uma constatação salta aos olhos: o aumento sensível e regular dos óbitos ao longo dos anos.

«Repórteres sem fronteiras» atribuem o fenómeno a diversas razões. Nomeadamente, ao número crescente de meios de comunicação em todo o mundo. A multiplicação das estações de rádio e das cadeias de televisão privadas, por exemplo, contribuiu para o aumento do número de jornalistas em trabalho de reportagem, logo mais expostos. Mas há outras causas para o fenómeno, entre as quais o recurso mais frequente a formas de violência antes inusitadas. Este aspecto é particularmente evidente na América Latina, onde guerrilheiros, traficantes de droga ou mafiosos não hesitam em suprimir testemunhas incómodas ou em calar os jornalistas pela intimidação e violência.



A passagem obrigatória da quase totalidade da informação pela televisão não ajudou à indispensável distanciação. Para além do efeito CNN - que está para a informação como o «barulho de fundo nos grandes armazéns está para a música», diz Carl Meyer - produziu-se um duplo fenómeno de fascinação: pelas maravilhas tecnológicas duma guerra moderna e desumanizada no seu relato, por um lado, e pela sensação sem precedentes de viver o espectáculo em directo, por outro.

Saudável reacção

Espectáculo, a palavra é fraca. Sendo o cenário da frente interdito ao olhar das câmaras, o ecrã da televisão tomou o seu lugar. Não faltaram os artifícios para encher uma informação desesperadamente pobre: «especial Golfo», interrupção da emissão para dar a palavra aos enviados especiais, recurso aos generais na reforma, reprodução no ecrã dos horários dos ataques... Processo de dramatização não do conteúdo mas do contentor, do próprio canal, para compensar a frustração susceptível de nascer rapidamente da falta de informação ou da informação passada ao crivo asséptico da censura. E foi também necessário matraquear sempre mais forte, contra a concorrência mas também contra o cansaço do público.

Por salutar que seja a iniciativa, a tentativa de rectificar hoje a pontaria desvendando a «realidade dos factos» vem confirmar, de forma ainda mais clara, os «falsos enunciados» de ontem. Houve vozes que se levantaram desde o início para denunciar a censura. A autocrítica, as reflexões públicas sobre o papel dos meios de informação assim que por todo o mundo se começou a sentir a «derrapagem», após alguns dias de guerra, é um reflexo saudável, que atesta uma consciência aguda das debilidades do mecanismo. Poderá isso impedir que a situação se volte a repetir? Ou será de temer, como Jonathan Alter do Newsweek, que «os próximos conflitos serão ainda mais difíceis de acompanhar porque os militares, fortalecidos com a experiência do Golfo, vão sem dúvida refinar ainda mais as suas técnicas de controlo e manipulação da informação»?

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

1

Sigam a minha rota.
Por favor tomem nota.
Hoje, há economia
sem palradora
de exógenos
e exógenos
que usa quem tem azia...

2

Em Portugal baixou
o consumo corrente.
E porquê? Ora porquê.
A gente vê
que o pobre se cansou
de dar ao dente...

3

Subiu a inflação.
Cavaco canta sob
a crise: «sobe, sobe, inflação,
sobe...»

4

Menos investimento.
Compra-se menos cimento.
Mais casas? Desalento...
Só se forem de vento...

5

Os portugueses vivem bem.
Dúvidas, quem as tem?
No tempo que passa
é tanta a massa
de cabidela
que nem nos bolsos cabe
e o povo já nem sabe
que fazer dela.
Vive-se mal? São lérias,
inventados reveses.
Se 76 por cento dos portugueses
não vão para férias
é só porque não há, na conjuntura,
hotéis de cinco estrelas com fartura...

6

Está um céu azul de anil.
Vais passear com a mulher e os miúdos.
Gasolina. Uma nota de mil...
Dinheiro bem suado.
Pois desses mil, oitocentos escudos
são para o Estado!
E tu gritas no acto de pagar:
«Socorro, que me estão a assaltar...»

7

Governo jura, jura
que ajuda a agricultura.
Exemplo: o gasóleo aqui é
muito mais caro que na CEE!
— Será melhor
— diz, entretanto,
o nosso lavrador —
que o Cavaco não ajude tanto.
Se nos quer ajudar
ponha-se a andar, ponha-se a andar...

8

«A economia do País
vai bem, vai bem»
diz o Governo. Só não diz
é para quem...

Incrível!



Descoberta

O secretário-geral do PSD, Falcão e Cunha, anda cada vez mais preclaro. Depois de receber uma delegação da CGTP, descobriu que as orientações que a central sindical preconiza para o país «não são coincidentes com as do PSD». Como a clareza é a sua maior virtude, afirmou ainda que «não houve concordâncias nem discordâncias» entre as partes, já que não se tratou de uma «reunião de negociações, mas uma reunião para ouvir a central sindical». Moral da história: o PSD, quando ouve, não concorda nem discorda.

Centro de Belém

O Centro Cultural de Belém nasceu torto e não mostra maneira de endireitar. A ajudar à festa veio agora o Acórdão do Tribunal de Contas que, forte e feito, põe a nu as mazelas da megalobra destinada à presidência portuguesa das comunidades. A empresa gestora do dito é acusada de «graves desvios» à legalidade, de representar uma forma «de tentar subtrair ao controlo apropriado a gestão da maior parte dos dinheiros públicos envolvidos» e de frustrar «os objectivos do sistema de legalidade financeira vigente e da constituição». Para além do brutal aumento das despesas muito para além do

orçamentado, o Tribunal de Contas chama ainda a atenção para o facto de a adjudicação da obra e o próprio contrato «não respeitarem princípios de imparcialidade, concorrência e transparência». Interessante. Sobretudo quando Cavaco Silva vem a público, em entrevista ao DN, dizer que a corrupção em Portugal já não é o que era dantes e que agora há muito menos impunidade. Imaginem se houvesse!

As vanguardas...

De vez em quando um comentador descobre mais uma ideia. Recorrendo ao seu próprio passado, o comentador Rodrigues, do «Público», descobriu várias. Por exemplo descobriu a «hegemonia do PCP» até ao fim dos anos 50. E depois o seu declínio, nos anos sessenta. Quem iria, na opinião do comentador Rodrigues, apanhar a hegemonia que o PCP tinha deixado cair à rua? Os estudantes, pois claro. Como se tivesse havido em Portugal um partido dos estudantes. Ou como se os operários tivessem deixado de vir à rua lutar contra o fascismo, nos primeiros de Maio dos anos sessenta. Curiosamente, o comentador Rodrigues refere-se ao provavelmente mais grandioso 1º de Maio antes de Abril de 74: o de 1962,

que trouxe às ruas - e não apenas à rua que Rodrigues terá visto através das brumas da saudade - centenas de milhares de antifascistas, em todo o país e não só em Lisboa. Quem esteve à frente dessas jornadas? Nós, que não apenas ouvimos e lemos, mas estivemos, não podemos ignorar: estavam os trabalhadores, a classe operária e o seu partido - o PCP. E estiveram também muitos milhares de estudantes. Com o PCP, que nesses anos também, fazia confluír organizadamente numa torrente de luta os protestos e aspirações de muito vastas camadas de portugueses oprimidos pelo regime de Salazar. O comentador Rodrigues, se lá esteve, tem uma desculpa: provavelmente estudante, e tomando-se pela multidão, teria decretado já então o «declínio do PCP». Se não esteve, tem a desculpa de não ter lá estado. Mas as desculpas nem a ele próprio serviram. É que, a colunas tantas, o comentador Rodrigues, à revelia certamente do patrão Belmiro, esclarece os leitores. Assim: «Em Lisboa os estudantes descem à rua e no 1º de Maio a polícia mata um operário e um mineiro: António Adângio e Estêvão Giro»... Onde estariam estes «estudantes» matriculados?

Frases da Semana

«Em certos pontos de vista, o CDS é o partido da direita. Mas há outras matérias em que se pode dizer que o PSD tem sabido representar muito melhor a direita»

☞ (João Amaral, director do *Semanário*, em entrevista ao *Expresso*)

«Se nós formos à genealogia da direita em Portugal, e se pensarmos no dr. Salazar e no dr. Marcelo Caetano, verificamos que os seus discípulos revistos e actualizados não se revêem no CDS mas no PSD, ou na sua actual direcção»

☞ (idem)

«É importante saber se é conveniente apoiar zonas como o Caniçal que, na hora do voto, se revelam contrárias ao PSD»

☞ (Bazenga Marques, do PSD/Madeira)

«Não podem deixar de pertencer ao domínio da anedota»

☞ (João Jardim, sobre os resultados eleitorais no Caniçal)

«Temos de saber pôr ovos noutros cestos, em termos de investimento estrangeiro»

☞ (Rocha de Matos, ao DN)

«O que está provado é que as fraudes em Portugal neste domínio são muito menores do que nos outros países»

☞ (Cavaco Silva, sobre a aplicação dos fundos comunitários, em entrevista ao DN)

«É minha convicção de que, hoje, a impunidade é muito menor do que aquela que existia há um tempo atrás»

☞ (idem)



Sábado
na S.F. Recreio Artístico da Amadora

IV Assembleia Concelhia da Amadora

Sessão pública de encerramento
às 18.30, com a participação do camarada

Álvaro Cunhal



Álvaro Cunhal hoje no Martinho

O secretário-geral do PCP é o convidado desta semana das «Conversas à quinta-feira», que têm levado nas últimas semanas ao café Martinho da Arcada, à hora do jantar, figuras públicas de diferentes sectores de actividade, numa iniciativa do actor Luís Machado, sempre com a colaboração de Mário Contumélias e, em cada «conversa», de diferentes outros jornalistas.

VI ASSEMBLEIA DE SETÚBAL

Prosseguindo a preparação da VI Assembleia da Organização Concelhia de Setúbal, agendada para 25 de Maio, realizam-se esta semana mais algumas assembleias de células, sectores e freguesias da cidade. Todas no CT de Setúbal, excepto aquelas em que se refere outro local.

Hoje, dia 9: das células da RN, às 21.00; da organização local do Faralhão, às 21.30. Amanhã, dia 10: das células da Sécil, às 18.30 e da Inapa, às 21.00.

Sábado: das células da Sapec e Óleos Vegetais, às 16.00; da Renault, às 21.00; da Setenave, às 15.00, no CT do Barreiro; das freguesias de Anunciada, S. Julião e Sta. Maria - todas às 15.30; da freguesia de S. Sebastião, às 15.00, na Junta de Freguesia de S. Sebastião.

Quarta-feira, dia 15: da célula dos trabalhadores da CM, às 21.30.

ALMADA PREPARA ASSEMBLEIA

Iniciativas diversificadas estão a decorrer em Almada, que também prepara assim a sua 5ª Assembleia da Organização de Freguesia.

No sábado, em Almada, realiza-se no CT da freguesia, às 15.00, um plenário da organização, e no Pragal (na SRUP), a partir das 16.00, uma sessão-debate sobre «O PCP e as eleições legislativas» com a camarada Paula Coelho.

No domingo a comissão de Centro promove no CT a partir das 16.00 um lanche-convívio, igualmente inserido na preparação da Assembleia, com a participação do camarada José Vitoriano.

PLENÁRIOS EM LISBOA

Na zona da ORL realizam-se nos próximos dias plenários de várias células e organizações sectoriais.

Quanto à cidade de Lisboa: hoje mesmo, às 19.30, terá lugar no CT da Av. Duque de Loulé um plenário de militantes do sector de Serviços. No sábado: plenários das freguesias do Beato, no CT do Beato, e Sto. Condestável, no CT Pedro Soares; ainda das freguesias de Alvalade, Campo Grande, S. João de Deus, S. João de Brito e S. Sebastião, no CT António Serpa, com a participação do camarada António Abreu. Na terça-feira, dia 14, tem lugar no CT Vitória um plenário da organização dos Transportes.

Em Vialonga realiza-se amanhã às 21.30 um plenário da organização local.

Entretanto os comunistas de S. Domingos de Benfica reúnem-se no sábado a partir das 15.00, na Junta de Freguesia, para a II Assembleia da Organização local.

EMPRESAS DE CASCAIS

Camaradas dirigentes sindicais, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores do concelho de Cascais reúnem-se hoje às 17.30 no Centro de Trabalho da Parede para debater a situação social nas empresas e a actividade das ORT's daquela zona.

No mesmo Centro de Trabalho da Parede e também hoje, com início às 15.00, realiza-se um plenário de militantes e amigos Reformados da zona, com a participação do camarada Romeu do Rosário.

DOMINGOS ABRANTES EM AVEIRO

O camarada Domingos Abrantes desloca-se sexta e sábado a Aveiro, participando em iniciativas inseridas no ciclo «Diálogos com o PCP» que ali vem decorrendo. Do programa divulgado, destacamos, na sexta-feira às 15.00, uma reunião no CT de Aveiro com elementos de estruturas representativas dos trabalhadores das empresas do SEE do distrito, e à noite uma outra - esta no CT da Feira - com representantes da JOC.

No sábado, em Ovar, o camarada participa num debate sobre «Os direitos dos trabalhadores e o regime democrático»: a partir das 15.00 no salão da Estalagem S. Cristóvão.

ACORDO ORTOGRÁFICO EM DEBATE

A Direcção do Sector Intelectual do Porto promove hoje às 21.30 no auditório da Cooperativa Árvore um debate subordinado ao tema «O Acordo Ortográfico e a política de Língua Portuguesa».

O debate será moderado pela prof. Isabel Pires de Lima e nele participarão, entre outros, José Manuel Mendes, Maria da Glória Padrão e o prof. Oscar Lopes.

ENCONTRO CDU DE SANTARÉM

Para fazer o balanço do trabalho desenvolvido pela CDU no concelho, perspectivar trabalho para o ano corrente e discutir a participação da CDU no trabalho eleitoral que se avizinha, a CDU/Santarém promove no sábado um Encontro Concelhio: no Forum Cultural Regional de Santarém, das 14.30 às 19.00.

Sábado
no Pavilhão Paz
e Amizade de Loures

1º Encontro Nacional do PCP sobre os problemas dos Deficientes



SEMINÁRIO
DO PCP

PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
EM IGUALDADE

UMA CONDIÇÃO DE PROGRESSO
UM DESAFIO À SOCIEDADE

II MAIO 1991
JUNTA DE FREGUESIA DO BONFIM
(CAMPO 24 DE AGOSTO)
PORTO

Com Luís Sá

Membro da Comissão
Política do CC

Encontro de Reformados de Lisboa

Na Casa do Alentejo tem hoje lugar, a partir das 14.30, um Encontro de Reformados da cidade de Lisboa, iniciativa do MURPI, durante o qual serão debatidos o caderno reivindicativo e o programa de acção desta associação e eleita a nova Comissão da Cidade.

No final realiza-se uma sessão cultural e de convívio em que participam Maria Guinot, o actor Daniel Garcia, o duo João Teixeira e Maria Idalina, António Cabral e um grupo musical do Sindicato da Função Pública.



EM FESTA!

ENCONTRO JUVENIL

convívio • música • desporto • debate

RÁDIO MACAU

ATALAIA • AMORA • SEIXAL

11/12 Maio 91

Excursões para a Atalaia

De LISBOA:

Partida às 9.30 de sábado do Marques de Pombal (junto ao Parque)

Regresso às 18.30 de domingo

Inscrições: JCP e CTs Vitória, Benfica e Alcântara

De AMADORA:

Partida às 9.00 do Parque Central

Regresso às 18.30 de domingo

Inscrições: CTs Amadora, Brandoa e Damaia

De LOURES:

Partidas às 9.00 de Sta. Iria/Soc. 1º Agosto, S. João da Talha/Bomba Gas., Bobadela/Pç. Táxis, Sacavém/Jardim, Camarate/JF, Apelação/Estr. Nac; às 9.30 de Loures/CM, Sto. Ant. Cavaleiros/RN, Póvoa Sto. Adrião/Ringue

Inscrições: nos CTs do concelho

De V. FRANCA DE XIRA:

Partidas de V.F.X./Páteo da CM (9.00), Alhandra/RN (9.10), A-dos-Loucos/Largo (9.15), Sobralinho/RN (9.20), Alverca/RN (9.25), Forte da Casa/RN (9.30), Póvoa Sto. Adrião/Igreja (9.35)

De SINTRA:

Partidas às 9.00 de Cacém (Junta de Freguesia), Queluz (Largo do Mercado) e Algueirão (CP)

Inscrições: CTs de Cacém, Queluz, Algueirão

De CASCAIS:

Partidas de Alcibideche (8.30), Cascais/CP (8.35), Parede/CP (8.45), S. Domingos de Rana/Largo (8.50), Carcavelos/CP (9.00), Sto. Amaro/CP (9.10) e Algés/Largo (9.25)

Inscrições: CTs de Cascais e Oeiras

Televisão

Quinta, 9

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Baleia Azul
14.00 Sem Legendas
14.30 Ponto Por Ponto
15.50 Estrelas na Minha Coroa (ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Tieta
21.20 Eternos Novatos
21.50 Twin Peaks
22.40 Crónicas do Sobrenatural
23.10 24 Horas
23.45 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 A Força Astral
12.30 Curso de Alemão
12.45 Jerry Lewis
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Aventura
16.20 O Homem da Carabina
16.40 Recreio do 2
17.20 Tudo Menos Isso
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Dramazine
21.55 Sinais do Tempo
22.55 Libertação (ver «Filmes na TV»)

Sexta, 10

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Visita do Papa (transmissão directa)
18.30 Roda da Sorte
19.00 Telejornal
21.00 Desenhos Animados
21.10 Tieta
22.15 Uma Mulher dos Diabos (ver «Filmes na TV»)
24.00 Querido John
00.30 24 Horas
01.10 Remate
01.35 Chapadão de Bugre

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Universo Juvenil
12.30 Curso de Inglês
12.45 O Caminho das Estrelas II
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora Escolha!
15.50 Médico Amigo
16.20 É já Amanhã
16.45 Recreio do 2
17.20 Stan Laurel
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.50 O Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Desejo
22.15 Rotações
23.15 Os Mistérios de Dorothy
00.10 Ele Há Coisas!

Sábado, 11

Canal 1

09.00 À Mão de Semear
09.25 Canal Jovem
10.45 Visita do Papa (transmissão directa)
14.15 Operação Mozart
14.40 Roy Orbison
15.40 A Vida e o Amor (ver «Filmes na TV»)

17.20 T & T

17.45 Visita do Papa (transmissão directa)
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.30 Claxon
22.30 Casa Cheia
23.00 Um Verão Inesquecível
00.15 A Longa Angústia de Jessica McLure (ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
10.15 Circo
10.50 O Anel de Fogo
11.55 Forum Musical
13.15 Agarra o 2
14.10 A Porta da China (ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.00 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.15 Estádio
23.35 O Amigo Giono
00.25 Happy Mondays no G-Mex

Domingo, 12

Canal 1

09.00 Canal Jovem
10.30 Visita do Papa (transmissão directa)
14.00 Dick Turpin
14.25 Desenhos Animados
14.40 Prisioneiros da Mongólia (ver «Filmes na TV»)
17.20 Mãe à Força
17.00 Regresso ao Passado
18.05 McGyver
19.00 Kananga do Japão
20.30 Jornal de Domingo
21.15 Visita do Papa (transmissão directa)
23.00 História da Cerveja
23.10 Domingo Desportivo

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 Tauromaquia
10.30 Regiões Magazine
11.30 Agarra o 2
12.30 Competir
13.00 Troféu
18.00 Vida Nova
19.00 Nós 2
20.00 Ana Karenina
20.50 Automobilismo
21.05 Palavra Puxa Palavra
21.55 Artes e Letras - David Lean
23.00 A Filha de Ryan (ver «Filmes na TV»)

Segunda, 13

Canal 1

09.00 Visita do Papa
13.30 Jornal da Tarde
14.00 Vida Selvagem
14.35 Os estranhos do Apartamento 7-A (ver «Filmes na TV»)
15.45 Visita do Papa
17.30 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Tieta
21.20 O Preço Certo
22.45 Amor e Ódio
00.30 24 Horas
01.05 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.05 Flash Gordon
12.30 Curso de Inglês
13.00 Músicas de África
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 A Natureza das Coisas
16.40 Recreio do 2
17.30 O Livro dos Recordes
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.40 Via Rápida
19.45 Circo
19.55 Pelé
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Acerto de Contas
22.30 Bailado

Terça, 14

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Estilos de Vida
14.00 Pesca do Bacalhau
14.30 Os Melhores Anos da Nossa Vida (ver «Filmes na TV»)
17.15 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Tieta
21.20 A Lei das Ruas
22.20 Primeira Página
23.20 A Mansão dos Marblehead
23.50 24 Horas
00.30 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Novos Caça-Fantasmas
12.25 Curso de Alemão
12.45 Variedades no Apollo
13.35 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Documentário
16.20 A Minha Avó Yaya
16.40 Recreio do 2
17.10 Tribunal de Juri
18.00 Eterno Feminino
19.00 Direito de Amar
19.30 Via Rápida
19.40 Circo
20.00 Ruas de S. Francisco
20.50 Que é Feito de Si?
21.00 Jornal das Nove
21.30 Cinemazine
22.00 Repórteres (ver «Filmes na TV»)
23.30 Universidade Aberta

Quarta, 15

Canal 1

09.00 Bom Dia
11.45 A Caça ao Tesouro
12.00 Culinária
12.10 Top Model
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sem Legendas
14.35 Ponto Por Ponto
15.15 Os Nove Irmãos (ver «Filmes na TV»)
17.20 Brinca Brincando
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Tieta
21.35 Ser ou Não Ser (ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

12.00 Notícias
12.10 Os Centuriões
12.25 Curso de Inglês
12.40 O Herói de Lian Xan Po
13.30 Filhos e Filhas
14.00 Primeiro Jornal
14.30 Agora, Escolha!
15.50 Madeira - Cá entre nós
16.40 Recreio do 2
17.10 Férias no Mundo
18.00 Eterno Feminino
18.50 Futebol - Taça dos Vencedores das Taças
21.00 Jornal das Nove
21.30 Direito de Amar
22.00 Joaquim Letria
23.30 Pop-Off
24.00 Universidade Aberta



CHINA GATE / 1957

Filmes na TV

Estrelas na Minha Coroa

«Stars in My Crown» (EUA/1949). Realização de Jacques Tourneur, interpretação de Joel McCrea, Ellen Drew, Dean Stockwell, James Mitchell. P/B, 88 minutos.

Inédito comercialmente em Portugal, «Estrelas na minha Coroa» chega até nós referenciado como uma jóia da cinematografia americana do pós-guerra e como um dos filmes de sempre que melhor traduziram os valores éticos que fundamentaram (ou que os pioneiros sonharam e quiseram que fundamentassem) a nação, a sociedade, a cultura americana. Feito com um pequeno orçamento por Tourneur, um talentoso (e já então famoso) autor da série «B», que se apaixonou pelo argumento, o filme conta a história repassada de humanismo e lirismo de um pastor-pistoleiro que luta pela pacificação de uma pequena cidade do sul dos Estados Unidos, depois da guerra civil, vencendo a desconfiança da comunidade e os desentendimentos que dividiam os seus habitantes.

É de saudar que a RTP tenha decidido revelá-lo ao público português - mas é mais uma vez de lamentar que o transmita ao princípio da tarde de um dia de trabalho.

Quinta, 15.50, Canal 1

Libertação

«Paisá» (Itália/1946). Realização de Roberto Rossellini, argumento de Rossellini, Amidei, Fellini, Pratolini. P/B, 115 minutos.

No mesmo ano em que termina «Roma, Cidade Aberta», beneficiando já, também no plano material (o apoio de um produtor americano) do êxito obtido, Rossellini lança-se na realização de «Paisá», que viria a ser considerado uma das suas obras maiores e um outro marco do neo-realismo. Acompanhado dos seus argumentistas Amidei e Fellini, Rossellini começa por percorrer a Itália ouvindo o relato de episódios da libertação, na fase final da guerra, contados por pessoas que os viveram. Desses relatos nascem os seis episódios de que é constituído o filme - trágico porque nos conta histórias de um país e de um povo dilacerados pela guerra, e no entanto todo ele atravessado pela esperança de que deles nasceria, como nasceu, um mundo melhor. «Paisá» é um filme admirável, desde logo considerado modelar do ponto de vista da formação de uma opinião pública activamente

Libertação

Rossellini



defensora da Paz, e como obra de arte cinematográfica, nomeadamente pela montagem, com momentos doravante considerados clássicos.

Rossellini volta a recorrer aqui com excelente resultado a actores não profissionais, a par de profissionais ainda pouco conhecidos que haveriam de tornar-se «estrelas» - caso de Giulietta Masina, um dos intérpretes do 4º episódio.

Quinta, 22.55, Canal 2

Uma Mulher dos Diabos

«Jumpin' Jack Flash» (EUA/1986). Realização de Penny Marshall, interpretação de Whoopi Goldberg, Stephen Collins, John Wood, Carol Kane. Cor, 101 minutos.

Uma atriz festejada, Whoopi Goldberg, e uma realizadora quase-tanto (o seu filme «Despertares», recentemente exibido em salas, teve três nomeações para os Oscars deste ano), juntas num filme cómico-disparatado. Whoopi é uma operadora de computadores a braços com os embaraços que os computadores costumam a usar nos filmes: vem-lhe parar ao u onitor uma mensagem secreta - e daí a ver-se metida numa história de espionagem leste-oeste não vai nem um passo...

Sexta, 22.15, Canal 1

A Porta da China

«China Gate» (EUA/1957). Realização de Samuel Fuller, interpretação de Gene Barry, Angie Dickinson, Nat King Cole. P/B, 93 minutos.

Este é o último filme de Samuel Fuller programado pela RTP no ciclo que ao longo de semanas lhe dedicou. Passado no Vietnam, então Indochina, durante a guerra contra o colonialismo francês, é um filme profundamente amargo, pessimista - e anticomunista, agora sim a fazer jus à fama que acompanhou o realizador durante décadas. Poder-se-ia considerar, como alguns consideram, que foi mérito de Fuller ser o primeiro a abordar no cinema americano um facto até então tabú, e quando a intervenção dos Estados Unidos já se iniciara: na Indochina travava-se uma guer-

ra de libertação. O que, pelos vistos, não impressiona Fuller: os guerrilheiros são «os maus», os franceses são assim-assim e americanos embora racistas têm bom-coração...

Relevo, entre os actores, para o trabalho de Angie Dickinson e para a participação de Nat King Cole.

Sábado, 14.10, Canal 2

A Vida e o Amor

«Maid To Order» (EUA/1987). Realização de Amy Jones, interpretação de Ally Sheedy, Beverly d'Angelo, Valerie Perrine. Cor, 100 minutos.

Comédia realizada por uma antiga assistente de Scorsese recém-chegada à direcção e uma das poucas mulheres que nos Estados Unidos ascendeu à profissão. Não parece porém que valha a pena ficar quase hora e meia defronte do televisor para ver a história de uma menina rica e malcriada que se redime pelo trabalho como criada e pela pobreza, a conselho da fada madrinha...

Sábado, 15.40, Canal 1

A Longa Angústia de Jessica McClure

«The Rescue of Jessica McClure» (telefilme, EUA/1989). Realização de Mal Damski, interpretação de Beau Bridges, Pat Hingle, Patty Duke. Cor, 110 minutos.

Trata-se de mais um capítulo do inesgotável filão dos casos-do-dia dramáticos de que em boa parte se alimenta a programação televisiva americana - o «caso verídico» de uma criança do Texas que caiu num poço abandonado e cuja tentativa de salvamento, prolongada, é em breve acompanhada por todo o país, convocado por tudo o que é canal de televisão.

Sábado, 23.55, Canal 1

Prisioneiros da Mongólia

«Destination Gobi» (EUA/1953). Realização de Robert Wise, interpretação de Richard Widmark, Don Taylor, Casey Adams. Cor, 88 minutos.

Tempo



Céu geralmente pouco nublado, temporariamente muito nublado no Sul. Vento do quadrante Leste.

Cinema

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Allice	—	★★★★	—	★★★★
B	Um Coração Selvagem	—	★★★	★★★★	★★★
C	Danças com Lobos	—	★★★	★★★	★★★
D	Ju Dou	—	★★★★★	—	★★★★★
E	O Padrinho III	—	★★★★★	★★★★★	★★★★★
F	Sentimento	—	★★★★★	—	★★★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Woody Allen — Amoreiras/7 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30), Quarteto/1 (14.15, 16.15, 18.15, 20.00, 22.00, 24.00) — Lisboa.
- B — Real. David Lynch — Amoreiras/8 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00), Quarteto/3 (14.30, 17.00, 19.30, 21.45, 24.00), — Lisboa.
- C — Real. Kevin Costner — Alfa/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Amoreiras/1 (14.15, 17.45, 21.15, 00.30), Fonte Nova/3 (14.30, 17.45, 21.00), Quarteto/4 (15.00, 18.30, 22.00), São Jorge/1 (13.45, 17.30, 21.15) — Lisboa.
- D — Real. Zhang Yimou — Forum Picoas/2 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00) — Lisboa.
- E — Real. Francis Ford Coppola — Império (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.
- F — Real. Luchino Visconti — King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 20.00, 22.00) — Lisboa.



Nat King Cole em CHINA GATE

Em plena guerra do Pacífico e sob a ameaça permanente das tropas japonesas, um destacamento americano atravessa um extenso território para instalar num extremo do deserto do Gobi uma estação meteorológica para fins militares. Misto de filme de guerra e western, «Prisioneiros da Mongólia» é dirigido com a habitual eficácia por Robert Wise e tem como principal intérprete o excelente Richard Widmark.

Domingo, 14.40, Canal 1

A Filha de Ryan
«Ryan's Daughter» (GBr/1970). Realização de David Lean, interpretação de Sarah Miles, Robert Mitchum, Trevor Howard, John Mills. Cor, 186 minutos.

«A Filha de Ryan» foi um dos últimos exemplos de «superprodução», esse quase género cinematográfico que teve o seu apogeu durante a década de 60. A indústria procurava reagir à rivalidade crescente da televisão dando ao público aquilo que a televisão não podia proporcionar: gigantismo dos cenários, milhares de figurantes, um fôlego de epopeia.

Tudo isso está em «A Filha de Ryan», um drama amoroso que se desenrola em cenários majestosos da Irlanda, dirigido por Lean na

linha de outras suas obras anteriores: «Doutor Jivago», a «Ponte do Rio Kwai» ou mesmo «Lawrence da Arábia», que entre todos eles mantém o lugar cimeiro.

Domingo, 23.00, Canal 2

Os Estranhos do Apartamento 7-A
«Stangers in 7-A» (EUA/1972). Realização de Paul Wendkos, interpretação de Andy Griffith, Ida Lupino, Michael Brandon. Cor, 73 minutos.

Thriller policial produzido para televisão, «Os Estranhos do Apartamento 7-A» com com dois grandes actores nos principais papéis: Andy Griffith e Ida Lupino.

Segunda, 14.35, Canal 1

Os Melhores Anos da Nossa Vida
«The Best Years of Our Lives» (EUA/1946). Realização de William Wyler, interpretação de Frederic March, Dana Andrews, Myrna Loy, Theresa Wright, Virginia Mayo. P/B, 172 minutos.

Filme dos mais amados de William Wyler e tido como um dos expoentes do cinema liberal ameri-

cano, «Os Melhores Anos da Nossa Vida» é um quadro irónico, terno e inteligente do regresso à América dos seus «heróis», no fim da 2ª Guerra Mundial, da sua readaptação à vida civil, à família e a si próprios, expurgado de falsos heroísmos e assumidamente antimilitarista. Premiado então com sete Oscars da Academia, além do trabalho de Wyler na concepção-realização, é de notar ainda a fotografia e a montagem e a direcção de actores, com interpretações notáveis de Frederic March e Teresa Wright, nomeadamente.

Mais uma vez se lamenta o horário de transmissão.

Terça, 14.30, Canal 1

Reporteres
«Reporters» (Fr/1981). Realização de Raymond Depardon. Cor, 105 minutos.

O cineasta francês Raymond Depardon seguiu os reporteres fotográficos da agência Gamma através de Paris ao longo de todo o mês de Outubro de 1980, observando através da objectiva da sua câmara o processo de fabricação dos casos semanais que iriam depois dar corpo às grandes revistas - o processo de transformação da realidade em imagem e reportagem fotográfica. É decerto um curioso filme.

Terça, 22.00, Canal 2

Os Nove Irmãos
«Spencer's Mountain» (EUA/1963). Realização de Delmer Daves, interpretação de Henry Fonda, Maureen O'Hara, James MacArthur. Cor, 119 minutos.

Delmer Daves, celebrizado através do filme de guerra e do western, debruça-se neste filme sobre o universo rural americano, contando a história de um homem que sacrifica tudo para que seu filho consiga ir para a universidade e receba a instrução digna que a ele, trabalhador numa pedreira, pobre e quase analfabeto, lhe foi negada. Actores inesquecíveis.

Quarta, 15.15, Canal 1

Ser ou Não Ser
«To Be or Not To Be» (EUA/1983). Realização de Alan Johnson, interpretação de Mel Brooks, Anne Bancroft. Cor, 103 minutos.

Inspirado no célebre filme de Lubitsch, este «Ser ou Não Ser» é uma hilariante homenagem de Mel Brooks, produtor e actor, ao grande mestre. É simultaneamente um dos melhores exemplos do que Mel Brooks fez pela renovação da comédia cinematográfica, que nele jamais se fica pelo riso: o filme, passado na Polónia nos primeiros tempos da ocupação nazi, é também uma história de amizade, solidariedade e coragem contra o nazismo.

Quarta, 21.35, Canal 1

Teatro

CASA DA COMÉDIA
Rua S. Francisco Borja, 24. Tel. 607299. De 3ª a sáb. às 21.30. dom. às 17.30. **O ESPELHO DE DOIS REFLEXOS**, de Arthur Miller. Encenação de Fernanda Lapa, interpretação de João D'Ávila e Sara Lima.

CINEARTE
Largo de Santos, 2. Tel. 3965360. Bilhetes: 1000\$00. De 5ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **LIBERDADE EM BREMEN**, de R. W. Fassbinder. Encenação de Helder Costa, música de A. Vitorino de Almeida, interpretação de Maria do Céu Guerra e Rui Pisco, entre outros.

CLUBE ESTEFÂNIA
Rua Alexandre Braga, 24-A. De 3ª a sáb. às 22.00, dom. às 16. **CORAÇÃO NA BOCA**, de Sam Shepard. Encenação de Carlos Fogaça e José Mora Ramos, interpretação de Virgílio Castelo, Natália Luísa, Xana, Ricardo Campos.

COMUNA
Praça de Espanha. Tel. 7260818. Bilhetes: de 800\$00 a 1000\$00. **TERRA**, de Abel Neves. Encenação de João Mota (Sala 1, de 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17). **A GRANDE ÁREA**, de Raymond Duthèque. Encenação de Almeno Gonçalves, interpretação de José Meireles e Jorge Estreia (Sala 2, de 3ª a 6ª às 19, sáb. e dom. às 16). **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo. Encenação de João Mota, interpretação de Carlos Paulo e Cunha Carvalheiro, entre outros (Café-Teatro, sáb. às 23.30).

RITZ CLUBE
Rua da Glória, 57. Tel. 325140. Bilhetes: 1000\$00. De 3ª a sáb. às 22. **O REGRESSO DOS POLÍCIAS**, de Slamowir Mrozek. Encenação de Helder Costa, interpretação do Grupo de Teatro Os Corvos.

TEATRO ABERTO
Praça de Espanha. Tel. 7970969. Bilhetes: 1000\$00. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **O SUCIDÁRIO**, de Nicolai Erdman. Encenação de João Lourenço, interpretação de Canto e Castro, Irene Crus, Fernanda Montemor, entre outros.

TEATRO DO BAIRRO ALTO
Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **COMÉDIA DE RUBENA**, de Gil Vicente. Encenação de Luís Miguel Cintra, interpretação do Teatro da Comucópia.

TEATRO DA MALAPOSTA
Rua de Angola, Olival Basto, Loures. Tel. 9873299. Bilhetes: 700\$00. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **CONFISSÃO AO LUAR**, de Eugene O'Neill. Encenação de João Canijo, interpretação de José Eduardo, Rita Blanco e Adriano Luz.

TEATRO MIRITA CASIMIRO
Cruzeiro, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **O PECADO DE JOÃO AGONIA**, de Bernardo Santareno. Encenação de Carlos Avilez, interpretação de Sérgio Silva, Lia Gama, Zita Duarte, Santos Manuel, entre outros.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA
Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. 6ª e sáb. às 21.30, dom. às 16. **AS SUPPLICANTES**, de Fonseca Lobo. Encenação de Joaquim Benite, música de Amador Cortés-Medina, cenografia de Vasco Eloy, interpretação da Companhia de Teatro de Almada e do Coro Polifónico de Almada.

TIL Para crianças
Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 339974. Bilhetes: 750\$00. Sáb. às 16 e 21.30, dom. e fer. às 16. **A GRANDE AVENTURA**, de Fernando Gomes, pelo TIL.

PALAVRAS CRUZADAS

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
1															
2															
3															
4															
5															
6															
7															
8															
9															
10															
11															
12															
13															

HORIZONTAIS: 1- Avoengos; cotiar; vara para impelir as embarcações; 2- botequins; ofereço; carquilhas; 3- algas misturadas no lodo; cidade dos Templários; 4- maior; pacóvios; parte; 5- atmosfera; verniz da China; vazias; cidade da Caldeia; 6- letra grega; rei dos Hunos que se intitulava «Flagelo de Deus»; contr. prep. e art.; 7- infelicidade (ant.), círculo; brancas; 8- parecença; teço; basta; 9- pron. pess.; odor; documento pontifício; ataque de paralisia; 10- aqui está; tema; capa de irmandade; 11- rei dos Persas; suporta; 12- néscios; cânhamos da Índia; essência; 13- trazes por costume; produzem; mulheres que tomam conta de crianças.

VERTICAIS: 1- Actíneo (smb.); amuleto de felicidade; pron. pess.; 2- mérito; quinteiros; 3- regiões onde Salomão mandava buscar ouro; vende a crédito; salva de metal (ant.); 4- prep.; unidade das medidas de capacidade; letras gregas (pl.); 5- régulo; ponto de verga; 6- grande saco; volume; 7- metade de adro; brônquite; cruel; 8- fogacho; raiva; destruidor; 9- Ouro (smb.); apelido do descobridor da América; catedral; 10- covil; atreve-se; 11- flor; descaramento (pop.); 12- aguardente de melão; pula; certa; 13- nome do aio de D. Afonso Henriques; ovário de peixe; rezam; 14- finório; extingue o fogo; 15- art.; matizaram; Ósmio (smb.).

SOLUÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR

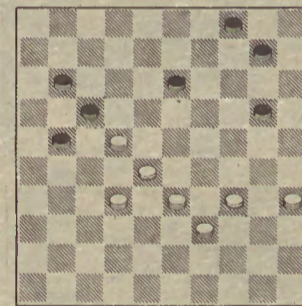
HORIZONTAIS: 1- Após; dólar; gala; 2- vacilas; ralareu; 3- IV; mus; sus; Ga; 4- sob; ler; pôs; 5- aros; liceu; réus; 6- nem; cas; sic; 7- recapitularam; 8- cal; tam; sem; 9- avós; Rodes; mofa; 10- lãs; sás; sal; 11- Ag.; Ota; mós; vo; 12- tairoca; famosos; 13- Ossa; algar; lira.

VERTICAIS: 1- Avisas; palato; 2- pavor; vagas; 3- oc; bonecos; is; 4- sim; secas; Ora; 5- Lua; mal; ato; 6- dás; aca; 7- os; líctos; Al; 8- recatadas; 9- ar; resumos; fá; 10- rás; mar; 11- luz; sás; dom; 12- gás; rirem; sol; 13- ar; pecamos; si; 14- legou; favor; 15- amassa; calosa.

DAMAS

CCCII - 9 de Maio de 1991
Proposição nº 302
Por: Jules Bourquin - 1878

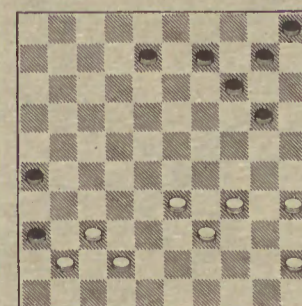
Pr.: [7]: 4-10-11-13-17-20-21
Br.: [7]: 22-28-32-33-34-35-39



Branças jogam e ganham ***

Golpe Nº 302
Por: Étienne Boissinot - 1930

Pr.: [8]: 5-8-9-10-14-20-26-36
Br.: [8]: 33-34-35-37-39-41-42-45



Branças jogam e ganham ***

Soluções do Nº CCCII

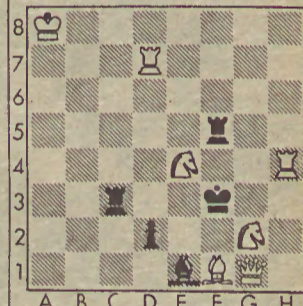
Nº 302 (J.B.): 1. 32-27,(21x23); 2. 33-29, (17x28); 3. 29-9, (4x13); 4. 39-33, (28x30); 5. 35x4=D+
Golpe Nº 302 (E.B.): 1. 42-38, (36x47=D); 2. 37-31, (26x37); 3. 38-32, (47x40); 4. 45x34, (37x28); 5. 39-33, (28x30); 6. 35x2=D+

A. de M. M.

XADREZ

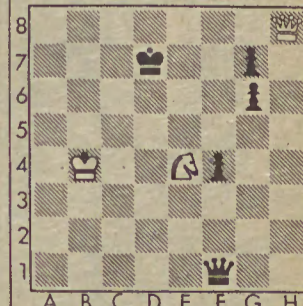
CCCII - 9 de Maio de 1991
Proposição nº 302/A
Por: Sam Loyd

La Stratégie, Janeiro 1867
Pr.: [5]: Pd2-Bf1-Ts.c3,f5-Rf3
Br.: [7]: Cs.e4,g2-Bf1-Ts.d7,h4-Dg1-Ra8



Mate em 2 lances ***

Proposição Nº 302/B
Por: Vitaly Halberstadt
1º Prémio: Chakhmaty, URSS, 1927
Pr.: [5]: Ps.f4,g6,g7-Df1-Rc7
Br.: [3]: Cc4-Dh8-Rb4



Branças jogam e ganham ***

Soluções do Nº CCCII
Nº 302/A (S.L.): Chave: 1. Dc5! [ameaça: 2. D:f5++ e 2. D:c3++] 1. Tf8+; 2. D:f8++ 1. Ta3+; 2. D:a3++ 1. Tfç5; 2. Tf4++ 1. Tcç5; 2. Td3++
Nº 302/B (V.H.): 1. Cç5+, Rd6; 2. Db8+!, Se: 2. Rç7; 3. Dç7+... g. Se: 2. Rd5; 3. Dg8+, Rd4 [Se: 3. Rç6; 4. Dç6+... g]; 4. Dç6!, Dh1!; 5. Dd6+Rç3; 6. Dç5+, Rf2 [Se: 6. Rd2; 7. Cç4+... g]; 7. Cd3+!... g.

A. de M. M.

FELIPE DE BOURBON CHEGÁ ESTA TARDE A LISBOA SOARES DÁ HONRAS DE CHEFE DO ESTADO A PRÍNCIPE HERDEIRO DE ESPANHA

FELIPE DE BOURBON E GRÉCIA, príncipe das Astúrias e herdeiro de coroa espanhola, chega esta tarde a uma visita oficial de três dias a Portugal, em que será recebido com honras de Chefe de Estado pelo Presidente da República Mário Soares. Esta é a primeira visita oficial de coroa e a quarta ao estrangeiro, depois de Marrocos, Austrália e Nova Zelândia, embora já tenha estado em muitos outros países em representação da monarquia espanhola.

Felipe de Bourbon, nascido em Madrid a 30 de Janeiro de 1968, foi condecorado com a Ordem do Infante D. Henrique em 1987, pelo então presidente da República, Mário Soares, durante a sua primeira visita oficial a Espanha, em Outubro de 1987.

O Presidente da República já tinha anteriormente recebido o príncipe herdeiro de Espanha em 1986, em Madrid, para o seu aniversário de 18 anos, e em 1988, em Lisboa, para o seu aniversário de 20 anos.

Esta visita oficial a Portugal, pela primeira vez, é acompanhada pelo príncipe herdeiro de Espanha, Felipe de Bourbon, herdeiro de Juan Carlos I, e pela princesa Letícia de Espanha, filha de Juan Carlos I e da princesa Sofia de Grécia, e o primeiro filho de este casal, o príncipe Leonor, nascido em 1991, e o segundo filho, o príncipe Gabriel, nascido em 1992.

O príncipe herdeiro de Espanha, Felipe de Bourbon, está acompanhado pela princesa Letícia de Espanha, filha de Juan Carlos I e da princesa Sofia de Grécia, e o primeiro filho de este casal, o príncipe Leonor, nascido em 1991, e o segundo filho, o príncipe Gabriel, nascido em 1992.



O príncipe herdeiro de Espanha, Felipe de Bourbon, chega esta tarde a Lisboa e será recebido com honras de chefe de Estado pelo presidente da República, Mário Soares.

Primeira decisão da comunicação do Governo TRIBUNAL DE CONTAS INQUIRE CENTRO CULTURAL DE BELÉM

O presidente do Tribunal de Contas confirmou a decisão de um inquérito ao Centro Cultural de Belém, submetendo-o ao Inquérito de Contas da Comissão de Contas da Câmara Municipal de Lisboa, para que se reúna para emitir um parecer sobre a legalidade da sua criação e funcionamento.

O inquérito foi iniciado em 1989, após a publicação da Lei n.º 10/89, que criou o Centro Cultural de Belém. O Tribunal de Contas decidiu que a criação do Centro Cultural de Belém não foi feita de acordo com a lei e que a sua criação foi feita de forma ilegal.

MAIS DESCANSO QUE REIVINDICAÇÕES EM DIA DO TRABALHADOR



Felipe de Bourbon, príncipe das Astúrias e herdeiro de coroa espanhola, chega esta tarde a uma visita oficial de três dias a Portugal, em que será recebido com honras de Chefe de Estado pelo Presidente da República Mário Soares.

UGT PEDE FIM DE «MAIO DIVIDIDO»

O PS anunciou ontem, pela primeira vez desde a sua criação, que se opõe ao dia 1.º de Maio, defendendo o dia 1.º de Maio como o dia do trabalhador e não o dia do descanso.

O secretário-geral da UGT, Manuel Carvalho da Silva, afirmou que o dia 1.º de Maio não deve ser um dia de descanso, mas sim um dia de luta e de reivindicação dos trabalhadores.

Carvalho da Silva afirmou que o dia 1.º de Maio não deve ser um dia de descanso, mas sim um dia de luta e de reivindicação dos trabalhadores.

PUBLICAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES - Di... ABANDONADO O PROJETO DE LEI QUE... ROCHA VIEIRA PEDIRIA COM SECRETÁRIOS

O governador do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, Rocha Vieira, pediu a demissão do seu cargo, alegando incompatibilidade de funções.

Rocha Vieira afirmou que não pode exercer o cargo de governador do Museu de Arte Contemporânea de Serralves, pois isso é incompatível com o seu cargo de secretário-geral da UGT.

HABAN E VISTA PORTUGAL - O rei Hassan II de... LARIANHO LÍCIO RECEBE MESTRE CHINES

O ministro da Justiça de Portugal, Larianho Lício, recebeu o mestre chinês de artes marciais, Mestre Ching.

Larianho Lício afirmou que o Mestre Ching é um grande mestre e que a sua vinda a Portugal é uma honra para Portugal.

COMANDANTE DA PSP TOMA POSSE - O... CÂMARA DA COVILHÃ CONVOCA PRESIDENTE

O comandante da PSP, Tomás Costa, tomou posse do seu cargo.

A Câmara Municipal da Covilhã convocou o presidente da Câmara Municipal para uma reunião.

DESTAQUE 2

Do que Portugal precisa é de dar expressão social ao crescimento económico. É o que disseram ontem os dirigentes da CGTP e da UGT, nos comícios com que celebraram o 1.º de Maio no todo o país. Esta é a única lógica comum nos discursos dos dirigentes das duas centrais. Enquanto a UGT alega como pilar da sua orientação a Europa, a CGTP centra a sua atuação na luta contra o pacote laboral. De resto, apenas uma nota comum: os comícios deste ano tiveram menor participação de trabalhadores.



Seguinte a tradição, a fazer parte de uma manifestação...

CGTP reivindica aumento imediato do salário mínimo nacional O pacote laboral como

A CGTP exigiu o pacote laboral como uma condição para o aumento imediato do salário mínimo nacional.

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da UGT, afirmou que o pacote laboral é uma condição para o aumento imediato do salário mínimo nacional.

Solidariedade internacionalista no comício da Inter no Porto Da baixa a Timor Les

A luta contra o pacote laboral e a redução dos horários de trabalho misturaram-se com saudações de solidariedade para com o povo timorês, curdo, sul-africano e sul-africano no 1.º de Maio do Porto.

De permício houve uma disputa política entre a CGTP e a Câmara pelo cenário das comemorações, na baixa da cidade.

O 1.º de

O 1.º de Maio foi celebrado em Portugal com comícios em todo o país. A CGTP defendeu o dia 1.º de Maio como o dia do trabalhador e não o dia do descanso.

Manuel Carvalho da Silva, secretário-geral da UGT, afirmou que o dia 1.º de Maio não deve ser um dia de descanso, mas sim um dia de luta e de reivindicação dos trabalhadores.

... segundo a pág. 3 de «A Capital» ...

... e como foi.



Apesar de retomarem divergências sobre adesão à Confederação Europeia de Sindicatos CGTP e UGT unem-se para criticar Governo

Críticas ao Governo no domínio da solidariedade social constituíram o único denominador das intervenções proferidas nos festejos promovidos pela CGTP e UGT por ocasião do 1.º de Maio.

A CGTP-IN aproveitou, simultaneamente, o tempo das comemorações para anunciar uma nova agenda de luta para o período de 3 a 8 de Junho, tendo, como pano de fundo, a redução dos horários de trabalho, o pacote laboral e a precarização do emprego. Pelo menos ficaram reiteradas as tentativas de adesão da Confederação Europeia de Sindicatos, um dos pilares da liderança da UGT, que impõe algumas condições para apoiar tal proposta.

No Alameda, o líder da CGTP-IN proferiu uma intervenção marcadamente política, indiferente ao ambiente de festa que observava nas ruas de Lisboa. Perante milhares de trabalhadores, apenas acrescentando a crítica social, numa referência à recuperação da economia que se encontra em curso.

Em Porto, Fernando Amorim, dirigente da UGT, também se pronunciou sobre o crescimento económico que se traduz em desigualdades sociais. «Expectativas legítimas adidas», afirmou, «devem ser acompanhadas de medidas de bem-estar, mas não de medidas de austeridade, como se vê nos países da zona da CEE». O mesmo discurso foi proferido em Coimbra, onde o líder da UGT também se pronunciou sobre o crescimento económico que se traduz em desigualdades sociais.

Em Coimbra, Maria do Carmo Tavares, também da CGTP-IN, afirmou que o crescimento económico não se traduz em melhoria das condições de trabalho e de salários. «O crescimento económico não se traduz em melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.



O 1.º de Maio levou ontem às ruas milhares de pessoas, em todo o País, para manifestações de afirmação político-sindical e cívico.

Três dias depois de se ter realizado o debate público sobre a matéria e de se terem realizado os debates internos da CGTP-IN, o secretário-geral da UGT, José Manuel Lopes, afirmou que a adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

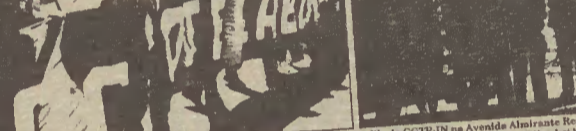
«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.



Carvalho da Silva, Manuel Lopes e José Manuel Judas, entre outros, encabeçaram o desfile da CGTP-IN na Avenida Almirante Reis, junto à Torre de Belém, apontando a UGT a criticar Torres Cousto, que esteve isolado por outros dirigentes daquela central sindical.



Comissão do 1.º de Maio em reunião no 1.º de Maio.

«A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou. «A adesão à CEE não se pode fazer sem a melhoria das condições de trabalho e de salários», afirmou.

Maio:

segundo a pág. 10 de «O Público»... segundo a pág. 3 do «Diário de Notícias»



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

O mistério d'Évora

Évora é uma cidade tão boa como outra qualquer para se perder coisas, sejam peúgas ou autocarros, lúvas ou esferográficas, a vez na bicha ou a ocasião para estar calado. Eu próprio - que não sou de Évora e me limito a amá-la à distância, desde que aos 10 anos a conheci dando de caras com umas muralhas onde cabia o meu mundo todo mais o exame de admissão - lá perdi logo à primeira o meu canivete de cabo andaluz; como só voltei muitos anos depois, foi sem grande surpresa que trepei de novo ao templo de Diana e verifiquei que já lá não estava - o canivete, é claro.

A novidade consiste no facto de que Évora perdeu agora, ela própria, um edifício todo. Inteirinho, dos caboucos ao telhado mais recheio. E o fantástico é que não foi demolido, dado que continua lá na mesma - a cidade perdeu-o porque foi engolido. Por um verbo. Aqui foi nem mais nem menos o Governo - composto por seres humanos indelmente talentosos - que operou o portentoso de animar um verbo ao ponto de o pôr a engolir edifícios - no caso a sede da Assembleia Distrital de Évora, certamente escolhida para estreia desta nova «técnica de absorção» (chamemos-lhe assim até os seus inventores lhe criarem um nome) devido ao conhecido «fraquinho» do executivo de Cavaco Silva pelas autarquias CDU, o que ninguém deve levar a mal.

Tudo começa no pedido do Governo de uma autorização legislativa para «alterar o regime jurídico das assembleias distritais», correndo as coisas nos conformes: o decreto-lei foi elaborado pelo executivo, entregue à apreciação do Presidente da República e depois promulgado e publicado no «Diário da República», apresentando no seu articulado original o seguinte ponto: «Considera-se transferida para o Estado a propriedade dos bens móveis e imóveis adstritos aos serviços e estabelecimentos cujos fins as assembleias distritais **deliberem** não continuar a assegurar».

É evidente que já identificaram, pelo sublinhado, o verbo «deliberar» como o instrumento do prodígio; não vos passa pela cabeça é como o utilizar - incapacidade que, desculpem a franqueza, vos deve elucidar acerca dos motivos por que não foram escolhidos para integrar este Governo.

Pois então olhem que anda aqui a genial simplicidade do ovo de Colombo. Dias depois da promulgação do decreto-lei, o Governo limitou-se a enviar uma «rectificação» para o «Diário da República» onde se impunha que a forma verbal «deliberem» fosse substituída por «deliberaram».

E aqui está: dum simples salto do presente do conjuntivo para o pretérito perfeito fica, preto no branco, que o património das Assembleias Distritais passa todo para o Estado porque elas assim o... «deliberaram».

É claro que toda a gente desatou aos protestos, a começar pelo Presidente da República, que vê assim imposto um decreto-lei que não assinou, aos partidos da oposição, que não hesitaram em impugnar uma legislação que apelidam de «fraude documental», e à primeira cabaia desta interessante experiência governamental - a Assembleia Distrital de Évora que, de resto, já recorreu aos tribunais.

De qualquer modo já beneficiámos da explicação por que anda a ser tão secretamente cozinhado o novo acordo ortográfico. É porque o Governo, partindo do princípio que os fins justificam os verbos, nos anda a querer «conjuguar» a todos.

■ HC

Hospital Garcia de Orta

- o ensaio da privatização

A entrega a privados da gestão do hospital Garcia de Orta, em construção no concelho de Almada e com inauguração anunciada para Julho, servirá sobretudo para tomar o pulso no que respeita à reacção da população, e poderá ir muito mais longe depois das eleições legislativas, fazendo daquela importante unidade hospitalar uma **clínica de cinco estrelas** - alertaram os médicos comunistas João Camilo (deputado) e Mário Jorge (sindicalista), durante um debate integrado nas jornadas parlamentares do PCP no distrito de Setúbal.

Nesta iniciativa, que decorreu segunda-feira à noite no Teatro Municipal de Almada, foi chamada a atenção para a necessidade de, desde já, dar corpo a um amplo

movimento social que obrigue o Governo a colocar o novo hospital efectivamente ao serviço da população da área onde está localizado, recusando qualquer tentativa de fazer dele uma unidade hospitalar destinada a uma elite com possibilidades de custear cuidados de saúde a preços elevados.

João Camilo e Mário Jorge criticaram a forma como foi programada a instalação do Hospital Garcia de Orta. Por um lado, o Governo não avançou na resolução dos problemas dos doentes crónicos, nem na recuperação dos centros de saúde para os cuidados primários, o que, só por si, iria libertar muitas camas nos hospitais já existentes.

Por outro lado, não cria

condições para o funcionamento das unidades hospitalares em construção. Isto refere-se ao pessoal a contratar (o Governo recusa avançar, por exemplo, com a criação da Escola de Enfermagem do distrito de Setúbal, proposta pelo PCP), sendo muito provável que a colocação de médicos e enfermeiros em Almada leve ao surgimento de problemas como os levantados por ocasião da abertura do Hospital de São Francisco Xavier; mas tem a ver também com questões como quem dirige a fase decisiva da instalação do hospital (o dr. Rui de Freitas, assessor na secretaria de Estado da Saúde e um dos braços direitos de Costa Freire, que «de equipamentos pouco percebe, mas percebe de negócios», nas palavras de

João Camilo), ou como vai ser gerido depois (todas as declarações públicas do ministro apontam para a entrega da gestão a entidades privadas, que terão por objectivo principal a obtenção de lucros).

Enquanto a Assembleia Municipal de Almada já decidiu formar uma comissão para acompanhar as questões que têm a ver com o novo hospital, a deputada Paula Coelho sugeriu no debate de segunda-feira algumas acções que será possível levar a cabo na AR até ao fim da legislatura. Foi sublinhada, no entanto, a importância da movimentação popular como forma mais eficaz de levar o Governo a recuar na sua política de «quem quer saúde, pague-a».

Igualdade

- condição de progresso

«Participação das mulheres em igualdade - uma condição de progresso, um desafio à sociedade» é o lema do debate público que o PCP se propõe lançar no seminário nacional que vai decorrer no próximo sábado, a partir das 10 horas, na Junta de Freguesia do Bonfim (Campo 24 de Agosto), no Porto.

O seminário é promovido pela comissão junto do CC do Partido para os problemas e a luta das mulheres, é aberto a diversas estruturas unitárias e nele participa a camarada Luís Sá, membro da Comissão Política e primeiro candidato na lista portuense da CDU para as legislativas.

Nesta iniciativa, como foi referido na conferência de imprensa realizada no Porto na passada sexta-feira, merecerão particular reflexão os custos sociais e pessoais do desaproveitamento de capacidades e potencialidades das mulheres, sensível em situações como o preterir das raparigas à saída da Universidade (compelidas a aceitar empregos para que têm qualificações em excesso), os bloqueios no acesso a uma formação qualificada - nomeadamente no domínio das novas tecnologias - o analfabetismo com grave incidência na população feminina, as condições de exploração e discriminação a que as mulheres estão sujeitas no acesso ao emprego e na promoção profissional - continuando a ser utilizadas como mão-de-obra barata ao sabor dos interesses do patronato - as duras condições de trabalho e o desgaste humano nos sectores com predo-

minância de mulheres, o trabalho não remunerado nem reconhecido, o papel e o valor dos *saberes tradicionais*. Procurando analisar as novas facetas da discriminação e da limitação ao exercício dos direitos reconhecidos, serão ainda abordadas questões como a função social da maternidade, a realização pessoal e a intervenção social da mulher, nomeadamente nos órgãos de poder e nos postos de decisão e responsabilidade.

Ver artigo sobre o tema na pág. 22



Encontro com a CCP

Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e Carlos Carvalhas, secretário-geral adjunto, receberam no passado dia 30 de Abril, no CT da Soeiro Pereira Gomes, uma delegação da Confederação do Comércio Português constituída por Manuel Gamito, presidente da CCP, João Navega, secretário-geral, e Lima Amorim, vice-presidente.



Vasco Gonçalves fez 70 anos

Um jantar na Voz do Operário, com a participação de mais de seiscentas pessoas, assinalou no dia 3 de Maio o 70º aniversário do general Vasco Gonçalves. Entre os presentes na iniciativa encontravam-se o marechal Costa Gomes, o almirante Rosa Coutinho, o general Garcia dos Santos, o tenente-coronel Vasco Lourenço e outros militares de Abril, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, e outros dirigentes comunistas, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, e outros sindicalistas, o dirigente da UDP Mário Tomé, bem como outras personalidades da vida política e cultural. Falando sobre o momento actual, Vasco Gonçalves sublinhou a importância da convergência das principais forças democráticas para derrotar a direita nas próximas eleições. Maria do Céu Guerra e Rogério Paulo declamaram poemas dedicados ao general, e o coro da Academia de Amadores de Música, dirigido pelo maestro Fernando Lopes-Graça, cantou «Grândola, vila morena», acompanhado pelos participantes na iniciativa.